

Acácio Jose Lopes Catarino • Ângelo Emilio da Silva Pessoa
Gustavo Acioli Lopes • João Azevedo Fernandes
Mozart Vergetti de Menezes
Organizadores

COLÔNIA

Escritos de História LABORHIS - Série Monográfica

Colônia
Escritos de História
LABORHIS - Série Monográfica



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretora do CCHLA MÔNICA NÓBREGA
Vice-Diretor do CCHLA RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial do CCHLA
BARTOLOMEU LEITE DA SILVA (Filosofia)
CARLA LYNN REICHMANN (Línguas Estrangeiras Modernas)
CARLA MARY DA SILVA OLIVEIRA (História)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Língua Portuguesa e Linguística)
HERMANO DE FRANÇA RODRIGUES (Literaturas de Língua Portuguesa)
KARINA CHIANCA VENÂNCIO (Línguas Estrangeiras Modernas)
LÚCIA FÁTIMA FERNANDES NOBRE (Línguas Estrangeiras Modernas)
LUZIANA RAMALHO RIBEIRO (Serviço Social)
MARCELA ZAMBONI LUCENA (Ciências Sociais)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Sociais)
TERESA CRISTINA FURTADO MATOS (Ciências Sociais)
WILLY PAREDES SOARES (Letras Clássicas)

Organizadores

Acácio Jose Lopes Catarino

Ângelo Emilio da Silva Pessoa

Gustavo Acioli Lopes

João Azevedo Fernandes

Mozart Vergetti de Menezes

Colônia

Escritos de História LABORHIS - Série Monográfica

João Pessoa

Editora da UFPB

2016

Copyright © 2014 - Acácio Jose Lopes Catarino, et al

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma
ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais
(Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica	EMMANUEL LUNA
Design de Capa	ALEXANDRE CÂMARA

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

C 719 Colônia: escritos de história LABORHIS - série monográfica / Acácio
Jose Lopes Catarino...[et al.], organizadores.- João Pessoa: Editora
da UFPB, 2016.
253p. (Coleção Humanidades - Série Monografia; v.1)
Recurso digital (5,3MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN: 978-85-237-1194-8
1. História - estudo e ensino. 2. História - trabalhos acadêmicos
- UFPB. 3. História - formação profissional. 4. História - experiências
pedagógicas.

CDU: 930.1

EDITORA DA UFPB	Cidade Universitária, Campus I - s/n João Pessoa - PB CEP 58.051-970 editora.ufpb.br editora@ufpb.edu.br Fone: (83) 3216.7147
------------------------	---

APRESENTAÇÃO

A Coleção Humanidades – Série Monografia – é fruto da iniciativa do Departamento de História da UFPB, com objetivo de divulgar estudos acadêmicos elaborados por graduandos do Curso de Licenciatura em História, concluídos nos últimos anos (2009-2011), com apoio do LABORHIS – Laboratório de História, que em 2012 completou sua primeira década.

Criado em 2002, o LABORHIS é um espaço que dispõe de obras de referências, materiais didáticos, trabalhos acadêmicos do corpo docente e do discente de graduação (monografias), e se constitui em lugar de produção de conhecimento histórico, de graduandos e pós-graduandos. Seu principal propósito é o de contribuir na formação do profissional de História nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, fornecendo condições acadêmicas para a elaboração e publicação de estudos, experiências pedagógicas e outras produções acadêmicas em torno dos temas que dizem respeito à História.

Nesse sentido, ao longo desta última década, o espaço físico, o acervo e os equipamentos do LABORHIS têm sido importantes suportes para as pesquisas individuais ou coletivas, como dito, de estudantes de graduação e de pós-graduação em História, bem como para o funcionamento de projetos do Departamento de História, a exemplo daqueles vinculados ao Programa de Monitoria, ao Programa de Licenciatura (PROLICEN),

Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e ao Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX e PROEXT), além dos diretamente ligados aos cursos de Licenciatura em História (tanto o extensivo quanto o do PEC-Movimentos Sociais do Campo e o de Pós-graduação). Algumas das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Estudos e Pesquisas, cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq, também têm sido desenvolvidas no LABORHIS. Sem dúvida, a orientação e o envolvimento acadêmico de vários professores e professoras do Departamento de História foram (e são) imprescindíveis para os bons resultados das atividades realizadas no espaço do LABORHIS.

Ainda que o LABORHIS não tenha se tornado uma “sala laboratorial por área de estudo”, tem possibilitado a formação de novos professores e pesquisadores, a exemplo do que podemos visualizar com os estudos monográficos publicados pela *Coleção Humanidades*, nos quais os discentes se fazem autores, mostrando que o LABORHIS cumpriu adequadamente uma das suas funções, qual seja, facilitou e colaborou na formação básica dos novos profissionais da História. Para tanto, esses discentes-autores, tiveram que fazer escolhas de temas e de fontes, selecionaram abordagens teóricas e metodológicas e, assim, elaboraram textos históricos que agora estão à disposição do público, mostrando variadas formas de “narrar o Brasil”, ou seja, a experiência coletiva histórica na lente de uma historiografia que se renova continuamente. Por fim, cabe lembrar, com base em Eric Hobsbawn, a importância da História. Ele nos lembra que “ser membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado”, o passado, por sua vez, é uma “dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade”. A História é, portanto, fundamental, não apenas para conhecer o que já passou e procurar respostas para as nossas inquietações do presente, mas também possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas culturais,

econômicas e sociais nas diferentes sociedades, a exemplo do que fizeram os discentes-autores do Curso de História da UFPB.

A Série Monografia, materializada nessa coletânea, está dividida em três volumes, com nove monografias no total, organizados segundo o critério do recorte temporal. Assim, os trabalhos recobrem os períodos colonial, imperial e republicano da História do Brasil e, mais especificamente, da Paraíba.

O primeiro trabalho é de autoria de Izabel Maria dos Santos, intitulado *Albert Eckhout e o novo mundo: transformação ou manutenção de imaginários?* O texto é resultado das pesquisas realizadas como bolsista de Iniciação Científica no projeto “O Brasil seiscentista nas pinturas de Eckhout e Post: documento ou invenção do Novo Mundo?”, desenvolvido entre 2005 e 2009 sob a orientação da Prof^a Dra. Carla Mary S. Oliveira. Na monografia, a graduanda se debruçou sobre um aspecto específico da produção artística de Albert Eckhout, membro da comitiva de Maurício de Nassau, tentando perceber a influência de sua arte na formação do imaginário europeu acerca das distantes terras do Novo Mundo, além de analisar até que ponto suas telas retratavam com fidelidade a realidade da colônia e de seus habitantes na época do Brasil holandês.

Desde a graduação pesquisando sobre temas relacionados à Paraíba durante o período colonial, Yamê Galdino de Paiva foi, em 2008, premiada com o 1º lugar na área de Ciências Humanas com o seu plano de trabalho de Iniciação Científica no âmbito da UFPB, numa pesquisa que vinha desenvolvendo desde 2006. O resultado deste trabalho foi a monografia *Capitania da Paraíba: populações e circuitos mercantis na virada para o século XIX*, orientada pelo Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes, que temos a oportunidade e o prazer de ver publicada. Trata-se de uma análise dos mapas econômicos e populacionais produzidos durante o período em que a Paraíba esteve sob o comando do governador

Fernando Delgado Freire de Castilho, entre 1798 e 1802, mas que se estendem até 1805, abrangendo os dois outros governos que lhe sucederam. Esses mapas formam um conjunto documental que permitiram à autora vasculhar o quadro humano e econômico do litoral ao sertão da capitania e elaborar uma convincente argumentação tanto sobre as comunicações comerciais da Paraíba com as capitanias vizinhas, como acerca da demografia local. Com a mesma acuidade, Yamê Paiva vislumbra os dados populacionais da Capitania da Paraíba: número de habitantes, de casamentos, nascimentos e mortes, das principais moléstias obituárias e de ocupação (trabalho) dos habitantes, construindo um cenário complexo da distribuição da população na espacialidade entre o sertão e o litoral da capitania.

Artes de Curar e Saber sobre a Natureza na Paraíba Colonial, de Percília de Fátima Souto, sob a orientação do prof. Dr. Acácio José Catarino Lopes, tem por objetivo entender como se davam as práticas de cura na Paraíba, na passagem do século XVIII para o XIX, momento em que a Medicina ainda não se constituía como expediente universalmente aceito e a maior parte das alternativas de cura provinham da medicina popular. Para entender a configuração desse saber médico é necessário perceber como ele foi construído como fórmula excludente e como prática. Da mesma forma que em outros lugares, a Paraíba tinha suas disputas quanto à arte da cura, em seus diversos campos e agentes, mas por sofrer com a falta de médicos titulados e mesmo outros práticos de cura, além de ser assombrada, de tempos em tempos, por epidemias e ondas de doenças que levavam a centenas de mortes, as práticas informais tenderam a prolongar-se no tempo, chegando a nossos dias.

No que se refere às monografias sobre o Império Brasileiro iniciamos as apresentações com o estudo de Itacyara Viana Miranda, orientado pela Prof^a Dra. Cláudia Engler Cury. O trabalho

é fruto de suas pesquisas na iniciação científica, de seu trabalho acadêmico de conclusão de curso em História/UFPB e de suas atividades junto ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (DH/PPGH/CNPq), examinou a legislação e as tentativas de controle do cotidiano escolar pelas autoridades provinciais por meio dos métodos punitivos e disciplinares na Parahyba do Norte do Oitocentos. O referido estudo teve como base documental, principalmente, as leis e regulamentos da instrução pública e particular na Província parahybana, bem como os jornais que circularam na capital, além de suas principais vilas e cidades entre os anos de 1822 e 1864. Foi possível afirmar ao término do estudo que os objetivos do Governo Imperial e Provincial estavam articulados no sentido de se estabelecer o controle social e ao mesmo tempo consolidar a formação do Estado Nacional tendo como espaço privilegiado a instrução pública e particular.

Em outra perspectiva, mas dentro do recorte temporal das discussões sobre o período imperial, está o trabalho de Jerlyane Dayse Monteiro Santos, intitulado *Uma província no Império: política e administração na Paraíba (1831-1840)*, monografia concluída no segundo semestre de 2011. O trabalho é resultado exitoso da Iniciação Científica, sob a orientação da Prof^a Dra. Serioja R. C. Mariano, cujo grupo social analisado foi a elite política que atuou, no Período Regencial (1831-1840), na província da Paraíba. Nesse estudo, a autora utilizou o conceito de Cultura Política para compreender a atuação da elite provincial na formação do Estado Nacional, contrapondo-se, assim, à tese da centralização do poder na Corte e apresentando elementos para a reflexão sobre a autonomia provincial instaurada com a reforma na Constituição de 1824 e com a promulgação do Ato Adicional de 1834. Como nos informa a autora, as modificações desse Ato foram mantidas ao longo de todo o Segundo Reinado (1840-

1889) e “atendiam aos interesses das elites províncias”, sendo que resultaram na criação das Assembleias Provinciais (1834), da Guarda Nacional (1831) e dos cargos de Prefeito e Subprefeito (1837). Atualmente Jerlyane Santos continua vinculada ao *Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*, cursa o Mestrado em História na UFPB e dá continuidade às suas pesquisas sobre a atuação de homens da Paraíba no jogo político e, esperamos que, em breve, possamos ampliar nossos conhecimentos históricos sobre a monarquia brasileira que, apesar dos seus breves 67 anos, tem ainda muitos pontos obscuros, sobretudo quando se trata das províncias do Norte.

Como resultado das pesquisas de Iniciação Científica e das discussões no *Grupo Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista* (DH/UFPB/CNPq), o trabalho monográfico de Solange Mouzinho, intitulado *Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860*, é o resultado do amadurecimento de uma pesquisadora comprometida com a produção do conhecimento. Esse amadurecimento foi sendo construído ao longo do curso de Licenciatura em História da UFPB, no qual Mouzinho mostrou sua paixão pela História. Nesse texto analisou, a partir dos livros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, como ocorriam as escolhas de padrinhos e madrinhas entre as pessoas negras escravizadas, entre os anos de 1851 e 1860. Após analisar a documentação, e dialogando com a História Social, Mouzinho conclui que os escravizados buscavam estratégias de melhor sobrevivência dentro do sistema escravista, especificamente na Freguesia Nossa Senhora das Neves, no que hoje se localiza a atual cidade de João Pessoa/PB, pois ao estabelecer o compadrio entre os de sua mesma condição estavam reforçando laços de solidariedade entre si e, ao escolherem pessoas livres, poderiam visar uma carta de alforria para seu filho ou filha, por exemplo. Portanto, a autora

afirma que tais experiências evidenciam a população escrava como agentes históricos e demonstram toda a complexidade de uma sociedade escravista.

Por feliz escolha dos orientadores, o último volume, é uma síntese do Brasil Republicano. As temáticas abordadas são multifaceadas, dialogam entre si e com os outros volumes da coletânea. De início apresentamos a história do Bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa. A história dos bairros que compõem a cidade de João Pessoa é um campo que ainda apresenta inúmeras possibilidades de pesquisa, embora não tenha sido objeto de preocupações mais consistentes por parte da historiografia local. Neste contexto, o trabalho monográfico de Juliana Barros de Oliveira, intitulado *O Bairro de Jaguaribe: origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro (1930-1960)*, orientado pela Prof^a Dra. Regina Célia Gonçalves, se constitui como uma contribuição importante. O bairro de Jaguaribe possui um papel relevante para a história da cidade, principalmente no que diz respeito a seu processo de expansão e urbanização. O referido trabalho objetivou estudá-lo através do levantamento histórico de suas origens, ocupação e urbanização, possibilitando, assim, o estabelecimento de um paralelo entre a sua evolução urbana e o desenvolvimento da cidade de João Pessoa, especialmente entre as décadas de 1930 a 1960. A autora, vinculada ao Grupo de Pesquisa *Conhecimento Histórico: Ensino de História e História da Educação*, concluiu recentemente seu mestrado junto ao PPGH (em 2012), em cuja dissertação, também sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves, continuou a estudar o bairro sob a perspectiva da memória dos seus moradores idosos.

O texto *Estado e sociedade civil no Brasil no período de transição para a democracia (1974-1984): o caso do Movimento Estudantil*, de Talita Hanna Cabral Nascimento, aborda o pós-

golpe militar de 1964. Embora não trate da questão urbanística como o trabalho anterior, as temáticas não estão desconexas. O texto aborda uma nova forma de manifestação que tem como lugar o urbano. É especialmente nas cidades e com um público caracteristicamente cidadão que se desenrola a trama que será tratada nesse texto. O público participante é composto por jovens contestadores da nova ordem política e social, imposta ao país após o golpe militar de 1964, e a particularidade é o fato desse grupo contestatório ser oriundo de instituições de ensino como as escolas e as universidades brasileiras. A autora faz um apanhado sobre as diversas instituições que se colocaram contrárias ao projeto social, político e econômico, adotado pelos militares que assumiram o poder em abril de 1964. No texto ela demonstra as marchas e contramarchas desse enfrentamento entre as instituições que defendiam a democracia e o Estado autoritário controlado pelo ideário também autoritário. Essa exposição culmina com a apresentação da União Nacional dos Estudantes e o importante papel que essa entidade irá desempenhar nesse cenário. Merece destaque no texto a abordagem sobre a história do tempo presente em seu desenvolvimento historiográfico e metodológico através do qual a autora faz uma boa justificativa de sua opção pelo tema. Mostra que seu objeto de estudo, assim como esse campo de estudo histórico, está em construção. Ao abordar o movimento estudantil, o texto aprofunda uma discussão que tem pautado os estudos sobre esse movimento social, trata-se da questão das rupturas e continuidades ou, como expõe a autora no título do segundo capítulo, continuidade ou reconstrução. Desse modo, tem-se um quadro onde aparecem elementos de uma e de outra vertente, ao mesmo tempo, que fica latente a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a temática.

O texto *Percursos e Percalços na Implantação dos jardins de Infância na Cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre*

a educação infantil (1917-1939), de autoria de Rosângela Chrystina Fontes de Lima, orientado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, nos apresenta um rigoroso trabalho de tratamento de variadas fontes e focaliza principalmente a década de 30 do século XX, no que se refere ao ensino infantil. Seus marcos temporais são os anos de 1932, 1934 e 1939, quando foi criado o primeiro jardim da infância, escola privada, na Paraíba; o primeiro jardim da infância de natureza oficial e pública; e o jardim da infância anexo ao Instituto de Educação da Paraíba, respectivamente. A autora, entretanto, amplia sua pesquisa e análise ao discutir os debates que iniciaram o processo de implantação da educação infantil na Paraíba, além de nos apresentar a trajetória da educadora Alice de Azevedo Monteiro, contribuindo com a historiografia do ensino e da História da Educação no Brasil.

Enfim, encerramos essa apresentação desejando aos leitores que desfrutem do mesmo prazer que tivemos ao organizar a coletânea e, esperando que os novos historiadores em formação possam ter a oportunidade de realizar trabalhos tão consistentes quanto os que estão sendo, neste momento, publicados.

Solange P. da Rocha

Acácio J. Lopes Catarino

Coordenadores do Laboratório de História

Sumário

APRESENTAÇÃO 6

ALBERT ECKHOUT E O NOVO MUNDO:..... 16

Izabel Maria dos Santos

**ARTES DE CURAR E SABER SOBRE A NATUREZA NA PARAIBA
COLONIAL** 69

Percília de Fátima Souto

**CAPITANIA DA PARAÍBA: POPULAÇÃO E CIRCUITOS
MERCANTIS NA VIRADA PARA O SÉCULO XIX** 139

Yamê Galdino de Paiva

ALBERT ECKHOUT E O NOVO MUNDO: TRANSFORMAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE IMAGINÁRIOS?

Izabel Maria dos Santos

Se ensinares, ensina ao mesmo tempo a duvidar daquilo que estás a ensinar.

JOSÉ SARAMAGO

1 INTRODUÇÃO

Durante todo o século XVI o imaginário europeu acerca do Novo Mundo foi permeado por mitos e fantasias. Os relatos e crônicas, muitas vezes equivocados, de marinheiros e viajantes foram responsáveis pela formação desse imaginário que vigorou no pensamento europeu por longas décadas. Essa realidade só começaria a mudar na primeira metade do século XVII, mais especificamente no ano de 1637, com a chegada do Conde Maurício de Nassau ao Brasil. Nassau desembarcou em terras brasileiras acompanhado de uma comitiva de artistas e cientistas, dentre eles os pintores Albert Eckhout e Frans Post, que tinham a função de registrar as características daquelas terras e de seus habitantes.

A extensa produção artística e científica desenvolvida pelos membros da corte de Nassau logo se transformou na principal fonte de informações e imagens sobre a América.

Foi através dos livros, mapas, gravuras e telas, produzidos pela comitiva do vaidoso conde que a Europa foi absorvendo referências e formando um novo conceito sobre como seria a América, bem como foi transformando o imaginário, até então existente, de forma a abandonar a imagem do índio europeizado e das paisagens estilizadas. Surgia ali, sob grande influência do legado artístico e científico deixado pelos membros da comitiva de Maurício de Nassau, uma nova forma de se pensar o Novo Mundo e seus habitantes nativos.

Considerado, durante muito tempo, como o grande responsável pela transformação do pensamento europeu a respeito do habitante do Novo Mundo e de seus costumes, Albert Eckhout pintou telas em tamanho natural e imprimiu em sua obra uma ideia considerada, pelos pesquisadores, como realista e fidedigna. Tentando entender a influência de suas famosas e precisas pinceladas étnicas, nos dedicamos à pesquisa e análise de sua obra. Hoje, como fruto deste prazeroso exercício investigativo, registramos em forma de texto, por meio deste TACC - Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso - nossas conclusões, que nem de longe pretendem ser definitivas, a respeito do tema.

Neste sentido, nosso trabalho volta seus olhares para a obra do pintor Albert Eckhout e se dispõe a entender como e porque suas telas contribuíram para a transformação do imaginário europeu a respeito das distantes terras do Novo Mundo. Nossa intenção, portanto, é demonstrar o quão significativa é a obra de Albert Eckhout, como ferramenta para compreender o Brasil colonial e sua sociedade e também como ferramenta para entender como o Europeu moderno enxergava o homem do Novo Mundo.

O primeiro capítulo deste trabalho será dedicado à compreensão do imaginário formado pelas representações quinhentistas e à comparação do trabalho de Albert Eckhout

com os trabalhos produzidos ao longo do século XVI de modo a identificar a peculiaridade e diferença da obra de Eckhout com relação a estas outras representações.

O segundo capítulo deste trabalho será dedicado ao estudo e análise das telas de natureza morta pintadas por Albert Eckhout e do imaginário criado por tais imagens, bem como do significado de tais pinturas, e da forma com que essas mesmas pinturas se inseriam no projeto colonizador da Companhia das Índias Ocidentais e, em especial, no projeto de Maurício de Nassau.

O terceiro capítulo será dedicado ao estudo e análise das oito telas de retratos etnográficos assinadas por Albert Eckhout e do imaginário criado por tais imagens, bem como o significado de tais pinturas. Pretendemos entender porque esses retratos foram, durante tanto tempo, considerados como uma representação fiel da realidade dos trópicos e explicar como se deu a formação do imaginário europeu a respeito do Brasil e do Novo Mundo através das pinturas de Albert Eckhout e entender se, de fato, tais imagens revelam a realidade vivida na colônia.

2 O SÉCULO XVI E SUAS REPRESENTAÇÕES: UM MODELO ILUSTRATIVO

No ano de 1492, Cristóvão Colombo, imbuído do objetivo de explorar novas terras e mares, patrocinado e apoiado pelos reis católicos de Aragão e Castela - Fernando II e Isabel I - se lançou ao mar. Em outubro daquele mesmo ano, a armada sob seu comando ancorou nas Bahamas e batizou o território com o nome de San Salvador. O primeiro desembarque de seus homens, porém, deu-se no litoral ocidental, na Baía Long, e foi neste local que foi afixado o estandarte Real enquanto o escrivão da armada se ocupava da importante tarefa de redigir o documento de posse daquela terra.

Nos anos que se seguiram, outros navegadores tomaram para si a responsabilidade de explorar a região descoberta. Américo Vespúcio e outros grandes navegadores exploraram, entre 1503 e 1513, as Antilhas e o litoral atlântico ao sul dos territórios recém descobertos. Em 1508 alcançaram a península de Yucatan, atual território do México, e em 1512 chegaram também à Flórida. Diante de tais descobertas, concluíram que haviam descoberto um continente inteiramente novo, a América.

O descobrimento de um novo continente fez com que a ideia de que o mundo era constituído por apenas três continentes - Ásia, África e Europa - caísse em ruína e por isso, esse fato, marcou uma nova era para a humanidade e o início de uma grande transformação na geografia e feição do mundo. Após o descobrimento, iniciaram-se as investidas colonizadoras e o novo continente acabou por abrigar, primordialmente, os colonizadores espanhóis, portugueses, ingleses e franceses que apossaram-se de diferentes regiões do território e as colonizaram de formas distintas. Ao mesmo tempo que se empreendia essa ação colonizadora, havia também uma preocupação em manter o Velho Mundo, em especial a Europa, informado e ciente da realidade ali encontrada. Dessa maneira, foram muitos os registros, escritos e visuais, produzidos ao longo de todo o século XVI, afinal de contas, o europeu, ao desembarcar na América, se deparou com uma realidade totalmente distinta daquela que ele, até então, conhecia, com novas paisagens, flora, fauna, populações, hábitos, costumes e tradições.

Portanto, inúmeros viajantes e cronistas aportaram no recém descoberto território com o intuito de registrar as principais características do novo continente, descrevendo e representando suas plantas, animais e habitantes não só de forma escrita, mas também em forma de desenhos, aquarelas e telas. Essas representações foram moldando, na Europa, imaginários a respeito das terras americanas, imaginários esses que, como

veremos, nem sempre, correspondiam à realidade, pelo contrário, muitas vezes, mitificavam paisagens, condenando hábitos e tradições a um profundo descaso.

Assim, ao longo do século XVI o Brasil receberia, juntamente com os colonizadores, incontáveis marinheiros, viajantes e cronistas que, mais tarde, deixariam como legado os mais diversos relatos sobre esse estranho e, ao mesmo tempo, maravilhoso continente, sobre sua paisagem exuberante e sobre seu gentio selvagem. Tais relatos acabariam por se constituir, naquela época, como o principal conjunto de referências visuais e escritas sobre o recém descoberto Novo Mundo e os seus habitantes nativos, embora fossem, na maioria dos casos, registros pessoais despreziosos e, portanto, despreocupados com a “fidelidade” do que ali estava sendo representado. Dessa maneira, o uso da imagem nesses documentos era de caráter essencialmente ilustrativo e pretendia apenas prender a atenção do leitor.

O fato é que foi a partir de tais representações, pouco preocupadas com a fidelidade, que acabou por se formar, na Europa, um imaginário marcado por mitos e fantasias, sobre o que viria a ser o Brasil, já que essa iconografia do século XVI trazia, muitas vezes, “*índios com traços europeus, paisagem e flora estilizadas e fauna fantástica*” (OLIVEIRA, 2006, p. 115). Os europeus, assustados e, ao mesmo tempo, maravilhados com o novo mundo que se lhes descortinava defronte aos olhos, voltavam sua atenção para a nova terra e alimentavam suas narrativas com extravagantes pitadas de imaginação e fábula mescladas com realidade, construindo assim, através dos relatos de homens como Jean de Léry¹, Magalhães

1 Cronista francês que esteve no Brasil entre 1557 e 1558, registrando a realidade colonial.

Gândavo², Hans Staden³, Fernão Cardim⁴ e André Thevet⁵, entre outros, uma imagem edênica da natureza brasileira e, ao mesmo tempo, uma visão demoníaca a respeito de sua gente.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (2001, p. 25), Pero de Magalhães Gândavo, que publicou em 1576 sua *História da Província de Santa Cruz*, em seu texto, deu continuidade às ideias expressas ainda nas primeiras missivas a respeito do Brasil, missivas essas que relatavam as características do longínquo país como as características de um verdadeiro paraíso terrestre. Dessa maneira Gândavo descreveu, em seu texto, a fertilidade das terras brasileiras e as vantagens de seu clima, que se apresentava, segundo o autor, na maioria do tempo ameno, sem os transtornos dos climas que oferecem invernos pesados. Ele elogia descomedidamente, entre outras coisas, a natureza do Brasil, seu solo, suas frutas e frutos e suas águas limpas, construindo assim uma imagem exuberante de eterna abundância natural. Por outro lado, no que diz respeito ao gentio que ali vivia, Gândavo se priva dos elogios e os descreve de maneira pessimista e sem traço algum de identificação. Ele os relata como selvagens, desumanos e cruéis, com costumes e hábitos estranhos, pavorosos e incivilizados. Sobre a fauna, Gândavo descreve bichos ferozes e uma enorme quantidade de insetos, além de fazer referências aos terríveis monstros marinhos. Dessa maneira, ele descreve, paradoxalmente, uma paisagem edênica com feições de paraíso

2 Cronista português que esteve em terras brasileiras durante o século XVI e escreveu sobre o Brasil e seus habitantes.

3 Soldado alemão que foi aprisionado em terras brasileiras por índios tupinambás e, após seu retorno à Europa, escreveu sobre o Brasil e sua experiência em terras brasileiras.

4 Missionário e cronista português que foi um dos primeiros homens a descrever os habitantes e costumes do Brasil.

5 Cronista francês que veio ao Brasil junto com a missão francesa para fundar a França Antártica e escreveu sobre os vários aspectos da natureza de do povo americano.

que é habitada por uma humanidade bárbara, cercada por monstros perigosos e demoníacos como se pode perceber na representação dada por ele a um ingênuo leão marinho, chamado por ele de monstro de São Vicente ou *ipupiara*, como o chamava o gentio.

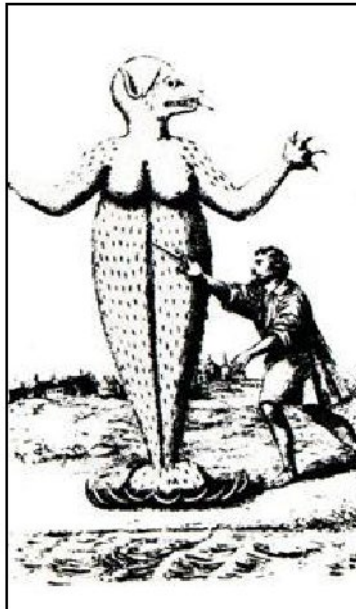


Fig. 1 - Pero de Magalhães Gândavo, Monstro de S. Vicente ou *ipupiára*, 1570.

O cronista alemão Hans Staden, que relata sua passagem pelo Brasil na obra intitulada *Viagem ao Brasil*, também é um dos nomes que contribuem para a manutenção dessa imagem demoníaca a respeito do índio brasileiro. Ele descreve em seu texto, entre outras coisas, a experiência de ter sido prisioneiro dos tupinambás e o desafio que enfrentou para escapar de ser devorado por eles. Seu relato é ilustrado com xilogravuras feitas sob sua orientação e nelas se percebe facilmente a reprodução de uma

visão estereotipada à respeito do índio e de seus costumes, visão essa que expõe, da mesma forma que faz Magalhães Gândavo, uma imagem de selvageria e barbárie a respeito do indígena. Seus hábitos e tradições, em especial a característica antropofágica de algumas tribos, foram descritos com grande exagero e pouco conhecimento de causa, legando ao povo indígena uma imagem depreciativa de suas tradições que, mais uma vez, eram encaradas como incivilizadas, estranhas, selvagens, bárbaras e demoníacas, como fica claro na imagem abaixo:



Fig. 2 - Hans Staden, cena antropofágica.

Os cronistas franceses, segundo Schwarcz, deixaram para trás esse modelo dividido entre o otimismo referente à natureza e o pessimismo com relação aos naturais das terras brasileiras, ou seja, negaram a feição de anti-humanidade até então atribuída aos índios e passaram a enxergá-los como seres humanos com costumes e hábitos distintos. O francês Jean de Léry, por exemplo, embora tenha ratificado a imagem paradisíaca, até então, atribuída àquelas terras, descrevendo em sua *História de uma viagem às terras do Brasil*, de

1578, a exuberância da natureza brasileira, relatando a existência das mais variadas qualidades de peixes, pássaros, tartarugas, borboletas, macacos, golfinhos e outros animais e insetos, ele desmistificou, por outro lado, certas ideias a respeito dos índios, explicando mitos como o da guerra indígena, afirmando que existiam regras que delimitavam o conflito e comparando essa lógica de guerra com a lógica europeia, além de ter diferenciado a antropofagia do canibalismo. Assim, Léry conferiu ao povo indígena, de acordo com a ótica europeia, maior caráter humano. Contudo, na tentativa de humanizar esse índio, Léry acabou por representá-lo de forma pouco realista, com feições e fisionomia europeizadas que em nada condiziam com a estrutura física característica dos grupos étnicos com que teve contato, como se pode perceber nas imagens apenas a seu relato, nas quais se vê homens musculosos e mulheres de formas fartas, com cabelos e pele claros representado, à imagem e semelhança, cópias do biotipo europeu.



Fig. 3 - Jean de Léry, Tupinambás, 1575.

Mesmo com essa tentativa francesa de aproximar as estruturas físicas e culturais de europeus e indígenas, conferindo assim humanidade a estes últimos, é possível se perceber um predomínio do imaginário demoníaco atribuído ao índio, imaginário esse formado ao longo dos primeiros anos de contato intercultural. Dessa maneira, não é difícil entender por quais motivos, no imaginário europeu acerca do desconhecido solo americano, o Brasil era tido como uma terra distante, selvagem e paradisíaca, e o índio, como um ser incivilizado e bárbaro. Esse imaginário fantasioso com realidade romanesca só começaria a mudar com a chegada do Conde Maurício de Nassau⁶ ao Brasil, em 1637. O jovem nobre, então com 33 anos, veio ao Brasil a serviço da Companhia das Índias Ocidentais - WIC⁷ para assumir o cargo de governador do Brasil holandês, e trouxe consigo uma comitiva de artistas e cientistas que, sob seu comando e patrocínio, transformaria profundamente a iconografia a respeito do Brasil, sendo mesmo considerada responsável por reformular o imaginário europeu a respeito do Brasil e, conseqüentemente, do Novo Mundo.

Essa comitiva que acompanhou Nassau em sua jornada rumo às terras que hoje fazem parte do Nordeste brasileiro tinha como tarefa registrar as características daquelas terras e de seus habitantes, bem como *“mostrar aos investidores conterrâneos a viabilidade de um empreendimento tão arriscado e, também, segundo o espírito da época, trazer a civilização àquelas terras ainda praticamente incógnitas”* (OLIVEIRA, 2006, p.118). Dentre os muitos nomes que chegaram ao Brasil juntamente com Nassau em janeiro de 1637, destacam-se profissionais como o pintor

6 Representante da Companhia das Índias Ocidentais - WIC em terras brasileiras que exerceu a função de governador do Brasil holandês no período que vai de 1637 a 1644.

7 West Indian Company.

Frans Post⁸, o astrônomo e naturalista Georg Marcgrave⁹, ou ainda o médico Willem Piso¹⁰, mas aqui dedicaremos nossa atenção ao pintor Albert Eckhout, que também acompanhou este grupo de intelectuais em sua jornada aos trópicos

Os artistas de Nassau, especialmente Eckhout e Post, foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma enorme produção artística e científica que representava os mais diversos aspectos do Brasil Colonial e de sua sociedade. Foram produzidos, por essa corte, livros, mapas, gravuras e telas, com o único objetivo de representar a realidade da colônia e de seus habitantes de forma “fidedigna” e com isso fazer propaganda do governo nassoviano. Não demorou para que a obra produzida pela corte de Nassau se transformasse na principal referência e mais importante fonte de informações sobre a América e, em especial, sobre o Brasil. Foi através desse grande conjunto de referências que a Europa foi absorvendo novos conceitos e formando novas ideias e modos de pensar o continente recém descoberto e seus habitantes.

Havia, na Europa do século XVII, uma enorme curiosidade à respeito do Novo Mundo e, por isso, uma significativa procura por representações visuais e documentos que retratassem as características das indecifráveis terras da América. O Velho Mundo clamava por notícias que aplacassem a curiosidade humana sobre os desconhecidos e incógnitos trópicos brasileiros. Nesse sentido, os artistas da corte de Nassau proporcionaram à Europa um vasto conjunto de imagens e gravuras que retratavam a costa do atual Nordeste brasileiro e seus habitantes de então, numa forma até

8 Pintor profissional que veio ao Brasil juntamente com a comitiva do Conde Maurício de Nassau para registrar a paisagem do Novo Mundo.

9 Cartógrafo e astrônomo alemão que fez parte da comitiva de artistas e cientistas trazida ao Brasil pelo Conde Maurício de Nassau.

10 Médico e naturalista holandês que fez parte da comitiva de artistas e cientistas trazida ao Brasil pelo Conde Maurício de Nassau.

então nunca vista. Esse trabalho foi realizado com maestria pelos membros da comitiva do ilustre governador do Brasil holandês, especialmente pelos pintores Albert Eckhout e Frans Post, que fizeram de suas telas, gravuras e desenhos verdadeiros painéis históricos e deixaram para a humanidade um legado artístico sem precedentes na história. Suas pinturas são, até hoje, consideradas como agentes responsáveis pela transformação do pensamento europeu quanto ao Novo Mundo.

Segundo Bárbara Berlowicz (2002, p. 19), por exemplo, na época em que Eckhout pintou seus quadros eles contribuíram para a difusão de novas ideias a respeito do mundo desconhecido que era o Brasil e teriam, assim, mudado a forma como os europeus percebiam a origem exótica e desconhecida da gente que ali habitava. A obra de Albert Eckhout, portanto, ainda é considerada pelos pesquisadores como agente responsável pela transformação do imaginário europeu relativo ao Brasil e aos seus habitantes. Afirma-se que foi a partir do modelo de representação adotado por ele - em que se pretendia produzir uma representação mais realista, pois já havia uma preocupação humanista com a fidelidade da obra - que a Europa deixou para trás a imagem de um índio europeizado e demonizado e adotou uma nova ideia e pensamento quanto ao Novo Mundo.

Sem dúvida, sua produção artística constitui um rico conjunto de referências sobre o continente recém descoberto, mas será que esse legado pode ser encarado como um documento histórico no sentido literal? Será que essa nova maneira de se pensar as terras do novo continente correspondia de fato à realidade deste ou era apenas uma criação dos artistas contratados pelo jovem governador do Brasil holandês, com o único objetivo de fazer propaganda do *status* e da posição de chefia ocupada por ele? Será que essas imagens traduzem, de fato, a realidade daquela colônia? Será que Eckhout, de fato, transformou o imaginário

européu acerca do Brasil? Até que ponto se pode afirmar que suas representações transformaram o imaginário europeu, herdado do século XVI, à respeito do Brasil seiscentista?

2.1 ALBERT ECKHOUT, AS IMAGENS E SUAS INTERPRETAÇÕES

A biografia do pintor Albert Eckhout é cheia de lacunas não preenchidas. Natural de Groningen, na Holanda, Eckhout nasceu por volta de 1610 e foi incentivado a pintar por seu tio, Gheert Roeleffs, que segundo consta também era pintor. Segundo Rebecca Parker- Briennen (2006, p. 30), ele foi apresentado ao Conde Maurício de Nassau por intermédio de Jacob van Campen¹¹ e, assim, assegurou seu lugar junto à comitiva que partiria com o nobre alemão rumo às terras brasileiras. Sua produção artística no período que antecedeu a viagem ao Brasil tem pouca expressão na Europa do século XVII, o que leva a crer que o jovem Eckhout não era uma artista de grande reconhecimento, já que suas mais importantes telas são as que ele fez durante o período em que esteve no Brasil a serviço do Conde governador do Brasil holandês, Maurício de Nassau. Já de volta à Europa, em maio de 1644, Albert Eckhout torna a morar em Groningen, sua cidade natal, onde se casa com Anne Jansen Wigbolde e após o casamento passa a viver em Amersfoort, cidade em que nascem seus três filhos. Em 1653 ele transfere-se para Dresden, onde permanece por 10 anos trabalhando como pintor da Corte de Johan Georg II, retornando em 1663 a Groningen, onde vem a falecer por volta de 1665 ou 1666.

Durante os sete anos em que Albert Eckhout esteve em terras brasileiras desenvolveu a atividade de documentarista da flora e da fauna locais, além de pintar os tipos humanos que

11 Arquiteto e pintor de origem holandesa.

habitavam o Brasil. Nesse período, produziu um conjunto de 24 pinturas, dentre essas podemos destacar a série de retratos etnográficos composta de oito quadros pintados a óleo sobre tela, de grandes dimensões. São elas: *Mulher Tapuia* (264 x 159 cm), *Homem Tapuia* (266 x 159 cm), *Mulher Tupi* (265 x 157 cm), *Homem Tupi* (269 x 170 cm), *Mulher Mameluca* (269 x 170 cm), *Homem Mulato* (268 x 165 cm), *Mulher Negra* (270 x 180 cm) e *Homem Negro* (264 x 162 cm). Da sua produção à óleo em solo brasileiro ainda se pode citar a série de doze naturezas mortas com representações dos frutos, flores e raízes das mais diferentes espécies e origens, além de um enorme painel que chama a atenção do espectador tanto por suas dimensões quanto pela exuberância dos movimentos encenados pelos personagens nele representados, o famoso quadro intitulado *Dança dos Tapuias* (168 x 294 cm). Completam esta coleção o Retrato de Dom Miguel de Castro (73 x 62 cm) e dois outros quadros menores que retratavam os pajens da comitiva africana que visitou o Recife. Além disso, especula-se também a existência de um quadro, que teria desaparecido, em que aparecia a representação do próprio Nassau rodeado por índios.

Esse acervo composto por vinte e quatro telas foi o alvo de nossos estudos como pesquisadora bolsista de Iniciação Científica e, a partir da análise de tais pinturas, tivemos a oportunidade de perceber a riqueza de detalhes e simbolismos nelas representados. São esses detalhes que podem dizer muito quanto à realidade histórica daquela sociedade e de seus habitantes. Para isso basta que se tenha consciência da problemática relativa à ligação existente entre história e imagens, de modo que possamos entender que uma imagem está sempre inserida e carregada das influências do contexto em que foi produzida. No caso de Albert Eckhout, se pode dizer que suas telas, tanto as da série de retratos etnográficos quanto as da série de naturezas mortas, tem tanto

uma função quanto uma finalidade bem definidas, seja ela a de agradar ao Conde patrocinador ou até a de atestar a capacidade de fertilidade daquela terra, de modo a fazer propaganda dos domínios da Companhia das Índias Ocidentais.

Portanto, é imprescindível que se tenha consciência dos agentes externos que influenciam no resultado final da produção de uma imagem, seja essa uma fotografia ou uma pintura e, conseqüentemente, da fragilidade do uso dessa imagem como documento histórico, afinal *“a imagem não é o retrato fiel de uma verdade nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos, assim como teriam acontecido ou assim como teriam sido. Isso é irreal e muito pretensioso”* (PAIVA, 2006, p. 19).

Nesse sentido, as imagens são testemunhas mudas das transformações de uma sociedade e, embora elas sejam capazes de moldar imaginários culturais que resistem ao tempo e possam nos fornecer dados e características de diferentes povos e épocas, elas continuam sendo apenas meras representações visuais concebidas de forma subjetiva, carregadas de opiniões pessoais. Por isso, ao analisá-las, se deve ter cautela e ciência de suas fragilidades, para assim evitar-se conclusões errôneas e anacronismos.

Segundo Eduardo França Paiva, a iconografia é, sem dúvida, uma fonte histórica das mais ricas, porém não podemos nos esquecer que ela *“traz embutida as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida idealizada, forjada ou inventada”*(PAIVA, 2006, p. 17), e que assim como qualquer outra fonte deve ser explorada com os devidos cuidados. Portanto, as imagens não devem ser concebidas como certidões que atestam o que foi vivido, pois elas não são uma representação fiel dos acontecimentos passados, nem, muito menos, fotografias instantâneas da realidade, elas são apenas a representação visual, concebida de uma forma crítica e, por isso, carregada dos conceitos de uma determinada realidade histórica.

Sendo assim, o pesquisador da imagem tem a obrigação de entender que as interpretações de qualquer documento são filhas de seu tempo e que para diferentes tempos históricos teremos diferentes interpretações a respeito de um mesmo objeto de estudo. Assim, devemos ir além daquilo que está explícito na própria imagem, estar cientes das entrelinhas, tendo a capacidade de enxergar além das formas que a compõem e ter consciência de que todas as possíveis conclusões a respeito desta fonte serão conclusões passageiras e passíveis de modificações e novas revisões, pois, como já afirmamos aqui, cada momento histórico produz diferentes e distintas compreensões sobre um mesmo documento, seja ele escrito ou visual, e esse movimento é inevitável, pois acompanha o movimento de construção e reconstrução de teorias da própria História que, como sabemos, não é imutável, tampouco fixa. Assim:

Essa história ameaça ser infinita, uma vez que toda leitura nova acrescenta outras camadas ao seu enredo. Ao lê-la hoje, emprestamos à pintura uma abundância de detalhes curiosos, dos quais o artista não podia ter ideia; nós mesmos, é claro, não podemos saber que capítulos novos serão acrescentados à história nas leituras futuras. O enigma permanece o mesmo: só as respostas variam. (MANGUEL, 2001, p. 83)

Além disso, a imagem esconde silêncios e códigos que devem ser decifrados e compreendidos, para isso, é preciso que se saiba fazer as indagações certas, é preciso se voltar para as perguntas que caracterizam o início de todas as reflexões históricas e que se constituem como parte integrante da função do historiador, a de questionar: Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Por quê? Como? Só assim as fontes iconográficas

assumirão definitivamente o seu papel como documentos históricos essenciais e deixarão para trás a função meramente ilustrativa que lhes foi atribuída no século XVI.

Através dessas perguntas imprescindíveis é possível analisar e interpretar os registros visuais com maior responsabilidade, pois por meio delas se pode compreender e perceber os diversos fatores que influenciaram a produção da imagem, desde a escolha do tema, que passa pelas convicções do pintor, bem como por suas intenções com a produção daquela determinada obra de arte, o que ele pretende transmitir e demonstrar com a sua pintura, até a influência do patrocinador sobre o resultado final da tela. No caso do pintor Albert Eckhout, a escolha dos temas pintados em suas telas foi diretamente influenciada pelo patrocinador das obras, Maurício de Nassau, afinal Eckhout era seu empregado e trabalhava sob seu comando.

Dessa maneira, é bom lembrar que cabe ao pesquisador da imagem filtrar de seu objeto de estudo aquilo que realmente pode expressar e representar as reais características da sociedade ali retratada, daquilo que foi colocado na tela apenas com o intuito de forjar ou até mesmo omitir uma certa realidade, criando assim uma espécie de ilusão social onde as mazelas inerentes àquela sociedade são “esquecidas” pelo pintor e por isso não representadas na tela. É essencial, ainda, que o historiador esteja consciente das fragilidades existentes no processo de análise iconográfica e que tenha entendimento de que para interpretar uma imagem de maneira crítica, de modo a fazer com que esta assuma sua função como evidência histórica é preciso, antes de mais nada, procurar saber de suas origens, por quem foi produzida, em que contexto e com que intenção, voltando-se assim, mais uma vez, para as perguntas essenciais do ofício histórico, aqui já citadas, que devem ser feitas pelo pesquisador a seu objeto de estudo.

Além disso, cabe ao historiador saber explorar suas fontes, indagando-as e contextualizando-as da melhor maneira possível, saber escutar delas as respostas que lhe são necessárias, bem como procurar essas respostas nas entrelinhas, nos silêncios e nos enigmas da própria imagem, para assim conseguir extrair delas novas versões e questionamentos. Cientes dessa realidade, se pode então perceber, nas telas de Albert Eckhout, um amplo leque de informações e simbolismos que ajudam a entender porque suas pinturas foram responsáveis pelo nascimento de novas impressões e pensamentos, de um novo imaginário que deixou para trás a iconografia fantasiosa do século XVI e adotou uma nova forma de representar os trópicos. Só desta maneira estaremos prontos para ler e interpretar essas imagens entendendo que:

Lê-las é, também, aprender a ler o outro, a ler as referências que não são nossas, a ler o mundo que não é o nosso e a partir daí perceber que o mundo é construído a partir de semelhanças e sobre diferenças que coexistem, às vezes de maneira harmônica, outras vezes conflituosa e antagonica. Este é um exercício fundamental: descobrir o outro por meio das imagens e além dos estereótipos. Compreendê-lo, respeitá-lo e dialogar com ele, além das imagens por vezes reducionistas e simplificadoras que nos são apresentadas e que, também, construímos historicamente. (PAIVA, 2006, p. 104)

Nesse sentido, portanto, pretendemos ao longo de todo esse trabalho lidar da melhor maneira possível com as fontes iconográficas, considerando essa discussão a respeito de suas armadilhas, mas ao mesmo tempo, certos de que elas são, neste momento, o melhor material disponível para vencer a tarefa que nos propusemos a fazer, que é a de entender como se consolidou

a imagem de Albert Eckhout como transformador do imaginário europeu sobre o Brasil e se, de fato, é esse título que lhe cabe.

2.2 A PECULIARIDADE DA OBRA DE ALBERT ECKHOUT

Segundo Sylvia Ribeiro Coutinho (1999), o protestantismo foi responsável pelo surgimento de um espírito liberto da dogmática religiosa e também pela abertura das possibilidades de novas práticas experimentais e especulativas que delinearam, ao longo do século XVII, a cultura avançada do norte europeu. Para a autora, isso interferiu e influenciou diretamente um movimento de avanço no processo de observação da natureza e do meio ambiente, pois esse então passou a ser um processo desvinculado da exortação moral e religiosa.

Nos Países Baixos, essa cultura naturalista teve grande desenvolvimento e se estabeleceu de acordo com o método de observação direta e minuciosa da natureza, pelo qual se pretendia capturar a especificidade de cada objeto, marcando a arte dessa região como “uma arte capaz de captar a diferença, pois ela se constitui como um despojado espírito de observação do real - da paisagem, do homem, das cenas simples da cidade ou do interior doméstico” (COUTINHO, 1999, p. 37). É, pois, essa cultura artística que Albert Eckhout traz como influência para desenvolver seu trabalho no Brasil e é, em grande parte, devido a essa influência, que sua representação a respeito da humanidade do Brasil se diferencia, em grande parte, das representações concebidas anteriormente, especialmente aquelas produzidas pelo colonizador português.

Da mesma forma que o francês Jean de Léry, Albert Eckhout desconsiderou o caráter anti-humano, até então atribuído ao índio brasileiro e percebeu, capturou e expressou, em seu trabalho, as diferenças e peculiaridades desse índio. Sua leitura a respeito

dessas peculiaridades não desumaniza o índio, apenas o interpreta como representante de uma cultura distinta e inferior à cultura europeia, legitimando assim a presença da “civilização” naquele território. Nesse sentido, suas representações constituem-se como um novo olhar a respeito desse índio.

Baseado e imerso nessa cultura de atenta e intensa observação da natureza, Eckhout se volta para a humanidade do Brasil e produz uma obra contundente que impressiona não só por sua dimensão, já que suas personagens foram pintadas em tamanho natural, mas também pela posição de destaque que é atribuída ao indígena, que passa a ser o protagonista e principal elemento da tela, que tem seu cenário completado por diversos detalhes de paisagem e inúmeras minúcias, como, por exemplo, alguns pequenos animais colocados em posições estratégicas, de modo a formar um panorama perfeito.

Além disso, em suas naturezas mortas Eckhout pintou, com riqueza de detalhes, a intensa variedade de frutas, frutos e plantas existentes naquela colônia. Representou ainda insetos e pequenos animais típicos da região sem, no entanto, atribuir-lhes significados demoníacos, distanciando-se da ideia presente no século XVI que concebia o Brasil como uma terra de contradições que eram divididas entre o paraíso, com suas abundância de frutos e natureza, e o inferno em terra, com seus insetos, animais e monstros perigosos e peçonhentos. Dessa maneira, ele atestava a riqueza do território e moldava uma visão otimista a respeito do território brasileiro, que passava a ser visto como uma terra sem males, rica e farta, que era habitada por uma gente diferente, peculiar e incivilizada, que necessitava da presença do europeu para se desenvolver.

O século XVII, portanto, mal nasceu e foi logo tratando de deixar para trás o modelo quinhentista de representação e adotou, a partir da obra de Albert Eckhout, novos parâmetros para

registrar as paisagens e ambientes do Novo Mundo. Esses novos parâmetros, de acordo com o ideal humanista da época, eram baseados, sobretudo na preocupação com a fidelidade e realidade da representação. A imagem deixava de ser apenas uma ilustração e passava a constituir parte integrante do registro, completando e conferindo a este mais confiança e credibilidade.

Nesse sentido, Albert Eckhout ainda hoje é considerado por muitos estudiosos como o primeiro pintor a lançar um “olhar etnográfico” sobre os habitantes da América embora, de acordo com Peter Mason¹², ele não seja o primeiro desenhista *in loco* a estabelecer-se Novo Mundo. Como principal representante de uma tradição mais realista, ele desenhava e pintava com grande minúcia de detalhes, conferindo ao seu trabalho uma expressão de intensa verdade. Seus quadros, por exemplo, parecem fotografias instantâneas da realidade, embora saibamos que sejam apenas representações, como tantas outras existentes, que não estão a salvo de carregar as convicções pessoais daqueles que as produziram. Dessa maneira, Albert Eckhout marcou a mudança no estilo de representação europeu, deixando para trás a imagem despreziosa e pouco realista do século XVI e adotando um modelo baseado na fidelidade do objeto representado, sejam esses elementos da flora e da fauna ou, ainda, tipos étnicos como, por exemplo, o índio.

3 A NATUREZA MORTA COMO ALEGORIA: UMA OUTRA MANEIRA DE FALAR SOBRE O OUTRO

Com a queda de Roma e a penetração dos povos bárbaros na chamada “Europa civilizada”, houve um choque de culturas e iniciou-se um processo de convivência e integração de diferentes

12 Sobre isso ver *Infelicitities: Representation of the Exotic*, de Peter Mason (1998).

povos e suas concepções de mundo. A cultura clássica, proveniente da Europa civilizada e católica, e a cultura não clássica, proveniente da Europa não civilizada, passaram a conviver num mesmo espaço geográfico. A partir do século XVI, devido às diferenças de comportamento e atitudes entre o mundo europeu clássico e o mundo europeu não clássico, e também devido à incapacidade da parte “incivilizada” de aceitar os abusos de autoridade da Igreja Católica Romana, deu-se origem ao processo da Reforma Protestante.

Foi com o protestantismo e através de sua busca por uma fé pura e livre de dogmas, em que o indivíduo buscava um encontro direto com Deus sem o intermédio de uma instituição, que o homem se libertou da submissão teológica. Com isso a humanidade pôde experimentar um nível de desenvolvimento artístico e científico jamais experimentado anteriormente, e foi nesse período que a Europa protestante inaugurou uma nova fase do humanismo, um humanismo que se distingue do humanismo do Ocidente católico romano pela forte inclinação à ciência, inclinação esta que é demonstrada através de novas práticas experimentais e especulativas baseadas na intensa observação da natureza e do meio ambiente como forma de entender os fenômenos do mundo (COUTINHO, 1999, p. 36).

Desvinculada da exortação moral e munida de um espírito liberto dos dogmas religiosos, a cultura do norte europeu avançou e se desenvolveu nos mais diversos aspectos, inclusive no comércio. Segundo Julie Berger Hochstrasser (2007, p. 13), no final do século XVI o sistema comercial do Velho Mundo podia ser descrito como um sistema triangular em que os pólos de poder eram ocupados pelos Países Baixos na primeira ponta, pelo Báltico na segunda e pela Península Ibérica e França na terceira e última ponta. No início do século XVII essa realidade iria sofrer profundas alterações e esse sistema iria expandir-se, gerando uma série de mudanças

institucionais e técnicas que faziam com que os Países Baixos assumissem uma posição de superioridade com relação aos demais pólos dominantes desse sistema.

Assim, os Países Baixos do século XVII viviam um período de grande prosperidade econômica, com suas famosas companhias de comércio, que geravam altos lucros e riqueza para os Estados e cidades que compunham as Províncias Unidas. Naquele período, os comerciantes holandeses alcançaram os mais distantes lugares do Velho Mundo e estabeleceram uma sólida rede de comércio que, em pouco tempo, deixaria o mundo à sua disposição. Em meio a esse contexto de desenvolvimento comercial e de intensa circulação de produtos de todas as partes do mundo se estabeleceu, naquela região, uma sociedade consumista que, devido a seu poder de compra, impulsionou o comércio holandês para o sucesso.

Nesse mesmo período se constatava ali, devido ao protestantismo humanista, um intenso desenvolvimento nas artes em geral, marcando esse período definitivamente como o “Século de Ouro” das artes e da ciência, e assim o nascimento e estabelecimento de um novo gênero de pintura como gênero independente: a pintura de naturezas mortas (HOCHSTRASSER, 2007).

A pintura de naturezas mortas neerlandesa tinha um caráter descritivo e transformava em temas principais de telas as mercadorias, mercadorias estas que circulavam intensamente nos grandes portos da região como, por exemplo, no porto de Amsterdã. Além disso, é claro, eram também representados, em muitas telas, os produtos locais e de fabricação e uso doméstico como a manteiga, a cerveja e o queijo, que apareciam com frequência nas telas produzidas durante as primeiras décadas do século XVII nas Províncias Unidas.

Portanto, para Julie Hochstrasser (2007) as naturezas mortas, assim como as pinturas de outros gêneros, também são

fontes narrativas e podem fornecer pistas de descrições sobre uma determinada realidade. Segundo a autora, esse gênero foi responsável, na Europa do século XVII, por narrar a história do nascimento e desenvolvimento do comércio e da indústria holandesas daquela época.

Sendo assim, é possível afirmar, de acordo com o pensamento de Hochstrasser, que a natureza morta pode assumir um papel alegórico, no sentido de exprimir um conjunto de ideias sobre uma determinada realidade, ultrapassando assim, a função meramente estética que normalmente lhe é atribuída, como é o caso das pinturas de natureza morta produzidas pelo pintor Albert Eckhout durante a sua estada nas terras dominadas pela WIC no litoral brasileiro.

De acordo com a função de documentarista da flora e da fauna locais, que desempenhava enquanto membro da comitiva do Conde Maurício de Nassau, Albert Eckhout pintou uma série composta por doze naturezas mortas que retratavam tanto as plantas próprias do continente sul-americano como, por exemplo, o caju e o mamão, quanto aquelas que foram introduzidas no Brasil pelos europeus e permaneceram sendo domesticadas com sucesso, como é o caso do pepino e do coco. Há, porém, uma peculiaridade na obra de Eckhout: o fato de o pintor ter representado extensivamente plantas cultivadas desprezando, assim, a vegetação espontânea da região. Essa escolha não teria ocorrido por coincidência ou por acaso, o fato é que haveria um motivo para que isso tenha acontecido. Qual seria, portanto, a intenção de Albert Eckhout?

Em primeiro lugar, é importante que lembremos que além de pintor, Eckhout também era botânico, e nutria grande interesse pela natureza, suas plantas e frutos. Esse interesse, entre outras coisas, sem dúvida, teria motivado sua escolha por representar plantas cultivadas, mostrando não só frutos

inteiros, como, também, muitas vezes, representando pedaços de exemplares maduros, incluindo suas sementes, galhos, folhas e floração, aspectos que não tinham grande valor comercial, mas se constituíam em preciosos relatos botânicos.

Por outro lado, essa escolha está diretamente ligada à figura do Conde Maurício de Nassau. O jovem governador do Brasil holandês era originário de uma nobre família alemã e, de acordo com a tradição da época, estava obrigado a representar sua classe. Na Europa seiscentista, um homem com sua posição social deveria não só viver luxuosamente como também demonstrar erudição e apego pelas artes e ciências. Esse, sem dúvida, foi um dos principais motivos pelos quais Nassau patrocinou o trabalho de artistas como Albert Eckhout. O conde pretendia não apenas patrocinar a arte, mas também deixar para o mundo um relevante legado de conhecimentos científicos e botânicos. Nesse sentido, as naturezas mortas de Eckhout eram *“parte de uma tradição apesar de sua escolha pelas plantas cultivadas não constituir uma norma”* (WAGNER, 2002, p. 198).

Para Maurício de Nassau, ainda havia um outro interesse na representação dessa natureza brasileira. O conde também era, além de nobre, um oficial do governo holandês, preposto a serviço da Companhia das Índias Ocidentais e, por isso, tinha a obrigação de fornecer lucros aos acionistas e diretores daquele empreendimento. Dessa maneira, essas representações tinham um valor que ia além das razões tradicionais e chegava ao aspecto econômico, pois serviam como uma espécie de campanha publicitária dos domínios da WIC na América portuguesa.

Eckhout mesclou em suas naturezas mortas, frutos, frutas, plantas e até insetos. Em algumas telas, representou apenas plantas domesticadas, como repolho, melões e pepinos, enquanto em outras ele mostrou uma maior variedade de frutas e legumes, chegando a adicionar, em meio a todos esses elementos,

a inflorescência de uma palmeira e até um gafanhoto, como se pode perceber nas telas intituladas *Abóboras, abacates, buchas e gafanhoto* e *Cabaça, limões, maracujás, cacto e melões*.



Fig. 4 - Abóboras, abacates, buchas e gafanhoto, 164?; óleo sobre tela, 91 x 91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 5 - Albert Eckhout, Cabaça, limões, maracujás, cacto e melões, 164?; óleo sobre tela, 91x91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Ao pintar plantas de diferentes origens num mesmo quadro, como, por exemplo, caju e cocos, ou ainda, fazer do tema principal de um de seus quadros a representação de cocos que são tipicamente africanos, Eckhout parecia querer deixar claro que ali podiam conviver diversas realidades assim como conviviam diversas origens de plantas. Para Peter Wagner, a sua intenção na escolha dos temas de suas pinturas de natureza morta estava clara: *“suas pinturas de frutas e de plantas importadas foram feitas para provar que era possível cultivar tais espécies no Brasil”* (WAGNER, 2002, p. 199). Dessa maneira o artista atestava e legitimava a necessidade da presença da WIC naquelas terras e, de certa forma, certificava também aos investidores que aquele arriscado empreendimento tinha grandes possibilidades de ser bem sucedido.



Fig. 6 - Albert Eckhout, *Abacaxi, melancia etc.*, 1647; óleo sobre tela, 91 x 91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 7 - Albert Eckhout, *Cocos*, 1647; óleo sobre tela, 91x 91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Ainda seguindo uma linha de produção artística voltada para um objetivo definido e concreto, objetivo este de fazer propaganda das riquezas da região sob domínio da gloriosa Companhia das Índias Ocidentais, Albert Eckhout pintou diferentes telas e nelas deixou transparecer a riqueza e fertilidade daquelas terras. Além disso, ele também representou, em suas naturezas mortas, elementos sintetizados da cultura e da sociedade colonial brasileira, como é o caso da cabaça pintada por ele como tema principal de em uma de suas telas, intitulada *Cabaça Fina*.

A origem desse fruto não é conhecida ao certo, alguns o consideram como originário da Ásia, outros como originário da África, mas o que se sabe, de fato, é que desde a chegada dos Portugueses no Brasil os índios daqui já utilizavam a polpa da cabaça para comer e a casca, depois de tratada, para transportar água, tintas e sementes, constituindo-se assim como elemento de extrema importância no cotidiano da sociedade brasileira, e essa importância não passou despercebida pelas representações produzidas pelo pintor.

Pelo contrário, a cabaça é presença frequente nas pinturas feitas por Eckhout no período de sua estadia no Brasil. Ela aparece não só em sua série de naturezas mortas, mas também em sua série de retratos etnográficos, como, por exemplo, nas telas *Mulher Tapuia* (Fig.12) e *Mulher Tupi* (Fig.13), onde aparecem de maneira natural, sendo utilizadas pelas personagens, fato que confirma a importância e utilidade do tal produto na sociedade indígena.



Fig. 8 - Albert Eckhout, *Cabaça Fina*, 1647; óleo sobre tela, 91 x 91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

A cabaça se faz presente, nas telas de Eckhout, não só como tema principal de uma de suas telas, mas também como elemento secundário como quando é representada em conjunto com outros frutos diversos como, por exemplo, na tela intitulada *Cabaça, limões, maracujás, cacto e melões* (Fig.5), onde ela aparece juntamente com os limões, que são originários da região sudeste da Ásia, e com maracujás, que são originários da América do Sul e Central.

Nessa tela, especificamente, a boa convivência estética da cabaça, elemento fundamental na cultura e sociedade brasileiras da época, com frutos das mais diversas regiões do mundo nos faz perceber a ideia central que Eckhout queria transmitir através de sua obra, ou seja, a de que no Brasil as mais diferentes culturas conviviam harmoniosamente.

As diversas plantas representadas por Albert Eckhout como sinônimo da riqueza e fertilidade das terras brasileiras que, naquele momento, estavam sob domínio holandês, não aparecem apenas em suas telas de natureza morta. Seus frutos, frutas, legumes e plantas também marcam presença em seus grandes retratos etnográficos. Em *Mulher Negra* e *Mulher Tapuia*, as frutas de Eckhout podem ser vistas nas cestas carregadas pelas personagens. Além disso, ainda podemos notas, em seus retratos, a presença de tamareiras, cajueiros, bananeiras e coqueiros. O uso desses elementos completava a intenção de sua obra, que era a de fazer propaganda daquela terra, de sua fertilidade e riqueza, fazendo com que essas duas séries de pinturas - a dos retratos etnográficos e a das naturezas mortas - dialogassem entre si e se completassem com o objetivo de transmitir um só conceito.



Fig. 09 - Albert Eckhout, *Mulher Negra*, 1641; óleo sobre tela, 269 x 170 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 10 - Albert Eckhout, *Mulher Tapuia*, 1641; óleo sobre tela, 264 x 159 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Assim, se considerarmos o conceito de alegoria como sendo uma forma metafórica de exprimir um conjunto de ideias, podemos afirmar que as naturezas mortas produzidas por Eckhout são expressões alegóricas que exprimem insistentemente uma ideia de riqueza e fertilidade das terras do litoral da América portuguesa sob domínio da WIC e que, acima de tudo, pretendem fazer dessa ideia um motivo para fazer propaganda dessa região e mesmo do governo do Conde Maurício de Nassau. Eckhout pintou com um objetivo definido e concreto: o de atestar, em suas telas, as maiores qualidades das terras brasileiras, e sua série de naturezas mortas não ficou de fora desse intuito e, por isso, as representações nelas contidas ultrapassam o campo meramente estético e assumem uma função pré-determinada, pois se constituem como representações alegóricas da realidade existente no Brasil do século XVII.

4 RETRATOS ETNOGRÁFICOS: A REPRESENTAÇÃO DOS TIPOS BRASILEIROS

O imaginário europeu do século XVI a respeito do Brasil deve ser entendido por três aspectos básicos. Em primeiro lugar, trazia a ideia de uma paisagem edênica, semelhante a um paraíso terrestre sem males. Em segundo lugar, trazia o índio com feições europeias, renegando assim a sua estrutura física real. Por último, interpretava a tradição indígena, seus costumes e ritos, apresentando-os como demoníacos e incivilizados.

Albert Eckhout, com sua obra, por sua vez, tanto etnográfica quanto natural, trabalhou, de acordo com o nosso pensamento, numa via de mão dupla, modificando certos aspectos desse imaginário e, ao mesmo tempo, ratificando outros. Suas telas, que traziam representações dos três tipos étnicos que, àquela época, habitavam o Brasil holandês, - índios, negros e

européus - são conhecidas hoje, em todo o mundo, pelo realismo conferido aos personagens que ocupam sempre o plano central da pintura e são representados em seu “ambiente” natural. Essas obras são consideradas, até hoje, por diversos pesquisadores, como agentes transformadores do imaginário europeu a respeito do Brasil e de seus habitantes.

Em nossa concepção, porém, é bastante complexo atribuir esse título, no período anterior ao século XIX, às representações feitas por Eckhout, já que estas não se destinavam a apreciação do grande público e teriam sido feitas, originalmente, para decorar as enormes paredes do palácio de Vriburgh, pertencente ao Conde Maurício de Nassau, em Pernambuco. Segundo Rebecca Parker-Briennen (2002, p. 88), o salão desse palácio constituía um grande espaço para banquetes e recepções para embaixadores estrangeiros e as pinturas de Eckhout completavam a magia do ambiente, impressionando e dando boas vindas aos visitantes e comensais da nobreza da terra que partilhavam do convívio do nobre alemão.

Só a partir do século XIX, quando o Museu Nacional de Copenhague, na Dinamarca, passa a abrigar essa coleção, é que o público começa a ter acesso a essas representações. A partir de então, a Europa começa a confrontar seus pensamentos, ideias e imaginários, formados através das representações feitas pelos cronistas que estiveram no Brasil e de volta à Europa publicaram seus diários de viagem, com as representações produzidas por Albert Eckhout. Dessa maneira, acreditamos que esse processo de transformação de imaginários só poderia ter ocorrido a partir do trabalho de Eckhout ao longo do século XIX.

Assim, considerando que essas representações teriam transformado, a partir do século XIX, a maneira como o europeu interpretava e entendia o Brasil, podemos nos perguntar: em que sentido se observa essa transformação? Albert Eckhout é a

representação típica do artista europeu setentrional, marcado pelo contexto de desenvolvimento artístico e científico de sua época, que imprimiu em sua obra as características de um humanismo protestante caracterizado pela observação da natureza e pela representação fiel daquilo que estava sendo pintado. Dessa maneira, não podemos negar que seu trabalho diz muito à respeito do Brasil colonial e de sua sociedade, dos costumes e modos de seus habitantes, e que nele está impressa uma quantidade enorme de informações que podem fornecer indícios preciosos não só da realidade colonial, de como vivia e se organizava aquela sociedade, mas também de como um europeu moderno percebia essa humanidade desconhecida e exótica

Nesse sentido acreditamos que no trabalho de Albert Eckhout, com seu apelo humanista, se pode observar por um lado, a formação de um novo modelo de representação da natureza exótica e desconhecida do Brasil. É a partir de sua obra que a estrutura corporal e física do indígena passa a ser retratada de maneira fiel e realista, e isso rompe com o modelo representativo do século XVI, que percebia e interpretava os índios, por meio de traços e feições europeias. Por outro lado, porém, o trabalho de Eckhout dá continuidade ao pensamento quinhentista a respeito da cultura e da tradição indígena, confirmando assim sua imagem demoníaca. Vejamos:

Se compararmos as telas *Homem Tapuia* e *Mulher Tapuia* com a representação do francês Jean de Léry, intitulada *Tupinambás* (Fig. 3), perceberemos uma enorme diferença nas características físicas atribuídas ao indígena por esses dois homens. Enquanto Léry aproxima a fisionomia do índio com a do europeu, representando um índio musculoso, de pele clara com cabelos longos e ondulados, Eckhout faz o movimento inverso e representa, em seu trabalho, um índio “real”, com pele avermelhada, corpo mais arredondado, percebido na silhueta da

tapuia, e quase sem definição muscular. Marcando assim esse processo de inauguração de uma nova forma de representação do outro, comprometida com a fidelidade da imagem que, então, deveria retratar com a máxima semelhança aquilo que os olhos viam. Eckhout, portanto, deixa para trás, nesse aspecto, a tradição quinhentista e retrata, com riqueza de detalhes, as características físicas de seus personagens, sejam eles índios, mulatos ou negros.



Fig. 11 - Albert Eckhout, *Homem Tapuia*, 1641; óleo sobre tela, 269 x 170 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 12 - Albert Eckhout, *Mulher Tapuia*, 1641; óleo sobre tela, 264 x 159 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Porém, em meio a essa característica realista, percebe-se nessas telas a construção de um ambiente permeado por ícones que remetem ao selvagem, ao bárbaro, ao incivilizado. Em seu *Homem Tapuia*, Eckhout colocou uma grande quantidade de

adornos e objetos tipicamente indígenas, além de simbolismos que apontam para uma realidade “chocante”. Seu personagem aparece em primeiro plano, usando um cocar de plumas vermelhas, amarelas e pretas, ostentando adornos faciais de ossos colocados nas bochechas e uma proteção peniana. Além disso, o tapuia usa um tipo de sandália artesanal e segura em sua mão direita quatro dardos, ou lanças, e uma espécie de propulsor. Na mão esquerda ele segura um objeto chamado Ibirapema, que é uma espécie de tacape cerimonial utilizado para matar prisioneiros de guerra com um só golpe na cabeça. A paisagem ao seu redor complementa o cenário exótico da tela. No canto direito e em primeiro plano, percebemos flores vermelhas, amarelas e brancas. Aos pés do índio, do lado direito da imagem, Eckhout representou uma jibóia e no lado oposto uma aranha caranguejeira. Ao fundo, percebemos um cenário de mata fechada, apontando para o pouco contato dessa tribo com a civilização europeia, onde se percebe um grupo de aproximadamente dez índios, que aparecem dançando em volta de um objeto/pessoa não identificado.

A índia, por sua vez, aparece com a genitália coberta por folhas, usando sandálias e carregando uma cesta cheia de objetos, dentre os quais o pé de um ser humano, que se encontra pendurada em sua cabeça. Em punho, do seu lado direito, ela segura uma mão humana. Esses elementos fazem alusão direta à característica antropofágica de algumas tribos indígenas embora, nesta tela, o ritual tenha sido exageradamente estereotipado. A sensação que temos ao olhar para o quadro *Mulher Tapuia* é a de que ela irá fazer uma sopa de carne humana e, mais ainda, de que isso era um hábito corriqueiro quando, na verdade, sabemos que o consumo de carne humana pelos indígenas ocorria apenas em forma de ritual com prisioneiros de guerra ou entes queridos, dependendo da etnia. A paisagem ao fundo é, assim como na tela *Homem Tapuia*, de mata fechada, sem símbolos que apontem para

o cultivo de qualquer gênero alimentício. Em primeiro plano, no lado direito da tela, percebemos uma enorme quantidade de vagens que caem de uma frondosa árvore, além de um cão com aspecto de lobo. No fundo da imagem, no espaço existente entre as pernas da índia, observamos a representação de um grupo de índios descendo a colina e empunhando lanças, provavelmente dirigindo-se a alguma peleja.

Essas duas representações interpretam o índio tapuia como um ser isolado e sem contato com o povo europeu. Os símbolos colocados em ambas as telas remetem, quase que instantaneamente, a uma condição de barbárie e selvageria, condição essa atribuída ao indígena desde as primeiras representações feitas por cronistas e viajantes. Nesse sentido, portanto, as representações de Albert Eckhout não se diferenciam daquelas feitas ao longo do século XVI. Pelo contrário: suas imagens acabam por ratificar esse pensamento europeu a respeito do índio brasileiro, demonizando suas tradições e rituais.

Da mesma maneira, o casal de índios tupis também não foge ao estilo eckhoutiano de representação e é pintado com traços físicos “reais” e provavelmente fiéis àqueles vistos por Eckhout. O *Homem Tupi*, por exemplo, não apresenta músculos trabalhados e é representado, da mesma maneira que a *Mulher Tupi*, como um homem de estatura mediana e cor de pele avermelhada. Ele aparece na imagem, vestindo uma espécie de calção, de onde podemos ver, na sua cintura, uma faca com cabo de madeira, o que, em nossa concepção denota um maior contato dessa tribo com a “civilização”, já que esse tipo de objeto era de origem europeia. Em sua mão esquerda, ele segura um arco e quatro flechas, mostrando que apesar do intenso contato com o homem branco ele ainda preservava seus costumes e hábitos. Na paisagem ao fundo, podemos perceber a presença de um rio onde alguns indígenas estão se banhando. Em primeiro plano, ao

lado direito da personagem principal, observamos o que seria um pé de mandioca, além de um exemplar de mandioca aberto aos pés do tapuia, denotando a importância desse gênero na dieta alimentícia daquele povo. Do lado esquerdo percebemos um outro elemento dessa dieta, um caranguejo.



Fig. 13 - Albert Eckhout, *Homem Tupi*, 1641; óleo sobre tela, 269 x 170 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 14 - Albert Eckhout, *Mulher Tupi*, 1641; óleo sobre tela, 264 x 159 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

A índia tupi, por sua vez, veste uma saia branca e também traz na cabeça, assim como a tapuia, uma cesta carregada de objetos, só que desta vez não se trata de pedaços do corpo humano, mas sim de utensílios domésticos. Em seu braço direito, ela segura uma criança pequena e uma cabaça, que era normalmente utilizada para carregar água. Esses símbolos

conferem à sua imagem um ar mais fraternal e doméstico, sem muitas alusões à característica selvagem. A paisagem ao fundo denota a presença do homem branco naquela região através da representação de uma casa ao fim de uma grande área cultivada. Do lado direito da tela, em primeiro plano, aparece ainda uma bananeira e um sapo.

Se considerarmos, assim como Peter Mason (1998, p. 52), que essa série de retratos etnográficos teria sido pintada de modo a expressar um escala evolutiva civilizatória, uma hierarquia da humanidade desses personagens, em que num extremo apareceria o casal de índios tapuias, representando o mais baixo nível de civilidade, enquanto no extremo oposto apareceria o casal formado pelo mulato e pela mameluca que, por serem fruto da mistura entre as demais etnias e o europeu já seriam a expressão de maior nível de civilidade, entenderemos porque a *Mulher Tupi* ostenta traços mais delicados do que os da *Mulher Tapuia*, com um ar mais fraternal, doméstico e menos selvagem e bárbaro. A formação de uma imagem menos chocante, ratifica a ideia de que Eckhout teria adotado uma escala evolutiva e de que os tupis estariam posicionados num nível superior ao do casal tapuia.

Essa mescla de elementos indígenas e europeus exprime bem a concepção de que a relação entre o povo tupi e os europeus era mais estreita do que a relação entre europeus e tapuias, justificando assim o fato de os tupi serem vistos e representados como seres mais civilizados do que os tapuia. Mais uma vez, podemos constatar nessas telas a fidelidade do artista com relação à representação da estrutura física do indígena.

Com relação aos negros, podemos dizer que Eckhout os representou seguindo o mesmo paradigma adotado nas demais pinturas, sendo fiel aos traços físicos e ressaltando, com maior ou menor intensidade, características típicas da “raça” africana.



Fig. 15 - Albert Eckhout, *Homem Negro*, 1641; óleo sobre tela, 269 x 170 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 16 - Albert Eckhout, *Mulher Negra*, 1641; óleo sobre tela, 264 x 159 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Albert Eckhout representou seu Homem Negro usando uma tanga cobrindo a genitália e servindo de suporte para as lanças que se encontram nas suas costas e para a espada que ele ostenta na sua cintura. Ele não usa nenhum tipo de adorno facial e segura com a mão direita uma afiada lança. A imagem desse negro armado com lanças e espada não condiz com a sua posição de escravo dentro da realidade colonial. Alto e com músculos bem definidos, este personagem transmite uma ideia de força física e virilidade. Essa é reforçada pela paisagem da tela, que traz símbolos e alusões à sexualidade dos grupos étnicos originários do continente africano, como, por exemplo, a tamareira, de origem africana, que foi representada em forma de falo. Percebemos ainda

a presença de flores roxas e da presa de um elefante em mais uma alusão à força física desse personagem.

Em *Mulher Negra* percebemos uma negra com seios à mostra e vestida com um tipo de saia presa por uma faixa de tecido vermelho amarrado na cintura. Além disso, o que chama a atenção na tela é a enorme quantidade de adornos tipicamente europeus usados pela negra: ela traz consigo braceletes, brincos, chapéu, pulseiras e até um colar de pérolas com uma medalha, fato que não condiz com sua posição de escrava e, em nossa opinião, aponta para a hipótese de que tais objetos teriam sido ofertados em troca de favores sexuais, ideia ratificada pela figura do garoto que a acompanha na tela, pois ele ostenta um tom de pele mais claro, o que, em nossa concepção, apontaria para sua origem mestiça. Totalmente inserido no contexto e regime escravocrata, essa personagem e seu possível rebento são colocados numa paisagem de praia, com negros trabalhando na areia e vários navios em alto mar, uma referência clara ao transporte e comércio de escravos.

Além disso, a tela está recheada de símbolos que remetem à fertilidade e sexualidade dos africanos, como por exemplo, o periquito empunhado pelo garoto que a acompanha e a espiga de milho apontada por ele em direção ao baixo ventre da negra. Assim como as outras mulheres representadas por Eckhout, a negra também segura uma cesta carregada de objetos. Essa cesta, segundo Ernest van den Boogaart (2002, p. 124), seria proveniente na região do Congo e, portanto, associaria essa mulher ao ponto de origem da maioria dos escravos que, àquela época, viviam no Brasil holandês.

Assim, entendemos que o casal de negros representado por Eckhout constrói a ideia de que o negro estava adaptado e inserido no sistema escravocrata de modo que não constituía, portanto, ameaça alguma às possessões da WIC e, além disso, possuía um tipo físico forte e que era próprio para o trabalho, pois sua saúde e estrutura eram resistentes, além de esbanjar virilidade. Essas represen-

tações denunciam que todas essas qualidades estavam sob domínio holandês, comandados e integrados pela figura do Conde de Nassau.

Por fim, chegamos ao que seria, para Eckhout, a representação do mais alto nível de sua escala evolutiva: o casal formado pelo mulato e pela mameluca. Em *Mulher Mameluca*, Albert Eckhout nos presentearia com a beleza extravagante da mistura entre índios e brancos e com uma mescla de elementos e características que atraem olhares de todo o mundo. É possível perceber, na tela, o simbolismo que carrega cada um de seus elementos: é como se cada folha da paisagem tivesse algo a nos dizer. A mulher mameluca está no centro da tela, usando um vestido decotado e flores de laranjeira no cabelo e segurando um cesto de flores, ela transpira sensualidade através de seu decote, postura e até mesmo no simples gesto de levantar o vestido mostrando, assim, parte de sua perna, usa brincos, colares e pulseiras, e seus modos são bastante europeizados.



Fig. 17 - Albert Eckhout, *Mulher Mameluca*, 1641; óleo sobre tela, 269 x 170 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 18 - Albert Eckhout, *Homem Mulato*, 1641; óleo sobre tela, 264 x 159 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.

Mesmo tão semelhante ao europeu, ela está descalça, assim como o *Homem Mulato*, fato que atesta que embora ela já tenha hábitos e modos europeus, ainda se encontra num patamar inferior ao do homem branco. No canto direito da imagem, encontramos um porquinho da índia a seus pés, simbolizando a fertilidade, assim como os cajus que caem da folhagem acima de sua cabeça. Ainda se pode perceber, em sua vestimenta, a grande influência do homem branco, principalmente em seus adornos, que são tipicamente europeus como, por exemplo, o colar que ela está usando.

O mulato, por sua vez, aparece com uma pele clara e cabelos compridos, usando uma saia e uma camisa de mangas compridas além de um colete verde. Ele segura uma espingarda e traz na cintura um florete. Na paisagem, percebemos a presença, em primeiro plano e do lado direito da tela, de uma plantação de cana-de-açúcar, uma referência clara à integração dessa cultura com a vida dos habitantes da colônia. Do lado esquerdo percebemos um pé de mamão e ao fundo o oceano.

Dessa maneira, percebemos a preocupação de Albert Eckhout em representar as características físicas desses tipos étnicos de maneira fiel de modo a impressionar os investidores e visitantes e fazer propaganda do governo nassoviano, mas, ao mesmo tempo, uma despreocupação no que diz respeito a representar esses personagens em situações inerentes à condição de cada um deles. Assim, podemos dizer que Albert Eckhout rompeu, em parte, com a tradição representativa do século XVI quando considerou a imagem como documento capaz de registrar a riqueza natural e étnica do Brasil e não mais só como uma simples ilustração, mas também como um meio de propaganda. Foi dessa maneira, que seu trabalho acabou por inaugurar uma nova concepção para a representação da natureza desconhecida tendo como principal expoente a representação do índio brasileiro, que passava a ser retratado com sua estrutura e características físicas reais.

4.1 ALBERT ECKHOUT, A MANIPULAÇÃO DE SIGNIFICADOS E A ICONOLOGIA DE SUAS REPRESENTAÇÕES

Agora, é importante que observemos as telas de Albert Eckhout, por um outro prisma, de modo a perceber que elas também carregam uma variedade de fatores externos que influenciaram diretamente o resultado final de cada tela, além dos conceitos pessoais do artista que, por ser um europeu do século XVII, não escapa às convicções e pensamentos característicos da época, deixando transparecer em suas pinturas um certo preconceito com relação à cultura do habitante do Novo Mundo, estereotipando os costumes indígenas e contribuindo, nesse sentido, para a manutenção do imaginário criado durante o século XVI, que concebia o índio como um ser selvagem e incivilizado.

É fácil perceber que as telas de Eckhout retratam os índios de uma forma até então nunca vista, pois a representação física desse indígena, feita por ele, corresponde de um modo mais objetivo à realidade. Em suas telas os índios têm suas características físicas retratadas com fidelidade e isso, de fato, fez nascer uma nova maneira de se pensar e entender o “outro”, ou seja, o homem do Novo Mundo, personificado na figura do índio brasileiro. Exatamente por isso as telas de Albert Eckhout, retratando a humanidade “desconhecida”, são documentos históricos extremamente importantes.

O grande problema que identificamos, durante o período em que estudamos esse tema, com relação à obra de Eckhout é no que diz respeito à representação dos hábitos daquela gente, pois ele representou em suas telas os costumes indígenas de forma exagerada, fato que nos fez perceber a visão estereotipada que prevalecia então no pensamento europeu a respeito da cultura indígena, e isso contribuiu para a manutenção do imaginário até então existente, que entendia o índio como um ser selvagem e incivilizado por natureza, contradizendo assim a ideia de que teria

sido Eckhout o grande responsável pela total transformação do imaginário até então vigente. Afinal, embora o índio, através das telas de Eckhout, tenha passado a ser retratado de forma fidedigna e não mais com traços europeus, ele continuou sendo concebido como um ser selvagem, pois em suas telas é recorrente a presença de símbolos que remetem ao grotesco, como por exemplo, o pé encontrado no cesto carregado pela mulher tapuia, deixando claro que o europeu continuava vendo o indígena e seus costumes com certo estranhamento e preconceito.

Os simbolismos presentes na arte de Albert Eckhout, sem dúvida, nos fornecem muitas informações sobre o período colonial e sobre o seu objeto de representação, no caso, a colônia, mas é através dos preconceitos impressos em sua obra que Eckhout deixa clara a maneira como um típico europeu enxergava o indígena, o negro, o mulato e mais ainda, sobre como este europeu enxergava e entendia as relações existentes entre esses povos. Em suas pinceladas, o pintor deixou transparecer a sua condição de homem branco observador e acabou por cair no mesmo pecado cometido pelos cronistas do século XVI, representando os costumes indígenas da mesma forma que, até então, estes vinham sendo representados, ou seja, como demoníacos, selvagens e incivilizados. Nesse sentido, podemos dizer que Eckhout em nada se diferencia dos cronistas e viajantes do XVI e acaba por ratificar a ideia imposta por eles em suas representações.

Dessa maneira, podemos perceber, em suas telas, esse preconceito do europeu com relação ao índio no exagero expresso na tela *Mulher Tapuia*, que é permeada por símbolos e estereótipos que fazem o espectador perceber o índio como um ser selvagem e incivilizado. Se fizermos, por exemplo, uma rápida comparação entre as telas *Mulher Tapuia* e *Mulher Mameluca* perceberemos, claramente, o preconceito do homem europeu, e aqui incluo o próprio Albert Eckhout, com relação ao indígena.

Considerando que para Albert Eckhout o Tapuia¹³ ocuparia o mais baixo nível de sua escala civilizatória, enquanto que a Mameluca¹⁴, por ser o resultado da mistura entre brancos e índios, representaria o mais alto nível civilizatório da colônia, podemos perceber claramente a diferenciação feita pelo pintor na representação desses dois tipos étnicos. Enquanto na tela *Mulher Mameluca* há, visivelmente, um apelo de sensualidade e uma série de símbolos que remetem ao intenso contato da personagem com a cultura europeia e a sua total incorporação à civilização, demonstrado por sua vestimenta e por sua maneira de se portar, na tela *Mulher Tapuia* não se percebe as mesmas características sensuais e os traços sutis dados à mameluca, pelo contrário, a tela é permeada de ícones que remetem ao selvagem e ao incivilizado, que deixam a obra carregada de um ar pesado e amedrontador. O que se vê ali é a representação de uma “humanidade desumana” que em nada se assemelha ao europeu e que vive de forma inaceitável, fazendo de outros seres humanos presas e pratos principais de seus banquetes. O tempo inteiro essa é a imagem que Albert Eckhout transmite, essa é a realidade que ele constrói através de suas pinceladas, ratificando assim aquela ideia quinhentista do índio como um ser demoníaco e inferior.

Fica explícita, nessas duas telas, a tentativa de Eckhout de atribuir, ou pelo menos ressaltar, a característica selvagem inerente ao índio, habitante nativo do Novo Mundo, assim como a tentativa de mascarar qualquer herança genética de característica selvagem da mais clássica mistura entre índios e brancos, a mameluca. Não é necessário ser perito em análises iconográficas e iconológicas para perceber a suavidade da tela e das características atribuídas à mameluca em contraste com o impacto causado

13 Termo usado para designar uma determinada classe de indígenas que habitava regiões mais interiores. Em tupi o termo significa forasteiro, bárbaro, inimigo.

14 Grupo étnico resultante da miscigenação entre indígena e branco.

pela representação da mulher tapuia, mostrada quase como uma cozinheira preparando um banquete onde o prato principal é a carne humana.

Fato parecido ocorre quando comparamos as telas *Homem Tapuia* e *Homem Mulato*. Em *Homem Tapuia*, Eckhout posicionou em primeiro plano, em meio a uma vegetação exuberante, um índio tapuia de traços grosseiros. Podemos perceber que o índio tapuia aparece na tela usando alguns adornos e objetos tipicamente indígenas como, por exemplo, o cocar. A presença marcante desses adornos e objetos só confirma a imagem selvagem que coloca o índio Tapuia em posição de inferioridade com relação aos outros tipos étnicos representados. Sobre a paisagem, é possível dizer que ela completa essa imagem selvagem e incivilizada imposta ao tapuia, pois percebemos a presença de animais selvagens, como a cobra que aparece no canto direito da tela e a aranha posta no canto esquerdo. A fauna nos remete a uma mata fechada e não símbolos que apontem para uma possível relação destes personagens com o europeu.

Já na tela *Homem Mulato* percebemos claramente a diferença nas alegorias usadas por Eckhout, agora elas nos remetem aos hábitos europeus e são bem mais familiares. Esse personagem já não tem mais o aspecto rude e selvagem que percebemos nos demais personagens representados na série de retratos etnográficos de Eckhout, pelo contrário, sua postura e vestimenta nos remetem aos hábitos e modos do homem branco. Ele está completamente vestido e traz consigo objetos e armas tipicamente europeus, a única característica que ele ainda preserva do mundo incivilizado é o fato de ter os pés descalços e é este fato que atesta a sua inferioridade em relação ao homem branco.

Com estas comparações podemos perceber que apesar de representar as características físicas indígenas de forma fidedigna transformando assim, por uma via, o imaginário

remanescente do século XVI que concebia o índio através de traços europeizados, Eckhout deixou transparecer em sua pintura o preconceito de uma época e sua sociedade e isso contribuiu, em outra via, para a manutenção de uma imagem do índio como um ser selvagem e animalesco que permanece viva até os dias atuais. Isso fica bastante claro não só através dos simbolismos usados pelo pintor, mas também pelo fato de ele ter utilizado, segundo alguns autores, para compor sua série de retratos etnográficos, um tipo de escala civilizatória. Os estudiosos acreditam que essa escala *“incorpore uma hierarquia da humanidade, com os tapuias na base da escala de civilidade e o homem mulato e a mulher mameluca no topo”* (BRIENEN, 2002 p. 87). Isso é facilmente percebido quando comparamos as características animalescas atribuídas ao homem e à mulher tapuia com as características civilizadas e dóceis atribuídas ao mulato e à mameluca, que embora estejam no topo dessa escala ainda carregam características que fazem lembrar que ainda permaneciam inferiores ao grande dominador e explorador do mundo, o homem branco.

Além desses preconceitos e conceitos pessoais, suas pinturas, assim como a maioria dos registros iconográficos, trazem consigo uma grande carga de intenções e finalidades pré-concebidas, assim como influências de fatores externos - como, por exemplo, o fato de o artista estar a serviço do Conde Maurício de Nassau e, por isso, ter que pintar focado num projeto de propaganda do governo deste nobre e dos domínios da WIC no Brasil - sobre o resultado final da obra. Como bom contratado que era, Eckhout fez de seus quadros grandes *outdoors* de publicidade e representou neles apenas os melhores aspectos dos trópicos brasileiros, deixando propositalmente de retratar, em suas telas, muitas das características e transformações sociais presentes naquela sociedade depois da chegada do homem branco, mascarando e tentando esconder aspectos como a crueldade da escravidão, que constituía a base da

organização econômica do Brasil colonial e que, em momento algum, é referenciada com algum símbolo em sua obra.

Esse empenho em esconder as mazelas da sociedade colonial brasileira fica claro quando analisamos a tela intitulada *Mulher Negra*. Nesta tela temos a nítida sensação de que a mulher ali representada é uma cidadã livre, não percebemos ali nenhum indício que nos leve a crer que ela é uma escrava, a não ser o fato de sabermos que aquela era uma sociedade com economia baseada no trabalho escravo e que a mesma negra que pousou para Eckhout foi também representada por Zacharias Wagener, em seu diário visual¹⁵, e tinha em seu peito, marcado a ferros quentes, o monograma de Nassau, indicando que ela realmente era uma escrava.



Fig. 19- Albert Eckhout, *Mulher Negra*, 1641; óleo sobre tela, 91 x 91 cm; Nationalmuseet, Copenhagen, Dinamarca.



Fig. 20 - Zacharias Wagener, *Mulher Negra*, c. 1642- 1644; aquarela do *Thierbuch*.

15 O diário visual de Zacharias Wagener é intitulado de *Thierbuch*, que em alemão significa “Livro dos Animais”.



Fig. 21 - detalhe da Fig. 20.

O comprometimento do pintor Albert Eckhout com a causa e a finalidade de sua obra o fez excluir dela as mazelas daquela sociedade, suas pinceladas retrataram apenas as características positivas da civilização do Novo Mundo, atestando a riqueza do solo brasileiro e enfatizando uma “boa relação” entre os povos dominados e os dominadores, formando assim um imaginário que compreendia o Brasil como uma terra de múltiplas riquezas e oportunidades, quase que um exótico paraíso tropical sem males, no qual os investidores poderiam arriscar a direção de seus negócios e teriam grandes possibilidades de lucro e sucesso.

Albert Eckhout, portanto, em nossa concepção, preocupasse menos com o fato de representar seus personagens em meio a paisagens e situações coerentes do que em empreender seu “projeto publicitário” dos domínios da WIC e do governo de seu patrono, Maurício de Nassau. Sua obra era, antes de mais nada, uma ferramenta de *marketing avant la lettre*, à disposição do governo nassoviano e o modelo representativo inaugurado por ela se inseria na tradição humanista de observação da natureza e de suas características.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Sylvia Ribeiro Coutinho, foi através das representações de Albert Eckhout que o imaginário fantasioso

remanescente do século XVI foi deixado para trás, inaugurando-se, assim, a partir do século XIX, uma nova forma de se pensar o índio, proporcionando uma verdadeira transformação no imaginário europeu sobre o Brasil e, em especial, sobre os seus habitantes.

Mas que transformação seria essa? Durante o tempo em que estudamos e analisamos a fundo o trabalho desenvolvido por Albert Eckhout, pudemos perceber que apesar do realismo adotado por ele, suas pinturas também trazem consigo interpretações estereotipadas sobre a sociedade colonial brasileira, sobre seus habitantes e principalmente sobre os costumes do nativo do Novo Mundo, o índio. Por muitas vezes observamos em suas telas a formação de uma visão exagerada sobre o índio brasileiro. Não se pode negar, é claro, a importância da obra deixada por este artista para a humanidade, afinal ele representou a forma física indígena de maneira fiel à realidade, inaugurando assim uma nova forma de representação do outro, mais realista e menos alegórica, embora tenha exagerado nos simbolismos referentes aos costumes daquela sociedade.

Albert Eckhout foi um dos responsáveis pela mudança no modo europeu de pensar e imaginar o habitante do Novo Mundo, pois foi através de suas pinturas que a Europa Moderna deixou para trás a figura do índio com traços europeus e passou a enxergá-lo por meio de traços mais realistas que retratavam a fisionomia indígena de forma, até então, nunca vista, com riqueza de detalhes e formas sem precedentes até então. Por outro lado, porém, suas pinturas também trazem consigo os mesmos paradigmas herdados do XVI, pois concebem os hábitos e tradições indígenas como demoníacos e desumanos, distanciando assim essa sociedade da sociedade branca da Europa moderna e os colocando em posição de inferioridade.

A obra de Eckhout pode e deve ser entendida por três importantes aspectos, pois suas telas trabalham na formação

de três linhas de interpretação. Em primeiro lugar, suas pinturas constroem uma visão mais realista da estrutura física do homem indígena. Em segundo lugar, suas pinturas ratificam a ideia quinhentista a respeito da cultura indígena, concebendo-a como demoníaca. Por último, em meio a toda essa profusão de significados, suas telas, comprometidas com o objetivo de fazer propaganda das terras da WIC, promovem e constroem uma ideia fantasiosa do Brasil como um lugar paradisíaco e sem males.

Diante dessas possibilidades interpretativas podemos dizer que suas pinturas são de grande importância para entender o processo de assimilação e entendimento do outro pelo Europeu, pois foi através delas que o europeu “decodificou” o homem do Novo Mundo para assim dominá-lo de maneira mais eficaz. Além disso, suas telas registraram a riqueza das terras sob domínio da Companhia das Índias Ocidentais e, assim como as imagens produzidas por seu companheiro Frans Post “*foram responsáveis por criar imagens fundantes da representação do Brasil e de sua paisagem étnica e geográfica*” (OLIVEIRA, 2007).

Podemos afirmar ainda, que o intuito dessas telas, principalmente aquelas produzidas no Brasil, era o de registrar a riqueza daquelas terras de modo a fazer propaganda dos domínios da gloriosa Companhia da Índias Ocidentais. Por isso, devemos ter em mente que elas constituem uma representação alegórica da realidade do Nordeste colonial, são imagens teatralizadas que fizeram com que o Brasil seiscentista fosse encarado, pelo homem moderno, como um lugar exótico, e que por mais realistas que essas pinturas possam ser elas não estão a salvo de carregar as convicções e preconceitos daqueles que as produziram e a influência daqueles que as patrocinaram. Assim, é importante que não percamos de vista a influência exercida pelo conde Maurício de Nassau na produção dessas telas, já que foi ele quem patrocinou o trabalho de artistas como Eckhout com o objetivo de mostrar, aos seus conter-

râneos, o sucesso de seu governo representando a Companhia das Índias Ocidentais nas terras brasileiras.

Nesse sentido, podemos observar nas telas do pintor Albert Eckhout que, apesar de elas retratarem os povos indígenas e sua fisionomia de maneira realista, também mostram os costumes desses povos de forma exagerada, e isso, em nenhum momento, vai de encontro à ideia já existente. Pelo contrário, isso contribuiu para a manutenção do imaginário da época, que entendia o índio como um ser selvagem e incivilizado. Embora o índio, através das telas de Eckhout, tenha passado a ser retratado de forma fidedigna e não mais com traços europeus, ele continuou sendo tido como um ser selvagem, pois nas telas de Eckhout também estavam presentes simbolismos como, por exemplo, o pé encontrado no cesto carregado pela mulher tapuia, que deixavam claro que o europeu continuava vendo o indígena e seus costumes com certo preconceito.

Concluimos, portanto, que as obras “etnográficas” de Albert Eckhout trabalharam tanto para a transformação da imagem quinhentista a respeito do índio, no que diz respeito a sua fisionomia, quanto para a manutenção da ideia já presente no imaginário europeu, em que o índio era concebido como um ser selvagem, exótico, animalesco e incivilizado. Assim, o índio embora representado de maneira fiel, continuava a ser encarado como uma criatura de alma selvagem que precisava ser urgentemente civilizada e o homem branco, diante disso, tomava para si a tarefa de “civilizar” esse índio.

6 REFERÊNCIAS

BERLOWICZ, Bárbara; DUE, Berete & WHELE, Espen. Introduction. In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 19-29.

BOOGAART, Ernest van den. The population of the Brazilian plantation colony depicted by Albert Eckhout In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p.117-131.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

COUTINHO, Sylvia Ribeiro. Eckhout e a formação de um novo sentido para a representação do índio Brasileiro no século XVII. In: _____. *Textos de Estética e História da Arte*. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 35-41.

HOCHSTRASSER, Julie Berger. *Still Life and Trade in the Dutch Golden Age*. Yale University Press, 2007.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma historia de amor e ódio*. Tradução de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichenberg e Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MASON, Peter. *Infelicities: representations of the exotic*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

_____. Eight large pictures with East and West Indian persons. Albert Eckhout's marvelous montage. In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p.147-154.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O Brasil seiscentista nas pinturas de Albert Eckhout e Frans Janszoon Post: documento ou invenção do novo mundo? *Portuguese Studies Review*, Peterborough, Ontario, Canadá, Trent University, v. 14, n. 1, 2006, p. 115-138.

_____. Retratos de um mundo desconhecido. *História Viva - Temas Brasileiros* (Brasil holandês: 1624-1654). São Paulo, Duetto Editorial, n. 6, p. 62-67, 6 abr. 2007.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PARKER-BRIENEN, Rebecca. Albert Eckhout's paintings and the Vrijburg palace in Dutch Brazil In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p.81-91.

_____. *Visions of savage Paradise: Albert Eckhout, court painter in colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006.

SILVA, Leonardo Dantas. Imagens do Brasil Nassoviano In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p.65-79.

SHEA, Michael. Uma análise de „mulher da África Ocidental com Criança“, de Albert Eckhout. Callaghan, Austrália: University of New Castle, 1997. Tradução de Carla Mary S. Oliveira. Paper avulso.

VRIES, Elly de. Eckhout a the New World. In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p.155-165.

WAGNER, Peter. O mundo das plantas nas pinturas de Albert Eckhout In: *Albert Eckhout volta ao Brasil/ Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002)*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 197-199.

ARTES DE CURAR E SABER SOBRE A NATUREZA NA PARAIBA COLONIAL

Percília de Fátima Souto

1 INTRODUÇÃO

A *Ciência* foi um dos pilares essenciais na constituição da Modernidade. Ela, assim como outros conhecimentos, custou a ocupar o lugar de supremacia que desfrutou sobre as demais áreas do conhecimento humano, até tornar-se um *status* almejado por todo o conjunto de saberes que nascia ou apartava-se de outros conhecimentos clássicos. A necessidade do título de *ciência* significava, sobretudo, um reconhecimento perante as outras ciências mais antigas. Posto desta forma, o saber que não reivindicava-se enquanto ciência não merecia aspirar a ocupar o mesmo espaço dos saberes reconhecidamente *nobres*.

É desta linha fundamental para o descrédito e quase desaparecimento de certa categoria de saberes e práticas correntes no Brasil, inclusive desde antes de sua refundação pelos Descobrimentos, que partimos. Se esta mesma perspectiva de saberes que buscam reconhecimento repetiu-se entre áreas de conhecimento humano distintos ou auxiliares, a exemplo das Ciências Humanas, de modo similar isto aconteceu também no interior dos registros do trato dos corpos humanos em seus diversos estados e diversas formas, especialmente no que concerne às práticas de cura.

Entretanto, se o conhecimento sobre este aspecto da natureza foi desacreditado pela ciência médica moderna, nas últimas décadas presencia-se um retorno qualificado ao mesmo conhecimento natural. É importante ressaltar que quando me refiro a *conhecimento natural*, entendo este conceito como o conjunto de saberes medicinais voltados para o trato das doenças por meio da natureza e que não envolve qualquer pesquisa científica; é o conhecimento que é passado muitas vezes entre gerações, fruto de experiência pessoal de muitas pessoas ao longo do tempo.

Este tipo de conhecimento natural certamente contrapõe-se em relação ao *status* de ciência referido inicialmente, pois sua construção se fez de modo que só poderia ser considerado como não-científico, pois a “Nova Ciência” tinha seus próprios métodos. Conforme afirma Maria Elice Brzezinski Prestes,

Sabe-se que, desde o final o século XVII, já se utilizava o termo “Revolução Científica” para denotar grandes mudanças ocorridas na Matemática, Física e Astronomia devido a trabalhos de homens como Galileu Galilei, Johanes Kepler, René Descartes, Isaac Newton. Tradicionalmente, a propagação dessa “Nova Ciência” para os outros campos do saber foi considerada gradual e tardia. (...) Naturalmente, o estudo de animais, vegetais e minerais não ficou alheio ou imune ao grande turbilhão que assolou as Matemáticas e a Física. Expressou, ao contrário, um grande desenvolvimento. (PRESTES, 2000, p. 37-38)

Quando se trata do desenvolvimento da História Natural, por exemplo, a produção do saber “verdadeiramente científico” consistia em uma “busca de um método universal de investigação da natureza, um método que permita conciliar os saberes disponíveis ao novo apelo de ‘verificação empírica’” (PRESTES,

2000, p. 38). Assim, já por essa época desprezavam-se os elementos mágicos e supersticiosos que conferiam ao relato, ao registro, um elemento duvidoso, que o caracterizava como não científico.

Os relatos dos cronistas viajantes, principalmente aqueles dos séculos XVI ao XVIII, e até mesmo aqueles os do século XIX está repleto de relatos não só sobre a terra, mas também sobre os costumes brasílicos; entre estes estão os registros sobre os usos da natureza para fins medicinais. É através desses registros que temos o conhecimento das várias formas de cura e muitas vezes podemos identificar as suas mais diversas origens, como a indígena e a africana, por exemplo. Tal junção de saberes tem suas raízes no passado de muitos povos, como afirmado antes, um saber que atravessa gerações e que também entrará em sincronia com o conhecimento europeu.

Este fluxo de conhecimentos, se é antes de mais nada *popular e tradicional*, é ao mesmo tempo, nem exclusivamente tradicional, pois modifica-se continuamente, nem só popular, pois está dentro de uma circularidade de conhecimentos onde o popular incorpora noções de saberes eruditos e vice-versa.

É exatamente pela circularidade e pelos influxos que estes saberes podem ser delimitados, pois a diferença está nos procedimentos que constituem cada um destes registros. Estes procedimentos não estão simetricamente em oposição, pois, há tanto o experimentalismo quanto o pensamento mágico tanto num campo quanto no outro, conforme veremos adiante.

Portanto, é apenas pelo aprofundamento de uma perspectiva histórica que podemos ultrapassar o discurso autovalidativo que a ciência construiu para si e para os saberes e práticas concorrentes. Assim esta monografia discorre sobre um momento bem preciso, embora de recortes cronológicos necessariamente indeterminados: aquele em que a Ciência começa

a se formar e em que, ao interrogar-se sobre estes saberes que falam e atuam sobre o corpo humano em desequilíbrio, aponta caminhos para sua própria definição.

Em outra perspectiva, o que vemos nas últimas décadas é uma aproximação, uma sinergia do conhecimento natural com o conhecimento científico. Isso demonstra a possibilidade de uma espécie de diálogo entre determinados conhecimentos sem significar necessariamente o domínio de um sobre o outro. A comunidade científica (e a médica em particular) reconhece a importância da medicina natural e através de suas pesquisas, inclusive no âmbito microcelular, muitas vezes confirma que o *conhecimento natural* tem uma razão de ser.

Mas, ao mesmo tempo, propõe-se a descaracterizar o conhecimento natural tal como ele floresceu, negando o elemento de mágico e ritualístico que existia na avaliação do doente e na preparação dos medicamentos para garantir a eficácia dos mesmos, associando-os à superstição.

A existência de elementos não científicos colocava os demais conhecimentos à margem do conhecimento oficial e legal. Mais que isso, de acordo com Márcia Ribeiro (1997, p. 90), a cultura letrada tentava a todo custo impedir o uso de procedimentos rituais para cura, além de qualquer outro assunto que ligasse o corpo ao mundo oculto. Além dessa perseguição da cura relacionada ao mundo mágico, se combatia duramente aquelas que relacionavam-se ao mundo religioso (mesmo que em alguns momentos una-se ao discurso do mesmo):

A medicina atacava ferozmente terapias envolvendo objetos sagrados, palavras e orações, especialmente quando proferidas por pessoas comuns. Argumentava-se que estas, mesmo invocando o nome de Deus na cura dos achaques, na realidade, deviam o sucesso à ajuda do diabo,

pois Deus fora cauteloso ao transmitir dons curativos aos seus filhos, não os concedendo a qualquer um. (RIBEIRO, 1997, p. 93).

Contudo, como lembra Vera Marques (2003, p. 166), religião e magia estão nos alicerces da medicina moderna. Exemplo disso são os populares medicamentos secretos daquele período. Preparados medicinais com fórmulas que se intitulavam exclusivas, estes medicamentos eram preparados especificamente para o mal que acometia tal doente. A venda deste medicamento especial guarda semelhanças com as farmácias homeopáticas dos dias de hoje. No entanto, o preparo dos medicamentos secretos vai muito além do resguardo da fórmula, pois

(...) à revelia das tentativas de incorporação de uma nova racionalidade científica, os medicamentos secretos e suas propriedades ocultas são exemplares para esclarecer como magia, religião e ciência encontravam-se de mãos firmemente dadas, no Brasil do Setecentos. (MARQUES, 2003, p. 166).

Todo esse contexto pode ser observado cotidianamente através do aumento significativo de farmácias homeopáticas espalhadas pela cidade, fruto por sua vez da demanda por tais medicamentos manipulados. Mas o aumento das farmácias de manipulação ainda não é um sintoma desta sinergia entre conhecimento natural e científico. Pois, em outra perspectiva isso pode ser observado também na movimentação dos grandes centros de pesquisas biomédicas que nas últimas décadas têm voltado suas pesquisas para os medicamentos naturais buscando uma maior eficácia no trato das doenças em detrimento dos medicamentos bio sintéticos ou compostos bioquímicos.

A partir de pistas dadas pelo conhecimento natural, os grandes centros farmacêuticos pesquisam determinada planta, buscam fragmentá-la geneticamente e descobrir qual elemento molecular é responsável pela cura ou pela amenização da doença. Com isso, confirmam o seu uso popular, todavia, isolado o composto, é criado um medicamento destituído dos elementos mágicos que existiam na sua preparação.

Em se tratando de pesquisa em História esse movimento também pode ser observado. Como a pesquisa histórica parte sempre de questionamentos do presente, não é à toa que o mesmo contexto se reflete na pesquisa. Embora esta seja muito mais uma observação pessoal, fica evidente que tal movimento no âmbito das pesquisas médico-científicas citados anteriormente também refletiu-se nos vários trabalhos historiográficos que focam temas como a história da medicina, as atitudes face às doenças, a disputa entre o conhecimento oficial ou científico versus o conhecimento popular, entre outros.

Assim, nas últimas décadas o número de trabalhos voltados para os saberes medicinais e as práticas de cura têm se constituído como uma ampla perspectiva de pesquisa, proporcionados igualmente pela divulgação de novas fontes escritas, quer sejam documentos clássicos (como aqueles expedidos por órgãos oficiais do governo) ou como os registros mais informais, somadas a uma extensa documentação deixada pelo sem-número de viajantes que por aqui passaram ao longo dos séculos.

Embora a maior parte dessas fontes existentes fosse de fácil acesso a pesquisadores e até mesmo chegaram a ser citadas em trabalhos historiográficos, nunca tiveram um olhar, uma interpretação historiográfica mais ampla, haja vista que mesmo a História esteve em busca de seus status como ciência e como tal desconsiderava tais fontes como referentes a uma História Natural ou, em outros termos, não haveria uma “História” na “Natureza”.

Pensando nisso, este trabalho procura inicialmente resgatar os momentos de constituição dos saberes sobre a natureza, desde o encontro de diferentes culturas na América portuguesa até a crescente afirmação de um discurso baseado na erudição racionalizante aqui e na Europa, que já vinha por sua vez sendo fundamentado por vias institucionais e religiosas.

Destarte, é importante tentar localizar e delimitação existente no próprio campo das práticas de cura na colônia, seus conflitos e sincretismos, e como os agentes de cura e a população lidavam com tais questões. E em se tratando da temática *corpo*, quando refere-se ao binômio saúde-doença, há também a considerar os tratados médicos, trabalhos sobre os quais estão os primeiros esboços de uma ordenação da construção do conhecimento medicinal praticado na colônia/metrópole.

Por tudo isto, não se pode afirmar que somente nas últimas décadas é que autores publicaram trabalhos voltados para as práticas medicinais no Brasil, como era corrente até pouco tempo atrás. Vera Marques (1999, p. 27) menciona o lugar onde este conhecimento era produzido, afirmando que uma História da Medicina no país foi construída principalmente no interior dos tratados médicos, isto é, nos trabalhos que foram elaborados ou analisados por médicos. Beatriz Teixeira Weber confirma este ponto:

São muitos os trabalhos que reproduzem uma visão atemporal e ufanista da Medicina. A perspectiva mais antiga parece vincular-se à produção histórica dos próprios médicos (...) voltados para o passado de sua profissão, a fim de estabelecer uma certa memória que conduziria inexoravelmente à celebração da Medicina vigente. (WEBER, 1999, p. 22).

Considerando que a Medicina surge como Ciência apenas no século XIX, estes trabalhos médicos excluía os demais agentes

e práticas de cura que certamente coexistiam antes. Segundo Beatriz Weber, por volta de 1900 a Medicina apresentava-se

(...) como *ciência* e como uma prática homogênea, com suas técnicas amplamente difundidas para todos os profissionais, e assim autorizada pelo seu discurso, excluindo todas as possibilidades de conhecimento na área da cura, foi considerada uma atividade que enunciaria a *verdade* a respeito do funcionamento do corpo, do modo como as doenças atingem o homem e da melhor terapêutica para o seu tratamento. Esse conhecimento teria sido adquirido pelo *método* experimental, aplicado ao estudo de seu objeto: o homem e as doenças. (WEBER, 1999, p. 85).

A Medicina apresentava-se com elementos que caracterizavam a ciência do século XIX em suas técnicas, práticas e métodos. Portanto, era a Medicina conhecedora da “verdade” sobre o funcionamento do corpo e, como conhecedora de tal verdade, só ela saberia como medicar o corpo doente. Mas, a própria Medicina não é verdadeira, nem muito menos homogênea.

Essa posse da “verdade” excluía por sua vez outros saberes, aqueles que não tinham um “método experimental” e que por isso não compreendiam a relação corpo-doença-terapêutica. Pois, esse conhecimento adquirido através do método experimental “restringia-se à Medicina letrada, erudita, amplamente produzida por centros de excelência em oposição a outras práticas populares ou tradicionais” (WEBER, 1999, p. 85).

Contudo, o saber médico longe de ser uma “prática homogênea” no Oitocentos, revela ter passado pelo mesmo processo de legitimação das demais ciências humanas, pois observa-se constantemente nos estudos de fontes diversas apresentados em trabalhos historiográficos recentes, como

o de Beatriz Weber, que na segunda metade do século XIX a Medicina estava em pleno conflito com outras esferas de saber e poder, inclusive com ela própria. Isso desconstrói a ideia de uma Medicina como *ciência* e como *prática homogênea*.

Gabriela dos Reis Sampaio (2001, p. 31) exemplifica isso em isso em sua obra *Nas trincheiras da cura* quando analisa, em parte do trabalho, esta instabilidade da profissão através da disputa entre dois médicos no final do século XIX. A querela dizia respeito a procedimentos clínicos dos médicos Figueiredo Magalhães (mais conhecido como “doutor fura-uretras”) e Henrique Monat. As brigas e acusações mútuas de ambos os cirurgiões foi conhecida e acompanhada pela população do Rio de Janeiro através de vários jornais durante vários meses do ano de 1888, desnudando publicamente os limites dos pretensos sábios e da própria Medicina.

O trabalho de Gabriela Sampaio com jornais da época para investigar esses conflitos relacionados às práticas e práticos de cura é também exemplar do diálogo alternativo com as fontes usuais, como é o caso da imprensa escrita. Nesse sentido, o aumento recente no volume de trabalhos que visam à temática dos saberes medicinais a que me referi anteriormente está relacionado ao novo olhar que esta farta documentação recebeu. Como destaca Márcia Moisés Ribeiro:

A partir da expansão do campo das indagações do passado, proporcionada pela interdisciplinaridade e pela utilização de fontes até então esquecidas, questões relativas ao corpo, às doenças e às curas vêm despertando interesse cada vez maior entre os estudiosos da história. (RIBEIRO, 1997, p. 15).

Observamos que a arte de curar estava nas mãos dos mais diversos *agentes*, como entre outros os curadores, as

benzedeiras, os boticários, os pajés, e esse *saber* longe de estar arraigado a alguma *instituição* do conhecimento era passado de geração em geração, por vias de práticas reconhecidas e legitimadas pelos seus resultados. Nesse sentido, a arte de curar assume tal dimensão no universo cultural desta sociedade que é retransmitida uma grande quantidade não só de conhecimentos – o uso medicinal da natureza – como também as práticas que os informam e contextualizam.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo final tentar identificar como eram realizadas as práticas curativas, em quais espaços e quem eram tais agentes de cura na Paraíba entre os séculos XVIII e XIX. Considero para tanto os vários agentes que exerciam os vários tipos de terapias, agentes estes já indicados em outros trabalhos e pesquisas focados em outras regiões, e que aqui me proponho a buscá-los em nossa região.

Onde, quando e por quem estas práticas se efetivavam? Que tipos de conhecimentos medicinais eram administrados: os oficiais, exercidos pelos recém formados médicos?; ou os práticos, receitados por pessoas com um grande conhecimento na produção de medicamentos de acordo com as enfermidades, a exemplo dos boticários?; ou ainda, seriam em sua maior parte pelos agentes populares, como os curandeiros?

Em meio a tantas questões há também que considerar a importância dos agentes familiares na prática da cura, como por exemplo, os indivíduos mais idosos. Outro ponto importante é se os medicamentos utilizados provinham majoritariamente da flora medicinal local ou havia dependência de medicamentos de outras províncias ou continente. E qual a importância do poder político em tais questões, isto é, como o poder público lidava com as questões de saúde da população?

2 A CONSTRUÇÃO DOS SABERES DA NATUREZA

2.1 EM BUSCA DA NATUREZA BRASILEIRA

Do contato entre Velho e Novo Mundo resultou uma série de choques – sociais, de visões de mundo, etc. – e entre eles um em particular foi o grande responsável pelo fascínio dos homens europeus pelas terras americanas: o espetáculo da natureza. Longe de mergulhar na simples contemplação, o choque cultural das Descobertas despertou o desejo de *inventariação*. Assim, a todo o conhecimento reunido pelos europeus sobre a natureza – que remontava a épocas até mesmo anteriores à Antiguidade Clássica – foi acrescido uma surpreendente *descoberta* que estava muito além do mundo fantástico imaginado e difundido através dos mitos.

Esta inventariação obedeceu a critérios seletivos bem particulares. A princípio foram multiplicados o número e os usos das espécies da flora e fauna, que posteriormente foram coletados e reunidos pacientemente por especialistas – botânicos, naturalistas e cosmógrafos (RIBEIRO, 1997). Nesse sentido, muitos dos saberes e práticas das culturas nativas que estavam relatadas formularam outra via de recepção, mais acessível às populações europeias, através da qual hábitos como a beberagem do chocolate, do café e o fumo do tabaco foram incorporados e por sua vez disseminados para todo o mundo, na raiz do que já foi chamado as “primícias da globalização” (GRUZINSKI, 1999).

Assim, através das obras destes *agentes investigativos* que centravam-se na descrição geográfica e biológica, fauna e flora foram observadas e testemunhadas para pessoas que, estando do outro lado do oceano, longe da belíssima visão descrita, tentavam

apenas imaginar tais descrições impregnadas de fascínio e similitudes que tentavam facilitar a compreensão e “reconstrução” das plantas e animais do Novo Mundo.

Portanto, é em boa parte graças a esses inúmeros cronistas que temos conhecimento do nosso passado e também podemos acompanhar o desenvolvimento de seus interesses sobre a natureza americana. Contudo, os relatos dos viajantes nem estavam calcados em um conhecimento propriamente científico, nem tampouco era este o interesse, mesmo porque a própria delimitação de cientificidade ainda estava em seus primeiros passos.

Para se entender como este primeiro passo infirma o princípio da construção dos paradigmas sobre a natureza, seguimos Maria Elice Brzezinski Prestes (2000, p. 19) no momento inicial da obra *A investigação da natureza no Brasil colônia*, ao diferenciar a perspectiva recente daquela perseguida desde o início do século XX por uma “História da Biologia no Brasil”. Autores como Rodolfo Garcia (1922), Carlos Franca (1926), Artur Neiva (1929), Candido de Melo Leitão (1937; 1944), Oliveira Pinto (1956) e Mário Guimarães Ferri (1956) já procuravam reconstituir uma caminhada evolutiva rumo aos conhecimentos puramente científicos, justificada pelo próprio lugar social de tais autores e da ressonância de suas vivências nas respectivas obras.

Embora nem todos os trabalhos tratem densamente sobre a questão (em alguns casos são apenas um artigo sobre o tema), o fato é que esta produção reforça o quão recente é a preocupação de resgate do conhecimento histórico sobre a temática, e o quanto estes autores clássicos estavam afetados pela forte presença do cientificismo do século XIX, no qual havia uma primazia pela busca de uma “verdade” histórica oculta.

Segundo Brzezinski Prestes, é com base nesses autores cientificistas do século XX que podemos identificar quatro fases distintas no desenvolvimento da investigação da natureza:

(...) uma primeira fase relativa aos relatos do século XVI de “cronistas e missionários”; uma segunda fase das “primeiras contribuições verdadeiramente científicas” inauguradas por naturalistas trazidos juntos à comitiva de Maurício de Nassau no século XVII; uma terceira fase das “Expedições Naturalistas Estrangeiras” do século XIX; uma quarta fase comumente subdividida em outras em que se inicia a “Contribuição Nacional” ao desenvolvimento da ciência, a partir da vinda da Família Real em 1808. (PRESTES, 2000, p. 20).

Sob este ponto de vista, os primeiros relatos não eram considerados importantes para a História da Biologia e mesmo para a Medicina, pois possuíam muitos elementos mágicos, além de “crenças improváveis”. Brzezinski Prestes deixa claro que esse tipo de teoria científicista há muito foi ultrapassada, o que permitiu que tais documentos fossem revisitados e analisados sob outra perspectiva. Mais que isso,

O século XVI não é mais apresentado como um período em que havia uma confusão entre empiria e fantasia, pois o mundo não era então classificado segundo a existência de seres concretos e abstratos. Igualmente, não se trata de acusar nele o registro de impressões apenas esparsas e assistemáticas, pois não havia ainda no horizonte a necessidade de um levantamento amplo de dados empíricos, por meio de observações rigorosamente metódicas da natureza. (PRESTES, 2000, p. 21).

Portanto, a percepção que os homens dos Quinhentos e Seiscentos tinham da natureza era *diferente*, pois o que se buscava ao investigar a natureza nesse período não era uma racional-

zação científica. Eles agiam de acordo com as questões colocadas pela própria época. Em outras palavras, a atenção que se dava a natureza estava relacionada a uma tentativa de identificar a ordem universal que relacionava todos os seres criados por Deus, e isto só era possível de ser visualizado através da sua expressão em termos da utilidade e do valor simbólico de cada espécie do “reino” animal ou vegetal, e também mineral. É somente com o desenvolvimento da *ciência* por volta do século XVII que há uma mudança na perspectiva de visão da natureza. Segundo Brzezinski Prestes,

A nova ciência incitava a idéia de que o mundo era um sistema puramente material que podia ser explorado para o benefício do homem. Se anteriormente ao Renascimento só se procurava conhecer o que mantivesse relação de utilidade para o homem, as espécies, agora conhecidas por si mesmas, iluminadas por um grau maior e mais independente de conhecimento, deveriam ter resgatados os seus aspectos úteis para que o conhecimento não se perdesse em descrições sem fim. (PRESTES, 2000, p. 51).

Por isso é que nas crônicas descritivas sobre a fauna, e especialmente sobre a flora brasileira, encontramos não só a identificação da espécie como também todas as utilidades conhecidas e testemunhadas ao cronista, seja tal utilidade alimentícia ou medicinal, por exemplo. Era esta valoração para o ser humano que direcionava o olhar do observador.

Brzezinski Prestes aponta ainda uma outra perspectiva de divisão na investigação da natureza. Proposta por Michel Foucault (*apud* PRESTES, 2000, p. 21) em *As palavras e as coisas* e pensando na relação existente entre a produção dos relatos e a motivação dos mesmos, o critério aplicado considera *o modo de produção do saber* como delimitador dos períodos de investigação.

Destarte, a primeira fase é marcada pelo “saber de semelhança”, próprio do Renascimento; a segunda fase é denominada de “período clássico” que vai desde a revolução científica do século XVII até o apogeu da História Natural do século XVIII; finalmente, a terceira fase ocorre na virada do século XVIII para o XIX, com o estabelecimento das “condições de possibilidade” da Biologia apontada nos trabalhos de Cuvier. (FOUCAULT *apud* PRESTES, 2000, p. 21-22).

Ainda que haja certas discordâncias na forma de divisão dos períodos de investigação da natureza, é interessante observar que há certas similaridades com os recortes presentes no material produzido para a disciplina “Saberes sobre a Natureza no Brasil colônia” por Acácio J. Lopes Catarino¹. Segundo ele seria possível observar quatro marcos que nos servem de referência quando buscamos selecionar imagens ou textos coloniais que tratem sobre a natureza brasileira. A cada um destes momentos associa-se uma significativa lista de cronistas, missionários, viajantes, artistas e naturalistas em diferentes proporções e oposições; enfim, todos aqueles que estiveram empenhados em desvendar a natureza brasileira.

Nessa perspectiva, um primeiro momento corresponde ao período de *Descobrimento e Conquista*, relacionado ao século XVI na América portuguesa, no qual está presente uma característica essencial aos relatos dessa época: embora tentassem descrever do modo mais fiel possível, faltava uma articulação sintática que associasse a imagética ao discurso. Para fechar as perdas de sentido ao leitor, os relatos abundavam em redundâncias e cruzamentos, a ponto de que aquele que não visse o ser descrito pudesse *desenhá-lo de ouvido*.

1 A disciplina foi cursada no ano de 2008 na graduação do DH/ UFPB, e as discussões então realizadas constituíram a base formativa deste trabalho.

Há que ressaltar que esse *desenhar de ouvido* é uma característica das formas de pensamento do Quinhentos e Seiscentos, em que a América é vista sob o imaginário europeu do Barroco. Nele notamos uma constante oposição civilização-barbárie, explicitadas principalmente por meio do confronto de religiosidades diferenciadas, que se transmitem às caracterizações das criaturas do Novo Mundo. Nas palavras de Janice Theodoro:

O processo de descrição e observação do continente recém descoberto envolvia basicamente a manutenção do universo europeu e não o conhecimento da América. (...). O olhar europeu sobre a natureza, apesar de procurar o novo – plantas ou animais desconhecidos –, realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências europeias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos na metrópole. Assim, são criadas correspondências fictícias, que passam a contrapor natureza e cultura (SILVA, 1992, p. 62-63).

É esta perspectiva do imaginário europeu que rege os critérios de seleção e descrição da fauna e da flora desconhecidas. Ao final, aquilo que é descrito, quando recriado na mente do interlocutor, ganha formas que diferem bastante daquilo que está na natureza.

Podemos citar como exemplares deste padrão discursivo autores como José de Anchieta, Pero Vaz de Caminha, Theodor de Bry, Ambrósio Fernandes Brandão, Ives d'Evreux, Pero de Magalhães Gandavo, Jean de Léry, Gabriel Soares de Souza, André Thevet e o famosíssimo Hans Staden, autor do maior best-seller na sua época.

Um segundo momento corresponde à chegada da *Corte de Nassau* no século XVII. Nestas condições particulares, uma série de registros se combinam: relatos minuciosos e uma realista iconografia da fauna e flora brasileiras, juntamente a coleções de curiosidades e a elaboração de etnografias (tratando da sociedade e cultura indígenas), permitindo a particularização de uma paisagem americana/brasileira, infirmando assim uma longa tradição multissecular de exaltação da exuberância da floresta tropical.

Todo esse conhecimento é disseminado não apenas sob a forma de crônicas, mas também através de inúmeras pinturas, o que permitia a muitos europeus uma visão da tão falada América. E assim podemos citar os nomes de Franz Post, Albert Eckout, George Margrave, e Willem Piso, além de Elias Herckmans, que governou a capitania da Paraíba de 1636 a 1639, durante o Domínio Holandês.

A terceira fase faz menção aos *Exploradores Portugueses* do século XVIII, que tem como característica principal os esforços que a Coroa empreende no século XVIII para conhecer e explorar os seus domínios, ao apoiar uma série de *exploradores luso-brasileiros*. As crônicas relativas à natureza têm seu foco ampliado consideravelmente, pois é um período em que se busca a defesa e ocupação do território, ao mesmo tempo em que há um contato mais demorado com a sociedade e a cultura indígena. Além disso, é nessa fase também que inicia-se a catalogação mais ampla da fauna e da flora brasileira, a partir da sistematização das espécies proposta por Karl Linné².

2 Segundo Brzezinski Prestes (2000, p. 57 a 62) havia duas teorias em oposição na Europa: a de Linné, que considerava as características observáveis das plantas na hora de classificá-las deixando em segundo plano o habitat ou o modo de vida da espécie; e a de Buffon, que criticava arduamente tal idéia e propunha uma descrição completa do mundo animal sem fragmentações, classificando-os à moda

Carlos Julião, Alexandre Rodrigues Ferreira e o paraibano Manoel Arruda Câmara são expoentes deste momento, que corresponde ao período da Ilustração que acompanha e sucede ao governo do Marquês de Pombal. Esses dois últimos são foco do trabalho de Maria Elice Brzezinski Prestes aqui citado. Segundo Brzezinski Prestes (2000, p. 14-15), Arruda Câmara “é um representante de toda uma geração de *naturalistas profissionais*, formados segundo a História Natural tomada então como um corpo teórico sistematizado e homogêneo”. É nesse momento que se tem início o reconhecimento da profissão com a criação do cargo de “naturalista-viajante”, do qual Manuel Arruda Câmara foi beneficiário³.

Finalmente, a quarta fase abre-se com as *Expedições Científicas*, que florescem após a Abertura dos Portos em 1808. Nesse século, a Ciência proclama possuir estatuto e método próprio e não seria diferente no Brasil. Os gabinetes de História Natural na Europa buscam avidamente ser alimentados com informações sobre a fauna e flora coletada durante as expedições.

Vários naturalistas, pintores, artistas e viajantes constantemente participavam das explorações do território brasileiro, observando e descrevendo minuciosamente a geografia, a etnografia, a fauna e a flora, e também os costumes e modas na colônia. Nesse sentido, a quarta fase tem representantes significativos em von Martius e Spix, o príncipe Maxim Wied-Neuwied, Karl Langsdorff, Taunay, Hercules Florence, e Thomas Enders.

antiga: segundo sua utilidade para o homem. Lineu enfim elabora um sistema de classificação com base em suas teorias, que foram bem mais aceitas nos meios científicos da época do que as constantes discussões sobre as distribuições dos seres de Buffon. Daí o uso permanente do seu sistema por naturalistas do período.

- 3 Brzezinski Prestes (2000, p. 14), fala que a denominação dada inicialmente pela Coroa portuguesa no século XVIII era de *naturalista peregrino*, e posteriormente, no século XIX, o Museu Imperial do Rio de Janeiro criou o cargo de *naturalista viajante*, fato que dá início ao reconhecimento da profissão de naturalista.

Ressalte-se mais uma vez, entre os nomes citados nestes quatro momentos, que o conhecimento sobre a natureza não era difundido apenas através da escrita, mas contava bastante com sua reprodução em pinturas e ilustrações. Já antes destas expedições havia sempre a presença de ilustradores encarregados de desenhar o espécime de planta ou animal com o máximo possível de detalhes, que seria encaminhado mais tarde aos laboratórios de História Natural na Europa.

Cada um destes momentos pode ser entendido como um passo adiante a caminho da cientificidade, mas podem e devem ser entendidos a partir de seus próprios termos. Se a afirmação de uma explicação evolutiva dos seres pelos darwinistas se faz a partir das associações humboldtianas entre os seres nos seus específicos habitats, outro tanto se deve às descrições apuradas e sistemáticas dos lineístas, das quais nenhum deles pode prescindir na sua fundamentação⁴.

É importante ressaltar que apesar dessa divisão dos períodos investigativos, suas respectivas características não são estáticas, permitindo assim a ressonância de um ou outro elemento em cada um destes momentos subsequentes. Elias Herckmans, por exemplo, faz parte do segundo momento investigativo, no século XVII, porém utiliza-se dos mesmos recursos dos cronistas do século XVI:

Há aí uma outra fruta chamada mangaba, completamente semelhante ao damasco. Depois de colhida deve ser guardada durante dois ou três dias, e então se acha no seu melhor estado. Interiormente tem alguns

4 A discussão sobre as visões sobre a sistematização da natureza e conseqüente desenvolvimento da História Natural na Europa pode ser melhor acompanhada nos capítulos intermediários da obra de Brzezinski Prestes citada, quando, onde ela discute as teorias de vários naturalistas como Lineu (ou Linné), Buffon, Cuvier, Humboldt, etc.

caroços, como a nêspera, mas em maior número. (...) Dá uma outra fruta chamada maçaranduba do tamanho de uma cereja, redonda, e um pouco avermelhada, e as árvores são como as ameixeiras. É uma fruta mui doce e própria para fazer o fluxo, bem como as *chobabes* (goiabas), que por dentro são vermelhas e mui granulosas, e mui refrigerantes. (HERCKMANS, 1982, p. 34).

Assim, com suas redundâncias e cruzamentos, ao descrever uma fruta, toma por base aquilo que já é conhecido, bem próprio do *desenhar de ouvido* já referido aqui. Note-se na descrição de ambas as frutas o uso das constantes comparações com frutas conhecidas: a mangaba é comparada ao damasco e à nêspera, enquanto a maçaranduba é comparada à cereja e a goiaba, além de ter sua árvore comparada à ameixeira. Além disso, acrescenta Herckmans mais uma utilidade da maçaranduba, pois além de sua propriedade alimentícia também pode ser medicinal (*própria para fazer o fluxo*). Isso demonstra a existência de camadas diferentes de apreensão em que mesmo nos registros em momentos diferenciados, mantém-se a perspectiva de observação dos olhares de outros momentos.

Portanto, estes conhecimentos científicos foram gerados em meio à ambientes culturais muito diversificados, nos quais é difícil delimitar as fronteiras de uma ciência em elaboração com as práticas e saberes que um amplo espectro de agentes – curandeiros e feiticeiros, sacerdotes e religiosos, médicos e físicos – reelaboram em contínuas simbioses e exclusões.

Este é, portanto um percurso que se deu não apenas nos gabinetes dos sábios europeus, mas que teve decisiva elaboração nas antigas colônias, e cuja manifestação pretende-se examinar adiante, no tocante às atividades relacionadas à cura dos corpos.

2.2 AS RAÍZES DAS PRÁTICAS MEDICINAIS

A colônia passava por vários problemas em relação a tratamentos médicos. A falta de médicos, a falta de medicamentos, o clima não habitual para os europeus, as constantes epidemias que assolaram o continente nos primeiros quatro séculos, sobretudo no século XIX; tudo isso contribuía substancialmente para as constantes reclamações dos colonos.

O *problema* começava ainda no transporte da Europa para a Colônia. Nos navios, entre os mantimentos necessários à estadia de cerca de três meses no mar, a chamada de caixa-de-botica, arca de madeira que armazenava medicamentos, era elemento essencial. Além disso, os navios também faziam transporte de medicamentos europeus e compostos para fabricação de outros medicamentos segundo receitas européias. Segundo Márcia Ribeiro (1997, p. 24), possivelmente este descarregamento na colônia era esporádico, já que havia bastante queixa acerca da escassez dos medicamentos europeus. Às vezes, quando esses medicamentos chegavam, também havia reclamação, pois muitos desses ingredientes chegavam estragados.

Em relação aos “profissionais da medicina” – médicos e cirurgiões, habilitados à prática – sua presença era reduzida mesmo nos centros urbanos mais desenvolvidos. Mesmo que esses profissionais fossem privilégio de poucas famílias abastadas, os poucos existentes algumas vezes não eram suficientes diante da demanda. Conforme diz Márcia Ribeiro:

Concentrados normalmente nas cidades e vilas mais populosas, esses indivíduos ocupavam seu tempo prestando assistência às tropas, aos presídios e aos hospitais, mediante modesta remuneração oferecida pelas câmaras municipais, e dando atendimento àqueles que tinham maiores recursos para pagá-los. (RIBEIRO, 1997, p 33).

Além do pagamento dado pelas autoridades não ser muito satisfatório a estes profissionais, os constantes deslocamentos por conveniências do real serviço só piorava a situação. Por isso é que encontramos muitos documentos com reclamações referindo-se ora à falta de médicos, ora ao próprio médico lamentando falta de pagamento pelo serviço prestado.

Em contrapartida, quando se trata da precariedade do funcionamento do sistema de saúde na colônia, Márcia Ribeiro (1997, p. 114-115) ressalta que esse abandono não se deve meramente ao descaso metropolitano, haja vista o fato de que “boa parte do que se passava na Colônia era reflexo de um Portugal que não acompanhou a evolução do ensino médico ocorrida desde o final do século XVII em lugares como França e Inglaterra”. Somente a partir de meados século XVIII, conforme veremos mais a frente, é que esse panorama começa a se modificar.

Outro ponto deste desequilíbrio estava relacionado, pelo menos nos requerimentos dos colonos, à falta de investimento da Coroa nos bens disponibilizados pela natureza brasílica, já aproveitados por curandeiros e tipos associados, que apareciam a seus olhos como charlatães e mesmo heréticos. Isto resultou não só no clamor para melhor aproveitamento da flora e dos minerais. Alguns colonos realizaram verdadeiros tratados sobre essas potencialidades, às vezes para obter algum ganho imediato ou pelo menos a assistência da Coroa.

Já nas descrições por Gabriel Soares de Souza, no seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, observa-se a percepção das potencialidades que não eram aproveitadas ⁵. Ao escrever esta obra o autor tinha como objetivo chamar a atenção da Coroa para o perigo de perder as riquezas existentes ali, pedindo dessa forma

5 O *Tratado Descritivo do Brasil* É dividido em duas partes: Roteiro geral da costa brasílica e Memorial e declaração das grandezas da Bahia. Foi escrito pelo autor no dito ano, em Madri.

o apoio para uma expedição em busca de minérios. Situações similares se repetiriam no decorrer da colonização mesmo em áreas ocupadas há muito, como assinala um ilustrado típico, professor de grego e latim na Bahia na virada do século XVIII para XIX,

Observando o mau estado e a carência de fármacos do reino nas boticas soteropolitanas, Vilhena sugeria maior aproveitamento dos produtos oferecidos pela natureza local. Entusiasmado, propunha o envio de químicos e naturalistas ao Brasil “para indagarem, analisarem, descobrirem as virtudes dos inumeráveis vegetais, e não poucos minerais que há neste continente, e suas ilhas; e achando-lhes virtudes análogas às dos da Europa fazer uso destes, e não daqueles”. (RIBEIRO, 1997, p. 25) ⁶.

A preocupação maior de muitos dos colonos girava em torno do fato da Coroa privilegiar apenas o investimento nos minérios, isto é, o estudo de locais onde riquezas minerais poderiam ser exploradas. Segundo Vera Marques (1999, p. 98-99), enquanto Portugal despertava seu interesse pelas ciências da natureza, no Brasil, médicos, boticários e outros estudiosos lançavam críticas constantes à Coroa pelo empenho na exploração de recursos naturais como metais e pedras preciosas quando poderiam investir muito mais na flora brasílica, cuja exploração poderia desenvolver a colônia através da extração da riqueza medicinal *in natura*, bem como diversificar e potencializar a agricultura já existente.

⁶ Aqui Marcia Ribeiro faz menção à obra de Luís dos Santos Vilhena: *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas (1802)*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921.

Ainda conforme Vera Marques (1999, p. 32-33), o interesse oficial da metrópole lusa pelas riquezas medicinais americanas somente estabelece-se em meados do século XVIII, através da organização de instituições de molde científico, tais como a Universidade de Coimbra, o Jardim Botânico da Ajuda e a Academia de Ciências de Lisboa.

Nesse momento há uma grande ação no sentido de catalogar as plantas de acordo com uma classificação botânica padronizada por meio da ordenação lineísta, além de estarem interessados nos seus usos, inclusive medicinais. Considerando que esse movimento é anterior a preocupação de Vilhena, isso demonstra uma relativa ineficácia a respeito do aproveitamento da natureza para fins medicinais. Ainda assim, nesse momento multiplicam-se os jardins e hortos botânicos não só por todo o Império como também por outros centros da Europa.

Segundo Vera Marques (1999, p. 107), em fins do século XVII a exploração científica da flora ultramarina era muito comum entre os estudiosos europeus. Isso foi impulsionado, sobretudo, a partir da criação de várias academias científicas, centros de saber que tinham como principal atividade a troca de experiências e idéias acerca da natureza. Dois exemplos podem aqui ser citados, o *Collegium Naturae Curiosum*, fundada na Alemanha em 1651, e a *Royal Society*, em Londres em 1660, além da *Académie des Sciences*, em Paris no ano de 1666. Contudo, apesar da efervescência cultural científica pela qual passava a Europa, Portugal ainda não havia adentrado o mesmo movimento. De acordo com Márcia Ribeiro,

Data das três últimas décadas do século XVIII o grande incentivo do governo português ao campo das investigações científicas. O fomento dos estudos botânicos e os pedidos feitos pelo marquês de Pombal de exemplares de nossa flora marca-

ram o início da valorização das ciências naturais no Brasil. O poderoso marquês percebeu a necessidade de incentivar as ciências e as técnicas nas Colônias como meio de enfrentar o mar de problemas econômicos, agrários e sociais em que o reino estava mergulhado. Como as demais áreas, a botânica e a medicina viram-se incentivadas. (RIBEIRO, 1997, p. 25).

Assim, foi sob a égide do governo de Sebastião José de Carvalho (marquês de Pombal) que aconteceu o desenvolvimento das ciências naturais. Segundo Brzezinski Prestes (2000, p. 71), a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, que ocorreu em 1772, juntamente com a criação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779, são marcos do “ingresso das Ciências Físicas e Naturais no país”, o que conseqüentemente abre as portas de Portugal para as ciências modernas. Na verdade, as duas citadas ações do governo português estão dentro do contexto de uma série de reformas educacionais e também em outros setores do governo, iniciadas a partir de meados do século XVIII (CARVALHO, 1996, p. 56-57).

A reforma dos estatutos de Coimbra é sempre referenciada porque é através dela que cursos existentes são modificados, a exemplo da Faculdade de Medicina, além de haver do mesmo modo a criação de outras faculdades, a exemplo da Faculdade de Filosofia Natural. Essa faculdade recebeu especial importância, pois entrou na grade curricular daqueles pretendentes a doutorarem-se em medicina, haja vista o fato da “obrigatoriedade de os quatro anos do Curso de Filosofia Natural serem pré-requisito” para esses estudantes (PRESTES, 2000, p. 71)⁷.

7 A Faculdade de Filosofia Natural incluía os cursos de Filosofia Racional e Moral (Lógica, Ética e Metafísica) no primeiro ano, de História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia) acompanhada da disciplina de Geometria na Faculdade

Quanto ao Brasil, havia certo receio quanto à criação de instituições para o desenvolvimento intelectual na Colônia. Portanto, mesmo em algumas capitanias, onde ensinava-se a arte cirúrgica por exemplo, os alunos estavam limitados às aulas práticas não dispondo de aulas teóricas (RIBEIRO, 1997, p. 126.). Destarte, os jovens de famílias ricas, sem a alternativa de um ensino superior buscavam a modernidade do ensino proporcionada pela Universidade de Coimbra.

Por outro lado, apesar da renovação da Universidade de Coimbra ter se dado um pouco em atraso em relação a outros centros europeus, no Brasil, o mesmo não aconteceu. Uma das primeiras iniciativas foi a Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro, que teve sua primeira reunião em fevereiro de 1772, mesmo ano da reforma dos estatutos. Esta academia estava ligada à Academia das Ciências da Suécia (pátria de Lineu), uma vez que a Academia de Ciências de Lisboa só seria fundada uns poucos anos mais tarde. Criada sob os auspícios do vice-rei Marquês de Lavradio, reuniu nove acadêmicos em sua inauguração, composta por dois médicos, dois boticários, quatro cirurgiões e um “curioso da agricultura” (MARQUES, 1999, p. 99-100).

As sessões ocorriam duas vezes na semana, às quintas-feiras na sede da Academia e aos sábados no posto botânico próximo ao Colégio dos Jesuítas. Durante essas reuniões “eram apresentadas dissertações eruditas, notícias de várias descobertas que interessavam ao estudo da História Natural, e propostos alvites para o progresso da agricultura, indústrias e comércio” (MARQUES, 1999, p. 100).

de Matemática no segundo ano, para o terceiro ano havia a Física Experimental, enquanto o quarto ano contava com o curso de Química Teórica e Prática.

É difícil inferir a difusão destas discussões pelo menos entre os “rústicos”, classificação que a Fisiocracia luso-brasileira impingiu aos agricultores (inclusive aqueles letrados). Mas, em relação à troca de experiências com outras academias, pode-se comprovar que esta se intensificou. O objetivo era incrementar a agricultura, a medicina e a farmacêutica através de estudos botânicos. Assim, o Estatuto da Academia, segundo Vera Marques (1999, p 103), também descrevia como os acadêmicos nomeados de outras áreas como Bahia, Minas, Santa Catarina, etc., deveriam proceder no trato das espécies.

Os acadêmicos tinham a obrigação de remeterem plantas, pedras, animais, fungos, sementes, enfim todas as coisas pertencentes aos três “reinos” da Natureza, tomando o cuidado de declarar seus nomes, virtudes, sítios, propriedades, além de enviar mudas de plantas (MARQUES, 1999, p. 103). Já nos hortos botânicos os exemplares passavam por experiências tanto relacionadas à suas propriedades físico-químicas como quanto à potencial semeadura em variados terrenos. Os resultados dessas experiências eram divulgados em reuniões da academia e entre os acadêmicos correspondentes, bem como por correspondência com os estudiosos de fora do país.

Essa dinâmica troca de experiências será de grande importância na constituição de uma saber médico, pois é a partir dessa junção de saberes, de conhecimentos, de práticas, que se desenvolverá a medicina que se pretendia verdadeira, porque científica.

2.3 A ELABORAÇÃO DE UM SABER MEDICINAL

Desde os primórdios da humanidade as plantas são utilizadas para a cura. Esse conhecimento natural, que faz bastante uso do universo mágico, também foi construído a partir

do experimentalismo, isto é, o uso de uma planta para curar determinada enfermidade se deu de forma experimental: se curava, indicava-se o uso a outros enfermos similares. Portanto, esse conhecimento natural é tanto construído como também transmitido através de muitas gerações. Destarte, acumulado por milênios, esse conjunto de saberes e práticas é expresso desde a Antiguidade pelas duas maiores culturas asiáticas (os chineses e os hindus) em conjunção com conhecimento natural árabe, persa, grego, romano, etc. As origens e contribuições na forma de práticas curativas a partir das plantas são as mais variadas possíveis.

Com o encontro de dois mundos principiado pelos Descobrimentos, no século XVI, essa perspectiva de uso da natureza para fins medicinais é ampliada. E assim o conhecimento natural perpetua-se com todo o apoio permitido pelo o imaginário. A arte de curar das “culturas descobertas” nas Américas chamou muita atenção da “civilização” que se apropriou de muito do conhecimento existente sobre as “novas terras” nas tribos. E, assim como os demais conhecimentos, esse novo conhecimento foi integrado aos demais saberes existentes.

Portanto, a construção de um saber que atrelava diferentes concepções de doença e cura foi construída gradualmente. A experiência adquirida através do conhecimento natural dos indígenas e, um pouco depois, dos africanos foi muito importante na constituição das práticas medicinais brasileiras, além de estarem já presentes na elaboração das primeiras farmacopeias que circularam no mundo.

As farmacopeias eram a bem dizer livros de receita de como preparar medicamentos, por vezes incluindo também noções teóricas de farmacêutica, nele constavam geralmente descrição física da planta, suas propriedades curativas e a melhor forma de aproveitar suas virtudes para produzir um medicamento (um chá,

uma mezinha) para determinada enfermidade. Correspondem, nos dias de hoje a manuais como “As plantas curam”, entre outros títulos com mesmo propósito.

Esses livros de *receitas medicinais*, que foram publicadas antes da primeira farmacopeia oficial do reino, eram muito utilizados especialmente como manuais de consulta de alguns médicos e boticários e posteriormente competirão com a produção oficial. É interessante observar que muitas farmacopeias foram elaboradas por médicos, botânicos, missionários, etc., tendo como base os conhecimentos adquiridos através de indígenas e africanos, além de outros domínios coloniais americanos, foram difundidos por todo o mundo através destes compêndios.

Entre os missionários, os jesuítas destacaram-se na compilação de uma série de conhecimentos naturais indígenas e também em aplicar o uso das plantas para cura, sendo que em algumas capitâneas as boticas por eles instaladas ao lado do mosteiro consistiam no único estabelecimento público dedicado à prática terapêutica, além de serem os únicos agentes de cura em cidades onde não havia médicos ou outros tipos de agentes dessa natureza.

Vale destacar que, estas farmacopeias de uso popular não resultariam de uma expressão proveniente de saberes originários de modo direto, mas sim de profundas reelaborações pelos boticários e outros agentes de cura. Portanto, contraria a visão corrente em autores como Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, que buscam considerar estes saberes como “indígenas”, “africanos” ou “europeus”⁸.

Assim, apesar da óbvia ausência da sistematização que os lineístas já procuravam, estas práticas resultaram na

8 Esta também foi uma discussão central à disciplina “Saberes sobre a Natureza no Brasil colônia”, cursada com o professor Acácio Catarino em 2008.1 no DH/ UFPB.

elaboração de receitas terapêuticas similares por alguns médicos, boticários ou cirurgiões, que faziam uso muitas vezes das mesmas plantas, mas com nomes diferentes de região para região. Mas a similaridade de receitas estava para além dos ingredientes e por vezes incluía também o mesmo procedimento no preparo. Segundo Márcia Ribeiro:

A forma das descrições apresenta variações mínimas; o conteúdo das receitas é praticamente idêntico (...). O fenómeno da coincidência do receituário deve ser situado num contexto mais amplo, qual seja a veiculação das informações, das idéias e dos livros através do império português. E ainda, mais que isso, atesta a reprodução de crenças e práticas comuns em diferentes espaços da colonização. Universos tão distantes geograficamente, Brasil, Portugal e Goa apresentavam grande proximidade no que diz respeito aos hábitos e idéias. (RIBEIRO, 1997, p. 59).

Em parte esse será um fio condutor que liga estas práticas correntes aos novos procedimentos objetivados pelo saber institucionalizado e que levou á criação de hortos botânicos e a propagação de academias científicas nos vários domínios da Coroa com a intenção de catalogar as espécies. E a circulação desse conhecimento acontecia de forma muito dinâmica.

Se nos primeiros séculos da colonização as informações e exemplares eram enviados para a Metrópole, no século XVIII, com a criação de Academias, segundo o que foi apresentado no capítulo anterior, a correspondência se dava entre as várias províncias do Império em que os estudiosos estavam incumbidos de reunir e investigar as propriedades curativas dos espécimes além de enviar exemplares para o Rio de Janeiro, onde se catalogavam essas plantas.

Isso, por seu turno, impedia a propagação de uma variedade de plantas medicinais quando na verdade se tratava de apenas uma mesma espécie com nomes diferenciados. O exemplar do espécime catalogado tinha assim sua descrição física e a descrição de suas propriedades curativas, além de suas várias nomeações.

As farmacopeias eram muito úteis especialmente para uso dos boticários encarregados da formulação de medicamentos. Geralmente, o próprio boticário era quem receitava e fazia o próprio medicamento direcionado ao doente. Mas, em outros casos havia a indicação do médico. De qualquer forma, o uso deste manual era problemático algumas vezes, pois boa parte daqueles que serviam como guia para os boticários e outros artífices da cura estavam em outras línguas (como o latim) ou então eram traduções em espanhol destas. Mas, por outro lado havia também uma quantidade considerável de farmacopeias produzidas em língua portuguesa.

Entre os exemplares apresentados por Vera Marques (1999, p. 71-76) de farmacopeias elaboradas e de uso corrente por boticários no Brasil está a *Farmacopéia lusitana*, publicada desde 1704 e que teve mais três edições, em 1711, 1725, e 1754. De autoria de Dom Caetano de Santo Antônio, que em sua segunda edição, *Farmacopéia lusitana reformada*, declara conter medicamentos preparados com “vegetais da Terra de Santa Cruz”. Na *Farmacopéia ulissiponense, galênica e química*, de autoria de João Vigier⁹, físico-mor de D. João V, a parte da farmacopeia dedicada às plantas brasileiras intitula-se: *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas, e partes de animais do Brasil, e das partes da América, ou Índia ocidental*¹⁰.

9 A farmacopéia de João Vigier é considerada o primeiro manual de química farmacêutica em português.

10 O nome completo é *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas, e partes*

Outras foram a *Farmacopéia tubalense químico-galênica*, de autoria do boticário Manuel Rodrigues Coelho¹¹; a *Farmacopéia portuense*, de autoria do cirurgião do Porto, Antônio Rodrigues Portugal, publicada em 1766 na Oficina de Francisco Mendes Lima; a *Farmacopéia dogmática, médico-química e teórico-prática*, de autoria do beneditino e boticário João de Jesus Maria, foi impressa em 1772 na Oficina de Antônio Álvares Ribeiro Guimarães; e finalmente, a *Farmacopéia lisbonense ou coleção dos simples, preparações e composições mais eficazes, e de maior uso*, de autoria do médico e boticário Manoel Henriques de Paiva, publicada em 1785.

Foi pensando em várias questões como a desordem nos métodos curativos no reino e demais domínios da Coroa que D. Maria I promulgou a publicação em 1794 da primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopéia geral do reino*. A elaboração da *Farmacopéia geral* teve suas idas e vindas. Após três tentativas malsucedidas, enfim, em 1790 a Congregação da Faculdade de Medicina de Coimbra nomeou Francisco Tavares e Joaquim de Azevedo para elaborá-la. Nela,

Além da descrição do preparo de algumas fórmulas, encontram-se neste livro referências a ervas, raízes e sementes originárias das conquistas e, como não poderia deixar de ser, do próprio continente europeu. (RIBEIRO, 1997, p. 65).

de animais do Brasil, e das partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século, tiradas de Guilherme Piso, Monardes, Clusio, Acosta e de outros. Foi impressa em 1716.

11 As datas de publicação variam entre as partes da obra. Os detalhes podem ser encontrados em Marques (1999, p. 91-92) nota 90 do primeiro capítulo de *Natureza em Boiões: Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista*.

Segundo Vera Marques (1999, p. 77), a *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal* tornou-se por meio de alvará de D. Maria instrumento de uso obrigatório no trabalho de boticários e seus auxiliares devendo cada estabelecimento dessa natureza ter uma cópia da farmacopeia geral. O objetivo por trás dessa ação era certamente impedir o uso de outras farmacopéias. Nesse sentido, as farmacopeias *Lusitana* e a *Tubalense* de autoria de Dom Caetano e Rodrigues Coelho, respectivamente, disputaram com *Farmacopéia geral* “a preferência dos donos do ofício, na arte de preparar medicamentos” (MARQUES, 1999, p. 77).

3 A ARTE DE CURAR NO BRASIL E NA PARAÍBA

Apesar das indisponibilidades de tratamento médico à moda europeia, havia várias alternativas de cura. Essas possibilidades, conforme já aqui discutido, foram se ampliando ao longo do desenvolvimento da população colonial e das trocas culturais em cada região. Assim, se havia dependência inicialmente do conhecimento natural indígena, algumas décadas depois essas possibilidades cresceram com a dispersão de africanos por todo o território, enquanto paralelamente desenvolviam-se e padronizavam-se os saberes pelos iniciados na medicina.

Contudo, essa oficialização do saber e do tratamento de saúde da população acabou por criar uma disputa entre conhecimentos. Essa disputa teve ressonância direta entre os agentes e suas respectivas práticas de cura. Segundo Tânia Salgado Pimenta (2003, p. 307), “licenças e cartas eram obrigatórias para quem quisesse exercer alguma atividade relacionada às artes de curar entre 1808 e 1828”.

De acordo com Tânia Pimenta (2003, p. 307), na verdade, essa regulamentação existia muito antes em Portugal e foi

estabelecida quando da criação do cargo de cirurgião-mor no século XIII, reforçada no XVI com a criação do cargo de físico-mor. A partir de então o regulamento que tanto permitia o exercício de determinadas funções relacionadas à cura como da mesma forma delimitava pouco a pouco as atividades de cada profissional, foram modificadas no decorrer do tempo.

Assim, tais regras foram sendo substituídas continuamente, através da Real Junta do Protomedicato, criada em 1782 e logo extinta em 1808, substituída no mesmo ano pela Fisicatura, sediada no Rio de Janeiro, que funcionou até 1828. Daí a afirmação anterior da autora quanto ao período de necessidade de licenças, no Brasil, para exercer qualquer atividade curativa. Por conseguinte, foram estas duas últimas instituições responsáveis por fiscalizar e permitir o exercício de determinados ofícios na arte de cura no período estudado.

Destarte, o agente que praticasse tal arte sem a carta de autorização era acusado de “charlatão”. Sobre a concepção de charlatanismo, afirma Gabriela Sampaio:

Esta categoria abrangente era utilizada por intelectuais médicos para qualificar toda e qualquer medicina diferente da sua, desde curandeiros, espíritas, boticários e até homeopatas e médicos estrangeiros cujos diplomas não tinham sido convalidados pelas faculdades de medicina do país. (SAMPAIO, 2005, p. 25).

Contudo, apesar de uma legislação que tentava obter o controle das práticas, o espaço para as práticas informais eram ainda amplos. Em primeiro lugar, principalmente, no começo do século XIX, existiam muitos poucos médicos formados em universidades; e, em segundo lugar, não havia uma forma de fiscalização permanente por falta de pessoal, mesmo nos grandes centros urbanos. Algumas vezes a prisão de algum agente “ilegal” se dava por meio de denúncias.

Por outro lado, a arte de curar exercida por esses agentes “ilegais” não teria tal força a ser combatida se não fosse a ampla credibilidade que compartilhavam com seus principais usuários, que durante tantos séculos contaram com a a possível eficácia de tratamentos embasados em mezinhas e rituais curativos. Como refere Flávio Edler sobre isto:

Durante os três primeiros séculos da colonização brasileira, a sociedade branca recorreu indiferentemente às formas de cura trazidas da Europa ou àquelas a que diversas etnias, com as quais se manteve em constante contato, utilizavam para lutar contra os males que as acometiam. (...) Depois com a vinda dos escravos africanos, aderiram igualmente a certas curas relacionadas com a magia, como nos revelaram os documentos das visitas inquisitoriais do Santo Ofício. (EDLER, 2006, p. 17).

Em lugares mais distantes, como é o caso da Paraíba, tal disputa em torno da legitimação da prática mediada por uma instituição solidificada ou não (a exemplo do corpo de cirurgiões-mores, Protomedicato ou da Fisicatura) parece não acontecer de forma tão acirrada como em áreas mais centrais do Brasil, como relatado para o Rio de Janeiro, por exemplo. Contudo, a existência de combates a determinados agentes e práticas de cura se configura em moldes similares àqueles em outros lugares, envolvendo desde acusações de cunho religioso até a contestação da habilitação na arte de curar, conforme se verá a seguir.

3.1 PRÁTICAS, AGENTES DE CURA E PERMISSÕES

A população buscava a cura pelas mãos de curandeiros, boticários, pajés, benzedeiros, sangradores, barbeiros, mulheres

donas de casa (isso inclui as avós), e uma série de agentes de cura aqui já citados. As práticas realizadas por cada tipo de agente também não era definida e imóvel, pois alguns agentes atuavam através do uso de magia e da religião, tanto quanto adentrava por aparentes limites de saber de outros administradores da cura, isto é, um barbeiro também poderia aplicar a sangria, da mesma forma que um boticário poderia fazer as vezes de médico, identificando enfermidades e receitando os medicamentos para saná-las. Assim tantos saberes mais formais quanto práticas informais permeavam os espaços um do outro.

E assim como as práticas, os espaços também não se resumiam a ambientes estáticos já que muitas vezes o caminho da cura começava pelo próprio quintal da casa. Márcia Ribeiro (1997, p. 16) menciona a importância da mulher nesse caso, dado o seu conhecimento nos espaços da cozinha, dos quintais e hortas; e, isso inclui até mesmo consultas dos próprios médicos às mulheres, pois,

(...) para curar os males do corpo feminino, território até então pouco conhecido pelos homens, (...) a experiência adquirida cotidianamente com as gestações, partos, ciclos lunares e cuidados com a prole proporcionava-lhes conhecimentos empíricos, muitas vezes superiores à bagagem teórica dos cirurgiões que circularam pelo Brasil colonial. (RIBEIRO, 1997, p. 16).

Na Paraíba, entre os séculos XVIII e XIX, coisa semelhante acontecia. As práticas de cura eram muito similares aquela das demais regiões do Brasil. A população procurava alternativas de cura cuja confiabilidade residia na tradição e para muitas famílias não se admitia procurar qualquer outra que além da mesma parteira na hora do nascimento de filhos, netos, e outros entes da família.

De acordo com Lycurgo Santos Filho em *História geral da medicina*,

Os serviços do profissional diplomado só eram solicitados depois do fracasso da medicação preconizada pelo curador, que seria o chefe da família, a sua esposa, o boticário, (...) ou o próprio indivíduo, leigo, que exercia a Medicina sem estar habilitado: o curador. Toda mãe de família sabia preparar um colírio, aplicar purgas e vomitórios, e preparar mezinhas. (SANTOS FILHO *apud* Ó, 2005, p. 31).

É importante ressaltar que, nesse período a percepção de doença também é singular. De acordo com Alarcon Agra do Ó (2005, p. 32), a população mais pobre percebia a organização do mundo “a partir de regras simples, que constituíam o panorama de uma racionalidade científica”, acreditava-se, portanto que a intervenção humana era possibilitada “na medida em que os homens compreendessem as leis naturais e com elas conseguissem se conectar produtivamente”. A partir desse pensamento, o que se buscava era a intervenção humana via curandeiro ou mezinha que “estabelecesse uma simpatia entre o doente e o meio através da contiguidade, da similaridade ou contrariedade¹²”.

Na verdade, essa concepção da ligação do homem com o meio está assentado na idéia, de que o ser humano era um “resumo do universo”. De acordo, com Márcia Ribeiro (1997, p. 73-75), a doença estava para além de algo imediatamente físico, incluindo também uma percepção “cosmogonal”, que abarcava tanto o mundo terrestre como o mundo espiritual além do mundo

12 A teoria da contrariedade está embasada na ideia de que o semelhante cura o semelhante produzindo seu contrário, isto é, veneno combate veneno e produz a saúde.

religioso, que relacionava os anteriores. Essa relação com o cosmo era o pensamento predominante até o início do século XVIII na sociedade que estamos tratando.

Essa ideia era a base da chamada *patologia humoral* que reconhecia o homem como resumo do universo: como tinha dentro de si as qualidades dos quatro elementos da natureza, sua saúde dependia do equilíbrio dos humores elementares. Por esta perspectiva, sendo o homem um “microcosmo”, bastava remediá-lo com elementos provenientes da própria natureza.

A doença, nesse sentido, podia ser influência do sol, da lua, de raios e tempestades. Márcia Ribeiro (1997, p. 74) alude a Luís Antonio de Mourão que, em 1776 atribuía a epidemia de varíola ocorrida em São Paulo à tempestade de relâmpagos que atingira a cidade no inverno. Esse pensamento, comum na Europa da Idade Moderna, também estava presente na mentalidade das pessoas no Brasil colonial. Por esse motivo, a escolha dos remédios também seguia o mesmo procedimento relacionado ao universo, isto é, à natureza como se verá a seguir. Segundo Márcia Ribeiro,

Do calendário lunar, da posição dos astros e dos fenômenos climáticos dependiam quase todas as ações cotidianas. (...) Assim como a agricultura, a medicina estava subordinada a inúmeras influências cósmicas. O ato de colher uma planta ou sangrar uma pessoa significava submeter-se a tais intervenções, pois se acreditava na existência de meses, dias e até horas favoráveis a essas práticas. (RIBEIRO, 1997, p. 69).

As causas da doença poderiam ser desde um malefício (por meio de forças maléficas), um “mal” (doença inominável na Paraíba e em outros lugares, assim chamavam, a maior parte das doenças para não as atrair), um espírito (ser que não é mais deste mundo), e até mesmo castigo dado por Deus. Esta última

causa era um dos motivos, que levavam à chamada “cura punitiva” (MARQUES, 1997, p. 72). Esse tipo de cura tinha como base a ideia de que a forma de alcançar a saúde tinha de ser por meio de sofrimento, em acordo com uma religiosidade baseada na culpa do Pecado Original.

Essa concepção, juntamente com a idéia de patologia humoral, resulta na prática de uma *medicina bizarra* que inclui em seu receituário vários tipos de ingredientes que na perspectiva atual podem parecer extremamente repugnantes: excremento, animais mortos, defuntos, cadáveres¹³, além de incluir práticas rituais. Com base na teoria da patologia humoral, era atribuído aos fluidos extraídos do crânio humano e da múmia uma grande virtude no preparo de medicamentos. O jesuíta Affonso da Costa (*apud* RIBEIRO, 1997, p. 76), por exemplo, recomendava para estupor (tipo de paralisia repentina) pegar metade de uma caveira, preferencialmente com ainda alguns cabelos, e transformá-la em pó, o qual seria acrescido ao vinho ou à aguardente e oferecido ao enfermo.

Um exemplo relatado por Márcia Ribeiro (MARQUES, 1997, p. 83) vem do cirurgião Luís Gomes Ferreira, em que o mesmo receitava para aqueles que foram vítimas de envenenamento que fossem colocados dentro de um animal grande, como um bovino, destrinchado ao meio e ainda quente. A ideia subjacente era que o veneno seria expulso do corpo do indivíduo por meio da exposição ao calor (elemento “fogo”) através da sudorese. Já Horácio de Almeida (1978, p.192) rememora um dos remédios locais, afirmando que na Paraíba receitava-se “o chá do excremento do

13 Embora pareça repugnante a alguns leitores, basta lembrar que na década de 1990 houve reportagens acerca dos adeptos da beberagem de urina para remediar algumas doenças chegando mesmo a reivindicar sua comprovação científica ou não.

cachorro contra o sarampo” e também “terra de cemitério para cura de úlcera”.

De toda forma, o doente, ao procurar por algum agente de cura, buscava alguém capacitado a reconhecer o mal que o acometia, bem como a melhor forma de curá-lo. De acordo com Márcia Ribeiro (1997, p. 86), muita da arte médica estava baseada no “saber indiciário”, isto é, “olhar atentamente e examinar com minúcias os sinais da moléstia era suficiente para que o profissional classificasse o mal e, a partir daí, fizesse suas administrações farmacêuticas ou rituais”¹⁴. Nesse sentido os mais procurados pela população eram as rezadeiras, os curandeiros, entre outros que possuíam um conhecimento “além deste mundo”.

Por outro lado, em meio a essa percepção mágica da doença, há de se observar a influência também do meio religioso. Sem querer me estender aqui quanto à disputa entre os domínios de magia e religião existentes no período, vale ressaltar que a Igreja proibia o uso de “procedimentos divinatórios para qualquer finalidade”, apesar de na prática isso ser desobedecido com frequência (RIBEIRO, 1997, p. 92). No caso da arte de curar, isso era ainda mais constante e muitas foram as pessoas interrogadas pelos inquisidores do Santo Ofício.

Luis Mott (1999, p. 90) em matéria publicada na Revista do IHGP sobre a Inquisição na Paraíba, afirma que em meados do século XVIII dentre as modalidades de acusações a alguns moradores da capitania estavam as perseguições pelo uso de feitiçaria. Dos três episódios citados pelo autor, um deles está relacionado à cura. Relata o mesmo que

(...) no caderno do promotor N^o 130: os acusados são Francisco Alvares e sua mulher Adriana, além de ou-

14 Na medicina chama-se semiologia o estudo dos sinais das doenças.

tro morador da mesma vila, José Rodrigues, todos índios. (...) Em 1779, na ex-aldeia de Jococa os denunciados usavam uma “cruz de fumo” para fazer seus rituais e curas, chamando por Deus e Nossa Senhora, enquanto tocam maracás para acompanhar suas cantorias e danças, ocasião que tomam e dão aos que julgar estar enfeitiçados, uma certa bebida (MOTT, 1999, p. 91).

Ressalta-se nesse caso a questão do sincretismo existente nas artes de curar, que reúnem em um só elemento praticas de origem indígena e o uso de símbolos do universo divino cristão (o nome de Deus e Nossa Senhora), reafirmando o que foi dito anteriormente, sobre a difícil delimitação de práticas mágicas e religiosas.

Como refere Márcia Ribeiro (1997, p. 93), “a concepção de um mundo que está em constante contato com forças celestes e demoníacas era comum tanto aos estratos populares como às elites cultas a que pertenciam os médicos e o clero”, portanto, os poderes institucionalizados atrelados à Medicina e à Igreja buscavam o controle do campo mágico para si, declarando que o dom de curar era algo limitado a poucas pessoas. Assim, a cultura letrada elencava três fontes para o “dom curativo”, que poderia ser primeiramente através do estudo, em segundo através do poder de Deus e por último através do demônio.

Deste modo, independente dos resultados conseguidos no ritual de cura em nome de algum santo, a determinação se tal feito era obra de Deus ou do demônio estava nas mãos da Igreja, pois se a mesma “aprovasse determinada cerimônia, dizia-se que ela contava com o auxílio divino, mas se reprovasse, qualificava-a como ilegal e supersticiosa” (RIBEIRO, 1997, p. 94), alegando muitas vezes que mesmo utilizando o nome de Deus, na verdade obtivera a ajuda do demônio.

Em contrapartida, apesar do forte combate às práticas consideradas ilícitas mesmo a Igreja tinha suas rezas destinadas a cura. Embora rejeitasse o uso do nome de Deus ou outros elementos divinos, havia casos em que se recomendava a invocação de alguns santos para cura de algumas doenças e prevenção de alguns males.

Para dor de dente, recomendava-se rezar para Santa Apolônia, Santa Brígida para dores de cabeça, São Braz para dores de garganta, Santa Luzia para doenças relacionadas aos olhos, Santo Adrido para dores generalizadas, Santo Abelardo era aconselhado nos partos complicados, enquanto que no caso de cicatrização de feridas em braços e pernas indicava-se dizer para Santo Amaro as seguintes palavras: “Abrazado Amaro no fogo da caridade e da obediência mereceu andar a pé enxuto sobre as águas. Rogai por nós aventurado Santo Amaro, para que sejamos dignos da promessa de Cristo” (SEQUEIRA *apud* RIBEIRO, 1997, p. 96).

Embora com ressalvas quanto ao uso controlado de suas fontes, na célebre obra de Horácio de Almeida, *História da Paraíba*, especificamente no segundo volume, encontram-se relatados alguns casos de interesse, dedicados às práticas curativas na Paraíba. Longe de querer aprofundar a visão historiográfica reproduzida por Almeida, é importante mencionar ao menos o que diz Emmanuel Arruda, ao tratar de duas das obras do mesmo autor. Apesar de apresentar traços do “espírito positivo”, Horácio de Almeida não pode ser facilmente “enquadrado” especificamente em uma corrente, pois ainda que demonstre preocupação em buscar a *verdade*, há elementos que admitem um “caráter impreciso em sua obra” (ARRUDA, 2003, p. 200).

De acordo com Emmanuel Arruda (2003, p. 196), a produção de Almeida não apresenta rupturas em relação à historiografia paraibana tradicional, porque “utiliza documentos

já consultados e obras consagradas sobre o período, elegendo praticamente as mesmas datas e heróis, exaltando os mesmos marcos históricos e a estes, dedicando capítulos inteiros”. Contudo, sob outro ponto de vista,

(...) os temas abordados por Almeida são feitos, na maior parte das vezes, de forma a mostrar o pitoresco, o inusitado, sem abordar as rupturas, os conflitos. Analisa, por exemplo, moradias, formas de tratamentos de doenças, sem levantar questões sociais que perpassam esses assuntos. (ARRUDA, 2003, p. 200).

É importante aqui ressaltar dois fatores importantes em relação à obra de Horácio de Almeida quanto à questão cultural que aqui será contemplada. Primeiramente, é a ressonância de seu lugar social, que estava relacionado tanto a um período de busca da verdade, quanto também ao que Margarida Dias chamou de busca por uma *paraibanidade*, isto é, busca por uma valorização do homem paraibano e de certas características imanentes, desde suas origens. O segundo ponto, refere-se a uma questão discutida no início deste trabalho quanto a ampliação do uso das fontes. Embora os relatos de práticas curativas na Paraíba serem um tanto indefinidos temporalmente pelo autor, há que considerar-se que os tratamentos aplicados a determinadas enfermidades não são constituídas apenas de rupturas, havendo igualmente a permanência de práticas e saberes cotidianos construídos e transmitidos ao longo do tempo.

Destarte, embora alguns de seus relatos sobre formas de cura apresentem-se de forma “pitoresca”, até mesmo aproximando-se do relato de um “causo”, segundo denominação na gíria nordestina, Horácio de Almeida apresenta exemplos que estão associados a modalidades da arte de cura citadas antes deste hiato, a exemplo daquelas relacionadas à religião ou à magia.

Segundo Horácio de Almeida (1978, p. 193), “alguns achaques (...) só tinham cura mediante rezas fortes, benzeduras ou garrafadas. As garrafadas curavam tudo, menos cegueira da gota serena”. Quanto às rezas, o autor afirma: “curandeiros e rezadores sempre havia pelo interior. Somente eles tinham o poder de enfrentar o mal causado (sic), espinhela caída, sol na cabeça, quebranto e coisa feita”. Um exemplo que demonstra essa relação da religiosidade com as práticas curativas é também dado por uma cura surpreendente, dado que não há ainda hoje tratamento viável. Diz ele que

Um menino foi mordido por cão hidrófobo, no sítio onde morava. O pai levou-o a cidade em busca de tratamento. Como não havia médico, o vigário, em plena missa, chamou o paciente ao altar e mandou que se ajoelhasse. Pôs-lhe na boca a chave do sacrário, enquanto rezava a Ave Maria. Estava feito o tratamento. (ALMEIDA, 1978, p. 194)

Retomando Luís Mott (1999, p. 90), durante a visitação do Santo Ofício de 1779 houve uma denúncia por parte de José Inácio Deveras de que fora acometido de uma enfermidade causada por um “malefício ou feitiço que lhe fizera a índia Lourença”, juntamente com seus irmãos Isabel e Anastácio.

Portanto, o saber dito científico proporcionado pela Medicina mesclava-se com o saber popular configurando algumas vezes uma dualidade sem que fosse necessariamente um embate explicitado entre as diversas esferas de saberes. Mas com certeza esta não é a via única de resolução sobre como proceder diante de determinados casos., como exemplifica um relato pouco crível mas integrado por Horácio de Almeida de modo saboroso à obra, a respeito de uma mulher que ajudava uma enferma a morrer, fazendo exorcismos e esconjuros, empunhando uma vela, até que

Depressa chamaram um médico, que afastou a macumbeira e reanimou a doente. Ao dar as costas, a harpia retomou o seu fúnebre ofício, até conseguir o resultado desejado. Quando a doente já era com Deus e ia ser enterrada, o médico teve notícia. Correu até lá e ainda chegou a tempo de ressuscitar a defunta, com muito esforço de sua parte e pesar da intrujona. (ALMEIDA, 1978, p. 193).

Quanto à habilitação profissional, o protesto quanto às permissões de exercício de atividades relacionada à arte da cura, também aparecem na Paraíba. Segundo a documentação avulsa existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa referente à Capitania, os boticários, cirurgiões e médicos, da mesma forma que outros tipos de comerciantes não relacionados diretamente a cura, tinham que pedir licença, ou melhor, tinham que pedir provisão para exercer a sua respectiva profissão. Nesse sentido, são exemplares os casos do cirurgião João Ribeiro, do médico “ilegal” José de Abreu Machado e o do cirurgião António de Medeiros Mascarenhas.

João Ribeiro pediu em Julho de 1740 permissão em Lisboa para servir no ofício de cirurgião na Paraíba. No requerimento enviado ao rei D. João V, ele informa toda sua experiência no cargo citando as várias naus em que trabalhou, tendo realizado “no dito exercicio as obrigaçoens de seu offício com grande zello e cuidado (...) não faltando em acto algum”¹⁵. Dois anos depois encontramo-lo servindo como cirurgião de Infantaria da Paraíba, pedindo para receber o mesmo soldo que recebem os cirurgiões de Recife e Olinda: dez mil réis por mês¹⁶.

15 **AHU_ACL_CU_014, Cx. 11, D. 921** - (Projeto Resgate CD 02\013\003 documento 0408)

16 **AHU_ACL_CU_014, Cx. 11, D. 953** - (Projeto Resgate CD 02\014\001 documento 0128- 135)

O argumento para o pedido de aumento de soldo por João Ribeiro era embasado pelo fato de não existir Hospital de Infantaria para atender as três companhias responsáveis pela guarnição da cidade e apenas ele ser o encarregado por atender os soldados enfermos, tendo que se deslocar as vezes pelas cinco leguas que separavam o forte de Cabedelo e a cidade, por sua própria conta e “correndo risco de vida”.

É significativo a presença desses pedidos para exercer a terapêutica na cidade, porque aparentemente esses médicos e cirurgiões eram sempre destinados a servir na infantaria, em Cabedelo, mas sua atuação não ficava restrita ao local de trabalho já que tinham que se deslocar sempre que se fazia necessário. Esse panorama não mudará muito até o fim do século XVIII, pois, cerca de 50 anos depois, um outro cirurgião de nome Inácio de Oliveira Silva, também pediria aumento do soldo reclamando do mesmo fator que João Ribeiro: três tropas sob a responsabilidade de um só médico, e ainda pede a D. Maria I que lhe conceda o apoio de dois ajudantes¹⁷

Apesar da afirmação anterior quanto à normatização e fiscalização do exercício médico, percebe-se nesta ocasião que os pedidos para exercer a profissão, e mesmo a reclamação do exercício ilegal, não eram encaminhados ao físico-mor, ou ao cirurgião-mor do reino – que supostamente deveriam atestar a permissão ou licença do exercício. Em contrapartida, o pedido de provisão era dirigido diretamente ao rei ou outros oficiais de cargos importantes, como aos capitães-mores, oficiais da câmara, ou ao provedor da capitania.

Mais um caso que aparece na documentação avulsa é o de José de Abreu Machado, denunciado em setembro de 1729 ao rei D. João V pelo médico José Pimenta de Lacerda, por praticar

17 AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2417. (PR-04.06\038\002 – 312-314)

o exercício de médico e boticário sem que tivesse licença ou provisão¹⁸. A licença, nesse caso referia-se a formação acadêmica e habilitação do prático de cura.

Esse caso serve como deixa para apontar outro ponto importante a respeito das permissões para o livre exercício. Conforme já afirmado em outra parte deste trabalho, era necessário licença para o prático exercer sua atividade. No entanto, essa não era uma regra que se fazia plenamente obedecida, obviamente, porque não havia uma rígida fiscalização sobre estes atuantes e mesmo quando havia (como ocorrerá após o estabelecimento da Junta do Protomedicato, e no início do século XIX), esta fiscalização era ineficiente.

O que se pretende ressaltar aqui é o fato de que em alguns casos a formação acadêmica do agente não era tão importante, profissionalmente falando, mas sim se o mesmo tinha permissão para o exercício, ou seja se sua atividade era de alguma forma legitimada. Em outras palavras, era o direito de exercer tal ou qual profissão oficialmente que estava em jogo e afligia o denunciante.

O pedido de provisão era central no caso do cirurgião João Ribeiro e o foi também com o cirurgião António de Medeiros Mascarenhas. Em fevereiro de 1744, Antonio Mascarenhas, cirurgião aprovado, pede provisão para o exercício de medicina no lugar de antigo médico Jozé Pimenta de Lacerda¹⁹. Este último parece não ter sido aprovado no cargo pois, em maio de 1746, de acordo com carta enviada ao rei D. João V, os oficiais da Câmara da Paraíba informam sobre a posse do novo médico na cidade: José Dias Tourinho, Bacharel formado pela Universidade de Coimbra. O pagamento concedido, não pela Coroa, mas pela própria câmara era de cento e cinquenta mil réis.²⁰

18 **AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 605**

19 **AHU_ACL_CU_014, Cx. 12, D. 1020.** (Projeto Resgate - CD 02 \015\001 – documento 0071)

20 **AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1170.** (Projeto Resgate - CD 02 \017\001 – documento 0177)

Com relação a esses dois últimos exemplos, ao que parece, mesmo não citado na documentação consultada com tanta frequência como os demais profissionais de saúde habilitados ou não pela Coroa, havia um médico que ocupava o cargo oficialmente na cidade. Contudo, se José Pimenta de Lacerda ou José Dias Tourinho atendiam a população da cidade em primeiro lugar e não estavam sob a obrigação de atender a infantaria, é algo que não se pode comprovar com o material consultado.

3.2 DOENÇAS, OUTRAS DOENÇAS E MUITAS MORTES

Em meio a tantas causas de mortes, havia aquelas doenças que irromperam por meio de epidemias, inaugurando os novos males do século XIX, como também havia outros tipos de doenças, que para nossa moderna sociedade dos séculos XX e XXI não são tão nocivas, às vezes sequer necessitando de tratamentos rígidos, haja vista que as condições de vida e higiene são fatores mais que relevantes na hora de considerar as causas da morte em duas épocas tão distintas. O que se busca com isso ressaltar é quão frágil era o estado da saúde, coletivamente falando, de modo que qualquer que fosse a enfermidade – de origem física ou humoral ou casual – a morte estava sempre pronta para tomar a vida do acamado.

Alarcon Agra (2005, p.20) enumera as doenças que mais castigavam o povo: febre amarela, sarampo, cólera, malária (febre intermitente, maleita, sezão, febre de mau caráter), varíola (doença dos males, que podia ser de sete tipos: hemorrágica, confluyente corimbiforme, coerente, gangrenosa, serosa, discreta e variolóide), mal do monte (conhecidas também por erisipela, isipira, mas que ninguém podia chamar pelo nome)²¹, sífilis,

21 Elefantíase.

gonorreia, tísica, bronquite, asma, mal do ventre seco, ar de estupor, chagas, apendicite, boubá (piã), batedeira (também inominável, mas conhecida também pelos nomes gota-coral, mal caduco, epilepsia²²), reumatismo, espinhela caída, quebranto, sol na cabeça, melancolia²³ (hipocondria), hemiplegia, apoplexia, loucuras e manias, vagado (vertigem, desmaio), dores diversas (dor de lado, dor de pontada), ferida braba, opilação²⁴, bicho de pé, frieiras, febres (biliosa, pútrida, nervosa, hética, malárica, tífica, mucosa, etc.), ramo, ventosidade, congestão, disenteria violenta (também chamada de fleuma, corrença, ventre solto, câmaras), estilicídio, paludismo, postemas, piolhos, e tantas outras de uma lista extensa.

Além disso, muitas mortes seguiam-se de tempos em tempos por efeito das epidemias. Sua desinfecção explicita a introjeção das correntes da medicina européia, apesar de aparentemente terem uma solução “caseira”. Quando a varíola, mais conhecida por bexiga, fazia alguma vítima, esta era enterrada em uma cova funda e durante três dias faziam-se fogueiras na superfície; depois, cobria-se o chão com ladrilhos que serviriam para impedir a saída de “vapores ruins”.

O registro, ou melhor, a repartição administrativas destas mortes divide-se de modo curioso, seguindo a evolução reconhecida das doenças ou devidas à fatalidade dos incidentes. Segundo documentação consultada do AHU, as principais causas de morte que aparecem nos gráficos dos mapas de falecimentos

22 Segundo Alarcon Agra, a epilepsia também era um tipo de doença inominável, atribuída em alguns casos a excessos venéreos, masturbação, “elitismo”, eletricidade atmosférica e mesmo à solidão. Note-se entre as causas citadas a influência da natureza na determinação das doenças.

23 Esse é um tipo de enfermidade relacionada a patologia humoral, sendo a melancolia um dos quatro humores do corpo.

24 Ancilostomíase, mais conhecida por amarelão.

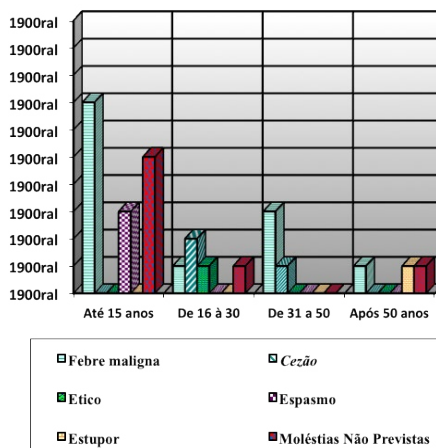
estão divididas em duas partes: *Moléstias Previstas* e *Moléstias não previstas*.

No *Mapa das Pessoas, que falecerão neste Termo, suas idades, e moléstias*,²⁵ de maio do ano de 1798 (gráfico 1.), estão listadas as seguintes doenças e mortes: *bexigas, idropezia (2), febre maligna (12), aneurisma, tizicos, tubérculos, cezão (3), etico (1), erisipela, espasmo (3), diabética, estupor*²⁶

(1), *morteia, cirro, parto (3), equinencia (1), escrabuto, sarampo, cancro, diarreia, lombrigas, almorreimas, obstrução (1), pleuriz, apoplezia, garrotilho*²⁷, *lepra (1)*, e mais duas doenças, uma delas ocasionando duas mortes. Em relação às “moléstias não previstas”, são citadas as seguintes causas: *repentino (1), tiro (1), queda (2), facada, affogadas (3), mordedura*.

Na freguesia de Patos, no mesmo ano de 1798 (gráfico 2.), a listagem de “moléstias” embora menor e contando com algumas que sequer levaram a óbito, apresenta algumas já citadas no primeiro documento: *maligna, tizicos, etico, tubérculos, estupor, idropezia, lombrigas, diarreia, almorreimas, obstrução (1)*,

1. Mortes por Doenças na Paraíba em 1798

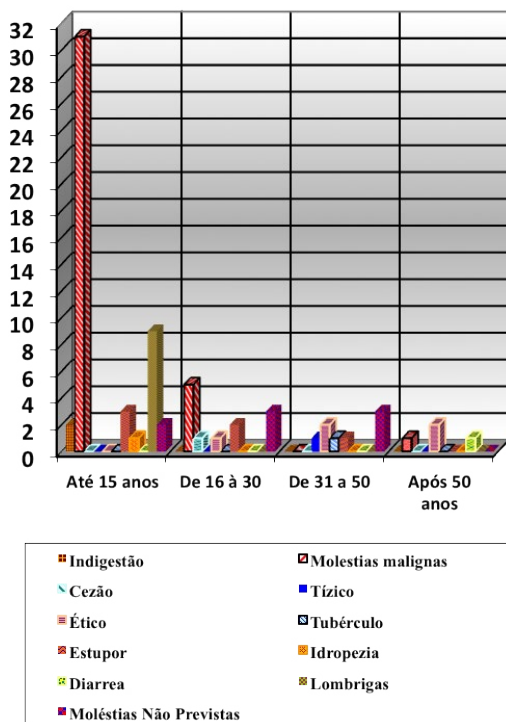


25 AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423. – (Projeto Resgate CD 04 \039\001 – documento 0368)

26 Estado mórbido em que o doente fica imóvel e não reage a estímulos externos, de acordo com o Dicionário Aurélio.

27 Sufocação da laringe provocada pela formação de uma membrana.

2. Mortes Por Doenças na Freguesia de Patos em 1798



porém é registrada mais mortes em determinadas doenças²⁸.

Assim, das 63 mortes registradas nas “moléstias previstas”, mais de 30 mortes tiveram como causa “moléstias malignas”, fazendo mais vítimas nos jovens de até 15 anos de idade. Dos 31 falecimentos registrados, 11 atingiram crianças de até 5 anos, ao passo que entre crianças de até 10 e até 15 anos, 10 baixas aconteceram em cada uma das respectivas faixas etárias.

Nas “moléstias imprevistas” há um registro de 8 mortes, das

quais 7 mortes tiveram como causa mordedura e uma causada por tiro. A faixa etária dessas mortes está entre os 15 e 35 anos, sendo todos do sexo masculino.

É interessante notar entre os dois mapas citados no que se refere a “moléstias previstas” ou aquelas que não são evitáveis, que a cidade da Paraíba do Norte possui menos mortes

28 AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423. – (Projeto Resgate CD 04 \039\001 – documento 0370)

em números absolutos que a freguesia de Patos, ao passo que a variedade de moléstias causadoras de mortes é bem maior.

Assim, pode se supor duas questões. A primeira: possivelmente a variedade de doenças em relação aos dois lugares se deva ao fato da capital ser um centro urbano de constante movimento e, portanto uma porta de entrada para determinados males, ao contrário de Patos que mesmo sendo um centro urbano considerável para sua região não estava em contato estável com forasteiros.

A segunda observação que faço é relacionada à quantidade de mortes, pois, ao que parece, a população patoense estava mais fragilizada do que as da cidade em termos de saúde, haja vista o fato de morrerem tantas pessoas vitimadas por um alguns males específicos. Possivelmente, isso indique a indisponibilidade de acesso por parte da população às artes de cura praticadas em outras áreas.

Na capital, onde a população era razoavelmente maior, possivelmente, havia uma maior opção quanto à arte da cura. Além disso, o acesso a diversos espaços de cura devia ser bem mais propício, pela existência de centros de cuidado como a Santa Casa de Misericórdia além do próprio conhecimento popular dos mais velhos, rezadeiras e outros agentes providos de conhecimento natural.

Nesse sentido, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, juntamente com a Santa Casa de Goiana, mais ao sul em Pernambuco, é o único espaço de cura oficialmente citado na documentação consultada entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Em 1755, os irmãos da Santa Casa pedem esmola aos cidadãos e também ao governo para a reconstrução do hospital que havia sido destruído com a invasão holandesa ocorrida mais de cem anos antes²⁹. Quase dez anos depois o

29 AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1437; AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1456.

hospital é reinaugurado e, junto ao informe e agradecimento pela contribuição, é feito o pedido pelo provedor Manuel Martins Grangeiro ao rei, D. José I, para que mande uma botica para curativo dos pobres e soldados³⁰. Já em 1795, o presbítero secular da Santa Casa, Bartolomeu de Brito Baracho, emite uma certidão declarando que o governador, Jerônimo José de Melo Castro, tem contribuído com os donativos para a instituição³¹.

A preocupação do poder público com o trato dos doentes e estabelecimento das primeiras regulamentações de higienização nos centros urbanos como preventivo de doenças foi entretanto um fenômeno ocorrido com mais vigor a partir de meados do século XIX, e promovido não só em virtude de um desenvolvimento científico mas também em decorrência dos grandes surtos epidêmicos (no Brasil) e pandêmicos (neste e noutros continentes) a exigir a intervenção decisiva dos poderes públicos locais nos usos das cidades.

Assim, a Paraíba que emerge do período colonial, como aliás outros lugares do país, sofria as consequências da falta de higiene, resultante de uma série de práticas cotidianas aos moradores. Nos informa Horácio de Almeida (1978, p. 149) que a Paraíba ainda em meados do século XIX, “desconhecia as medidas mais elementares de higiene pública” e por isso encontravam-se facilmente “monturos pelos quatro cantos da cidade”, o ar da cidade era contaminado devido ao lixo que os moradores jogavam, aos animais mortos e até material fecal. Segundo o autor “os paús do rio Jaguaribe eram foco permanente de malária”³². Portanto,

30 AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1763 (Projeto Resgate CD 03 \027\002 - documento 0236)

31 AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2331 (AHU-Pernambuco).

32 A contaminação pelo ar, ou miasma, faz parte das teorias acerca da doença muito comuns no século XIX.

se as práticas neste momento continuavam sofríveis do ponto de vista da higiene, no século anterior não era muito diferente.

Destarte, até que aquelas medidas preventivas se estabelecessem, o poder público agia de forma limitada no sentido de remediar a população: o hospital funcionava à custa de donativos, os cirurgiões estavam primordialmente a serviço dos soldados. Retomando um pouco do que foi discutido no início do capítulo anterior sobre as dificuldades de tratamento, na Paraíba, quando não faltava médico, faltava o pagamento do soldo deste.

No ano seguinte ao envio do mapa de mortes citado anteriormente, isto é, em 1799, o novo governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, informava ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a falta de médico na capitania³³. No ano seguinte, o governador da Paraíba recebe a ordem de nomeação do cirurgião Bernardo Coelho da Costa³⁴.

Nas primeiras décadas do século XIX, aparece com certa frequência o pedido de aumento do ordenado ou o pagamento dos vencimentos dos profissionais contratados, como acontece com o citado Bernardo Coelho da Costa e com o cirurgião da Tropa de Linha Inácio de Oliveira Silva. Por volta da década de 1820 a Junta provisória do Governo da Paraíba envia uma carta ao rei D. João VI informando sobre a falta de médicos e cirurgiões na Paraíba e sobre insuficiência do ordenado estabelecido para estes profissionais³⁵, algo que certamente contribuía para a pouca procura do emprego.

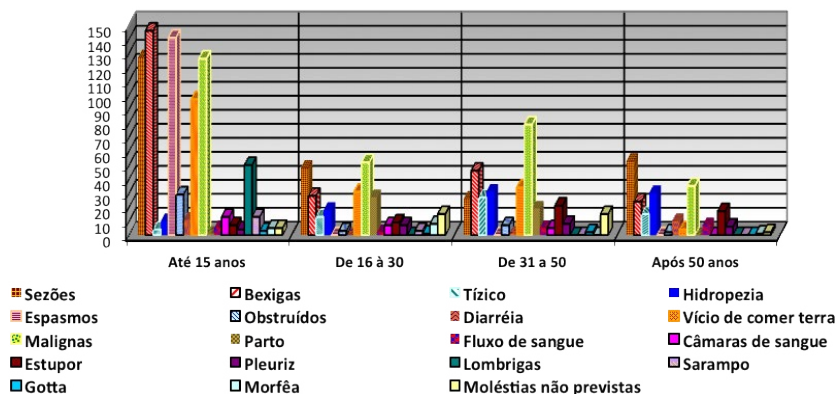
Apesar da limitação no trato da saúde vê-se certa preocupação ao menos de alguns oficiais com a falta de médicos que assistissem a capitania. Certamente essa preocupação

33 AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2512.

34 AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2618.

35 AHU_ACL_CU_014, Cx. 49, D. 3451, AHU-Paraíba, cx. 2.

3. Mortes Por Doenças na Capitania da Paraíba em 1804



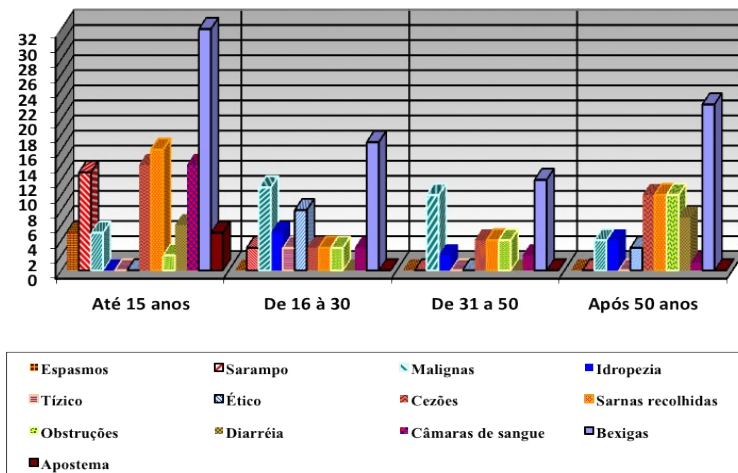
crescente era causada pelo aumento das mortes e doenças que assolavam a região. Mesmo em 1804, governador Luís da Mota Fêo escreve ao príncipe regente D. João comunicando sobre o aumento da população. Ainda no mesmo ano muitas mortes ocorrerão por muitas doenças, conforme pode ser observado a seguir.

Segundo o *Mapa das Pessoas que Fallecerão nesta Capitania* (gráfico 3.), para o ano de 1804, o número de mortes mais que triplicou em relação ao mapa de 1798. Das 1188 mortes registradas incluindo as “moléstias” previstas e as não previstas, aquelas que mais levaram a óbito foram *sezoens*, *bexigas*, *hidropizia*, *malignas* e *estupor*. Curiosamente, neste mapa está presente entre as “molestias previstas” outras causas de mortes que não constavam no mapa de 1798. São elas: vício de comer terra, sendo comumente encontrada nas três principais faixas etárias e até aos 60 anos; além de duas mulheres entre os 95 e 100 anos que morreram simplesmente de velhice.³⁶

É interessante observar, na cidade da Paraíba foram registradas muito mais mortes do que em algumas cidades do

36 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273. (PR-06 \052\002 e 003- documento 0409)

4. Mortes Por Doenças na Comarca da Paraíba em 1804



interior. Na Comarca da Paraíba do Norte (gráfico 4.), das 329 mortes, as principais causas foram as bexigas, que atingiram crianças e os mais adultos entre 25 e 75 anos, enquanto as outras principais foram as malignas, os *cezoens* e as *sarnas recolhidas*. Já na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Villa Nova de Souza, das 37 mortes, 10 foram por causa “maligna”, não estando registrada nenhuma doença, digamos, de grande porte, a exemplo de bexiga ou sezões, e mesmo nos casos da hidropisia e do estupor apenas uma e duas pessoas foram vitimadas respectivamente. O mesmo vale para Villa Nova da Rainha, onde dos 54 falecimentos, *idropezia*, maligna e *sezoens* figuravam entre as principais causas³⁷.

Vale ressaltar que a informação acerca da quantidade de mortes acima apresentada, foi comparada em ambos os casos apenas de modo proporcional às causas de morte, haja vista o fato da população da cidade da Paraíba do Norte ser superior

37 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273 (PR-06.\052\002 documentos 0472, 0433, 0473)

quantitativamente em relação aos outros centros urbanos da capitania.

Em relação aos últimos dados apresentados, aparentemente a grande quantidade de mortes registrada na capitania não poderia ser diminuída apenas com a presença de médicos, cirurgiões ou através do conhecimento natural ou popular. A avalanche de doenças que vitimaram a população paraibana fazia parte da mesma onda que assolou a maior parte das regiões do Brasil. E, apesar de doenças como hidropisia e as sezões estarem entre as mais comuns no quadro de falecimentos da Paraíba, novas epidemias continuariam a chegar.

Em 1804 o governador da Paraíba, Luís da Mota Fêo, demonstra preocupação sobre não haver pessoas capacitadas para fazer uso de vacina para combater um novo surto de bexigas³⁸. No ano seguinte, segundo informa Horácio de Almeida (1974, p. 191), o governador tentou adotar a prática da vacina e ao conseguir seu intento foi o primeiro, juntamente com seus filhos a dar o exemplo e prevenir-se contra o mal. Contava o governador que vinte pessoas já estavam devidamente imunizadas.

Apesar da ação e otimismo do governador, não há como saber até que ponto foi aceita a medida preventiva, pois, segundo Horácio de Almeida (1974, p. 149), apesar de a recomendação de eleição ser a vacina, os mais pobres tinham horror a esse tipo de tratamento terapêutico e consideravam mais seguro fazer uso da defumação, da pajelança e da benzedura, métodos tradicionais e paliativos que o próprio poder público recomendava de acordo com Horácio de Almeida.

Assim, o uso pelo próprio poder público de práticas curativas populares dava credibilidade a atividades dessa natureza, de modo que não era apenas uma tradição cultuada pela

38 AHU_ACL_CU_014, Cx. 43, D. 3005 - AHU-Paraíba, mc. 22

população, mas também que foi durante muito tempo apoiada pelo poder governamental. Uma vez que havia o costume de tais medidas paliativas pelo próprio governo, a população preferia o uso dos mesmos a ter que aceitar a imposição de medidas modernas como a vacina. Destarte, essa tradição tão comum para a população será duramente combatida até fins do império.

Para exemplificar a força deste costume na sociedade, o caso do curandeiro Marius já em fins do Oitocentos e que foi notícia em vários jornais no Rio de Janeiro. Gabriela Sampaio (2005, p. 24) descreve que “usando métodos e tratamentos completamente diferentes daqueles utilizados por médicos tradicionais e, ainda, oferecendo cura de males para os quais a ciência médica não tinha resposta, curandeiros como Marius e vários outros agentes não oficiais de cura conquistaram muitos pacientes”. Isso serve para lembrar que tal credibilidade e procura se dava porque o curandeiro, assim como outros práticos, buscavam a cura não só do corpo, mas também para o espírito, coisa que a medicina científica não disponibilizava.

Até meados do século XIX outros surtos epidêmicos chegarão à Paraíba como a febre amarela e a cólera e se tornarão mais frequentes até o findar do século. Por volta desse período, contará a Paraíba ainda com pouquíssimos profissionais: quatro médicos dos quais três atuarão na capital e um em Areia.

Portanto, apesar do contexto apresentado por Gabriela Sampaio (2005, p. 22) sobre as proibições por lei e árduos combates por grupos de médicos e por setores da imprensa no século XIX, a busca por práticas populares na hora de medicar o corpo doente, fazia parte do cotidiano dos cidadãos até muito depois de concluído o período aqui tratado, pois o conhecimento natural que era praticado usualmente durante a colonização era difundido por práticas muito dinâmicas, casando-se ao sincretismo cultural resultante da experiência

entre os mais variados tipos de saberes desde os primeiros séculos de contato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findo este trabalho, meu principal objetivo de tentar identificar as práticas curativas, os agentes e os espaços de cura na Paraíba entre os séculos XVIII e XIX, pode ser considerado como incompleto pois, apesar das indicações, o trabalho envolve uma grande quantidade de informação e um curto espaço de tempo, em termos dessa monografia, para processá-la e apresentá-la.

Ainda assim, considero que pelo menos em parte pude demonstrar que na Paraíba, assim como em outras regiões do Brasil as práticas curativas foram majoritariamente pautadas no conhecimento natural, tal qual defini no início deste trabalho. Apesar disso, apresenta-se ainda esquivo a definição dos agentes históricos concretos que utilizavam-se desse tipo de conhecimento, principalmente pela fragmentação dos testemunhos sobre estes agentes e em especial sobre o exercício cotidiano de suas práticas, dada sua própria marginalidade frente às instituições que delimitavam o exercício da cura.

Contudo, uma vez que acabei me detendo na documentação oficial, penso ter respaldado que inclusive na Paraíba havia problemas quanto ao acesso à medicina institucionalizada, com a falta de agentes-terapeutas (médicos, cirurgiões) ou pelo menos o direcionamento destes para camadas específicas da população paraibana, como os soldados. Assim, não é de espantar que a maior parte da população experimentasse limitado contato com este espaço privilegiado da cura.

Além disso, outros espaços, como a citada Santa Casa da Misericórdia são tão reduzidos quanto a existência de terapeutas. Seu funcionamento dependia em grande parte da própria

população, através de donativos. Porém, isso não significa a inexistência de outros espaços de cura, certamente: fica lançada aqui a busca de próxima oportunidade para investigar estes espaços através de outros registros e documentações.

Afinal, este é um campo da História ainda em desenvolvimento e como *História*, que se busquem as respostas das questões que ficaram e que se façam mais perguntas, pois estas são o seu motor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa, Pb: Editora Universitária/UFPB, 1978. Volume II (Documentos paraibanos, 7)

ARRUDA, Emmanuel Conserva. *A Distância que Aproxima: A Obra de Almeida e a Paraíba Imperial*. In. SÁ, Ariane Norma de Meneses & MARIANO, Serioja R. C. (Orgs). **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. João Pessoa, Pb: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIAS, Margarida M. S. **Intrépida ab origine**. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa, Pb: Almeida, 1996.

EDLER, Flávio Coelho. **Boticas & farmácias : uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **A Passagem do Século: 1480-1520: As origens da globalização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Série Virando Séculos)

HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba.** Apresentação: Wellington Aguiar. Notas: Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. João Pessoa, Pb: Ed. A UNIÃO, 1982.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em Boiões: Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista.** Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999 (Tempo & Memória; 15)

_____. *Medicinas Secretas – Magia e Ciência no Brasil Setecentista.* In. CHALHOUB et all. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MOTT, Luiz. *A Inquisição na Paraíba.* In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, nº 31, julho/1999, p. 71-96.

Ó, Alarcon Agra do. *Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba imperial.* In. Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antônio Clarindo; ARANHA, Gervácio; LIMA, Luciano & SOUZA, Fábio Gutemberg (Orgs). **A Paraíba no Império e na República:** estudos de História Social e Cultural. João Pessoa, Pb: Idéia, 2005.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas e instituições médicas na primeira metade do século XIX.* In. CHALHOUB et all. (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos – A arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFHC, 2001.

SILVA, Janice Theodoro. **Descobrimientos e colonização**. São Paulo: editora Ática, 1991. (Série Princípios).

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**; edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000 (Coleção Reconquista do Brasil, v. 221).

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

Documento 0370 – referenciado na página 36.

Freguesia do Patro.

3^o Termo da Comarca de Paraíba anno de 1788

Mapa das Epocas que falecerão no 3^o termo suas idades e moradias

Annos	Jan	Fev	Mar	Abr	Ma	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<i>Mortes presen.</i>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Indispostos</i>	2											
<i>Mulheres</i>	8	6	8	2	10	12	1	2				
<i>Homens</i>												
<i>Viúvas</i>												
<i>Elros</i>					1					1		
<i>Subreals</i>								1				
<i>Esrapos</i>			3		2			1				
<i>Subreals</i>		1										
<i>Quilombos</i>												1
<i>Com. de J. J.</i>	2	3	4									
<i>Subt. 53</i>												
<i>Mortes não presen.</i>												
<i>Viúvas</i>						1						
<i>Moradientes</i>			2	1		1		3				
<i>Totals</i>												

Ant. Manuel de Costa Almeida

Documento 0433 – referenciado na página 39.

Mapa.

Vermo da Comarca da Parahyba do Norte da freguesia de Nossa Senhora dos Remedios da Villa Nova De Souza no anno de 1841

Das peçoas que habitavaõ, suas Idades, Emolestias.

Amoz.	de 23	ate 24	ate 17	ate 20	ate 23	ate 26	ate 29	ate 32	ate 35	ate 38	ate 41	ate 44	ate 47	ate 50	ate 53	ate 56	ate 59	ate 62	ate 65	ate 68	ate 71	ate 74	ate 77	ate 80	ate 83	ate 86	ate 89	ate 92	ate 95	ate 98
Mulheres Bovitas.	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H	H
Maldina.	4	5	1																											
Diarrhea.	3	2																												
Hofia.	1																													
Integrucaõ.							1																							
Estyros.	1															1														
Capasora.	3	3																												
Doentes negros pauca.			1									1																		
Apuzema.	1																													
Comarca de Parahyba do Norte.																														
Parahyba.																														
Creabuto.	1																													
Cançara.																														
Tranguera.	1																													
Applaca.																														
Parahyba do Norte.			1																											
Utah.	<i>336</i>																													
Mulheres das Bovitas.																														
Queda.																														
Queda.																														
Utah.	<i>20</i>																													

Francisco Benicio de Carvalho
Reg. Colhido em Villa de Souza

Documento 0473 - referenciado na página 39.

Sermo da Villa nova da Rainha, anno de 1804

Mapa das Doenças que falecerão neste termo suas idades, emoliticas.

Anno	ate 5		ate 10		ate 20		ate 30		ate 40		ate 50		ate 60		ate 70		ate 80		ate 90		ate 100		
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	
Moléstias previstas	4	4		4	2																		
Moléstias																							
Propozia																							
Sraços					2		2		4		4												
Diarren?																							
Relouros																							
Varicela																							
Sofas																							
Expansões																							
Sofa Coral																							
Moléstias não previstas																							
Cancais																							
Total 54																							

Dr. João de Deus... Curador da Villa Nova da Rainha

CAPITANIA DA PARAÍBA: POPULAÇÃO E CIRCUITOS MERCANTIS NA VIRADA PARA O SÉCULO XIX

Yamê Galdino de Paiva

1 À GUIA DE INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TACC) deriva de um projeto de iniciação científica (PIBIC), financiado pelo CNPq, e iniciado em meados de 2006. Idealizado pelo prof. Mozart Vergetti, o projeto intitulado *Fernando Delgado Freire de Castilho, governador da Capitania da Paraíba: um ilustrado nos trópicos*, não apresenta propriamente como enfoque central uma análise governativa sobre Fernando Delgado, mas o trabalho com um feixe documental cuja produção foi iniciada em sua gestão. Os planos de trabalho executados ao longo desse período desdobraram-se nos capítulos do TACC, detalhados mais adiante.

De 1755 e 1799¹ a Capitania da Paraíba esteve subordinada a Pernambuco. Durante esses quarenta e quatro anos, não apenas a jurisdição e o soldo do governador foram diminuídos²

1 Apesar de o decreto de anexação datar de 29 de dezembro de 1755, esta só se efetivaria após o fim da gestão do último governador autônomo (Luiz Antônio Lemos de Brito), ocorrido em 1757.

2 O decreto real que subordina a Paraíba à Capitania de Pernambuco suprime o governo da Paraíba e determina sua direção a um capitão-mor com jurisdição

como a própria governabilidade ficou prejudicada. Isto pode ser visualizado nas constantes cartas enviadas por Jerônimo José de Melo e Castro³ ao rei, nas quais reclamava da interferência indevida do general governador de Pernambuco, da falta de autoridade que possuía, da jurisdição mal definida, entre outras tantas queixas que o acompanharam ao longo dos trinta e três anos de governo.

Substituindo o falecido Jerônimo José, Fernando Delgado foi designado a assumir o posto de capitão-mor da subordinada Capitania da Paraíba. Muito mais do que tomar posse de um simples cargo administrativo (que trazia consigo funções militares), Fernando Delgado foi revestido de autoridade para averiguar o real estado da capitania - seu comércio, população, atividades produtivas, rendas reais, extensão das matas e outros dados que julgasse ser relevantes - a fim de dissipar qualquer incerteza acerca da conveniência ou não da anexação da Paraíba a Pernambuco.

No conjunto de levantamentos realizados sobre a Capitania, em atendimento à ordem régia de 23 de outubro de 1797, insere-se uma série de dados relativos à produção, consumo, exportação, importação, número de habitantes de casamentos, nascimentos e mortes, moléstias obituárias e ocupação dos habitantes da Paraíba. Esses dados encontram-se disponíveis para os anos de 1798 a 1805⁴, extrapolando, portanto, o governo de Fernando Delgado e abrangendo o dos seus dois sucessores, Luís da Motta Fêo e Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque.

Os mapas econômicos são tabelas que apresentam os gêneros produzidos, consumidos, importados e exportados.

e soldo iguais ao do Rio Grande do Norte. A ordem real de extinção do governo pode ser encontrada em OLIVEIRA, 2007, p. 106.

3 Jerônimo José de Melo e Castro governou a Capitania da Paraíba de 1764 a 1797.

4 Não há, contudo, mapas para o ano de 1803.

No caso dos dois últimos, constam os portos de onde vieram e para onde foram. Há também as quantidades dos produtos e os respectivos valores, em cruzados, gastos nas compras e arrecadados nas vendas. Os mapas demográficos referem-se ao número de habitantes, suas ocupações, casamentos, nascimentos, mortes e moléstias⁵.

Os mapas de habitantes mostram a composição da população, distribuída em quatro categorias: brancos, índios, pretos e mulatos. Com exceção dos dois primeiros, cada uma delas encontra-se subdividida em livres e cativos. Especifica-se, ainda, a quantidade de homens e mulheres em todas elas e a discriminação pelas idades e condição jurídica (casados, solteiros e viúvos). Os mapas de casamentos e mortes também seguem esse modelo, já nos de nascimentos há modificações. O número de nascidos é agrupado dentro daquelas categorias, mas divididos em vivos, mortos e gêmeos. Os mapas das moléstias reúnem, como a própria denominação explícita, as moléstias (previstas e não previstas) que acometiam a população. As cifras das mortes são detalhadas em intervalos de idade de cinco anos (1 a 5 anos, 5 a 10 anos, ..., até 100 anos) e entre os gêneros (masculino e feminino). Por fim, os mapas das ocupações dos habitantes expõem as profissões exercidas pela população.

Essa documentação, encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, é um verdadeiro esquadrinhamento da Capitania. Sua análise permite realizar uma vistoria da Paraíba nos campos

5 Nas instruções recebidas por Fernando Delgado há menção a modelos de tabelas recebidas para coleta das informações de população. "Sobre a povoação, S. Mag. tem resolvido mandar imprimir tabelas, que V. Mce há de fazer distribuir pelas freguesias, vilas e comarcas, para que nas mesmas se assente o número dos nascidos, vivos e mortos, casados, viúvos e solteiros de todas as idades, e que anualmente se mandarão a esta Secretaria de Estado para subirem a S. Real Presença" (PINTO, 1977, p. 183).

econômico e populacional. Um quadro geral das atividades produtivas e da estrutura populacional pode ser concebido e se cotejado com outras fontes, amplia o horizonte de informações e possibilidades de pesquisas. Outra peculiaridade da documentação é a existência dos mapas para cada freguesia e vila da capitania, bem como para a totalidade desta.

A divisão administrativa da Capitania foi uma dificuldade a ser suplantada. As vilas e freguesias são circunscrições administrativas e eclesiásticas respectivamente, embora as freguesias (unidade que forma a paróquia) também tenham sido utilizadas para a administração civil. Em geral, a criação de uma vila segue a seguinte ordem: povoação @freguesia@vila. Contudo, pelo menos no caso da Paraíba, há variantes nessa seqüência. Por exemplo, a freguesia e a vila podiam ter a mesma data de criação, a vila poderia ser erigida sem passar pela fase precedente, ou ainda a jurisdição de uma vila poderia abranger mais de uma freguesia. Há ainda a diferença entre a data de criação das vilas e freguesias e a de instauração das mesmas. Essa gama de possibilidades dificulta quando se tenta sistematizar as datas de criação dessas unidades.

Segundo o relatório do governador de Pernambuco, José César de Meneses, em 1774, a Capitania da Paraíba possuía 1 cidade, 6 vilas, 10 freguesias e 6 ribeiras⁶. Já em 1800, Câmara

6 “Idéia da população da Capitania de Pernambuco e suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura. Número dos engenhos. Contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o governador e capitão general José César de Menezes”. A cidade era a de N^a S^a das Neves e as vilas de Pilar, Conde, Alhandra, Baía da Traição, Monte Mor e Pombal. Às freguesias da cidade e de cada vila acrescentam-se as de N^a S^a dos Anjos de Taipú, N^a S^a da Conceição de Campina Grande e N^a S^a dos Milagres do Cariri de Fora. As ribeiras, por sua vez, correspondiam a: ribeira do Piancó, das Piranhas, das Espinharas, do Saboji, do Patú e do Rio do Peixe.

informa que, “a capitania da Paraíba estava dividida em nove municípios (1 cidade e 8 vilas) e em treze freguesias, sendo nove nas sedes municipais e quatro em povoações”⁷. Com o intuito de observar a extensão territorial e a disposição geográfica das freguesias e vilas utilizamos o cartograma das freguesias da Paraíba do Norte em 1799, presente em Nascimento Filho⁸ e apresentado (com modificações) no Anexo I⁹. Isto nos permitiu proceder à divisão da capitania entre litoral e sertão, possibilitando, dessa forma, realizar uma comparação entre os dois espaços em termos econômicos e populacionais¹⁰.

Os dados coletados a partir dos mapas foram agrupados em tabelas não muito destoantes do modelo original. A sistematização dos dados foi acompanhada de vários percalços. Dentre eles podem-se citar os seguintes:

7 CÂMARA, 1997, p. 23.

8 NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 57.

9 O mapa correspondente ao ANEXO I serve apenas como base de apoio para a pesquisa. Nele está presente, por exemplo, uma freguesia não existente na documentação trabalhada. Trata-se da Freguesia de N^a S^a da Penha de França de Taquara. Câmara (op. cit., p. 23) informa que esta freguesia foi anexada a Pernambuco antes mesmo de 1774, ano do relatório de José César de Menezes.

10 O litoral compreende as paróquias da Cidade de N^a S^a das Neves, do Conde, Alhandra, Taipú, Bahia de São Miguel, Mamanguape e Monte Mor. Já o sertão corresponde às paróquias de Pombal, Patos, Pilar, Sousa, Vila Nova da Rainha, Cariri Velho, Cariri de Fora (posterior Vila Real de São João do Cariri), Santo Antônio do Piancó. Sabemos da tenuidade que é dividir a Capitania da Paraíba em dois grupos tão rígidos. Contudo, essa separação permite uma melhor visualização das atividades econômicas e da distribuição da população. O critério adotado foi o da produção econômica local. Assim, as localidades cuja principal atividade estava direcionada à agroexportação açucareira foram classificadas como pertencentes ao litoral. Já aquelas voltadas para as culturas do algodão e da pecuária e seus derivados passaram para o grupo do sertão. A vila de Pilar gerou uma dificuldade. Segundo a atual classificação geográfica, Pilar pertence à região geográfica da Depressão e à meso- região da Mata Paraibana. Considerando-a no limiar dos dois grupos, optamos por colocá-la no Sertão, visto que, segundo os mapas econômicos trabalhados, os principais gêneros produzidos e exportados pela vila eram algodão e couros.

- óbices paleográficos - agravados pela ilegibilidade, incompletude e somas erradas de alguns mapas;
- a falta dos mapas de algumas paróquias para todos os anos.
- desvio de padrão no preenchimento dos mapas de algumas paróquias. Por exemplo: nas tabelas de habitantes, a subdivisão das pessoas casadas aparecia ora detalhada em homens e mulheres, ora não, ou ainda contados apenas a partir de um dos pares do casal, necessitando, assim, serem duplicados.
- ao contarmos os indivíduos dos mapas de população para obter o volume total, quase sempre nossa contagem diferia do valor apresentado pelo responsável pelo preenchimento dos mapas (capitães-mores, comandantes e párocos). Nesse caso, é importante esclarecer como procedemos porque isto implica diretamente nas porcentagens dos gráficos e tabelas apresentados nos capítulos. Para todos os mapas utilizamos nossa contagem. Contudo, os valores referentes à exportação, importação e habitantes expostos nesta monografia referem-se à soma individualizada das paróquias e vilas da Capitania da Paraíba, enquanto os de casamentos, nascimentos, mortes, moléstias e ocupações correspondem apenas aos coletados no mapa total da capitania. Isto às vezes gera diferenças significativas para mais ou para menos.
- semelhante dificuldade ocorreu nos mapas econômicos, contudo com um agravante. Os valores das produções, exportações e importações diversas vezes eram apresentados como estando em cruzados, quando, na verdade, encontravam-se em réis. No momento em que somamos as quantias das paróquias e vilas a fim

de saber o montante total houve grandes diferenças quando comparamos nossos resultados com os mapas gerais da capitania. Optamos também nesse caso por utilizarmos nossa contagem.

- O ano de 1799 não possui os mapas das paróquias separadamente, mas apenas os gerais da capitania. Em alguns gráficos e tabelas utilizamo-los, sempre fazendo também nosso cálculo próprio.
- Nos casos em que não havia condições de contagem detalhada dos dados numéricos dos mapas, seja pela ausência dos mesmos ou por estarem ilegíveis, fizemos o uso dos valores apresentados pelo responsável.

Os principais entraves por nós enfrentados devem-se, em resumo, à reunião das informações. O preenchimento dos mapas pelos responsáveis por essa atividade nem sempre aconteceu de maneira adequada. Isto também foi sentido pelo próprio Fernando Delgado. Nas cartas que introduzem os mapas ele expõe as dificuldades encontradas para a confecção dos mesmos. Diz o governador:

[...] as distâncias e rusticidade da maior parte dos Párcos, capitães-mores e Comandantes me obrigou a chamar cada um deles para lhes fazer entender os mesmos Mapas, sobre os quais ainda depois foram tantas as dúvidas, que só agora pude conseguir a entrega de todos eles do modo que ponho na presença de Vossa Excelência e que assim mesmo me admirou depois de ver quanto foi preciso para os perceberem, e que era Grego para a maior parte dos mesmos Párcos, Capitães- mores e Comandantes as palavras - Tiralinhas e Réguas [...].¹¹

11 AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510.

Apresentando um senso de preocupação com a veracidade e precisão dos dados coletados, Fernando Delgado faz algumas considerações:

Nos Mapas de Importação e Exportação não pode haver toda exação porque os Habitantes desta Capitania vão vender a maior parte dos seus efeitos a Praça de Pernambuco, onde compram os de que necessitam tanto para seu gasto, como para negócio, e como não dão entrada nem saída, só por informações foi possível encher os ditos Mapas. [...] E a tabela dos mortos vai com alguma diferença nas mortes que constam dos Mapas de Nascimentos, Casamentos e Mortes, por serem algumas Freguesias de vinte, trinta e mais léguas de extensão, e¹² viverem os seus moradores no meio dos matos, e em grande distância uns dos outros.

Dessa maneira, os valores expostos ao longo dos capítulos não devem ser considerados com exatidão absoluta e sim como aproximações.

A fim de manipular os dados de maneira apropriada, foi necessário utilizar um aporte teórico adequado. Composto de fontes primárias e secundárias, os documentos e textos usados foram coligidos nas referências de caráter básico de cada uma das temáticas abordadas. Integrantes das “forças historiográficas” nacional e paraibana foram convocados para se alistarem nas trincheiras estatísticas dos mapas. Não obstante a convocação, alguns representantes não compareceram, contribuindo com isso para o aumento de campos minados pelas “dúvidas” e “falta de informações”. Sem nos rendermos à inimiga “lacuna”, avançamos e conquistamos outros territórios férteis em possibilidades. Travando combate com os óbices encontrados, procuramos

12 Idem

superá-los à medida do possível. Sem que houvesse vencedores definitivos, buscamos compreender nosso objeto de estudo como um saber transitório e em movimento, passível de refutação em análises posteriores.

Visando apresentar as informações contidas nos mapas econômicos e demográficos a monografia foi organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro relativo aos prolegômenos: teórico-metodológicos e os demais ao tema propriamente dito. Vejamos do que trata os três últimos:

O capítulo 2 procura realizar uma abordagem conjuntural da situação do Portugal de meados do século XVIII e início do XIX. Momento de fecundas transformações econômicas, culturais e mentais, derivadas das reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, ministro de D. José I, e da intensificação do movimento ilustrado, através do incentivo dado às ciências naturais e à abertura ao pensamento filosófico dos centros irradiadores da cultura ilustrada. A exposição desse panorama tem por finalidade inserir a figura de Fernando Delgado no contexto de profusão intelectual e apresentá-lo como um “Ilustrado nos trópicos” em função de sua formação e de suas práticas governativas.

O capítulo 3 destina-se ao desvelamento de circuitos mercantis que envolviam as Capitâneas da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e de Pernambuco, transparecidos na documentação em estudo. As comunicações comerciais, materializadas através do fluxo de mercadorias de exportação e importação no espaço das Capitâneas do Norte, que tinham como pontos de partida e de chegada as vilas da Capitania da Paraíba, revelam o dinamismo mercantil interno da parte setentrional da colônia brasileira. Outrossim, permitem perceber os caminhos de entrada e saída de mercadorias de/para a Paraíba, matizando o monopólio exercido pelo porto do Recife sobre as produções e o abastecimento da capitania vizinha.

O capítulo 4 tem por finalidade traçar um perfil da população da Capitania da Paraíba na virada do século XVIII. Ter uma noção do número de habitantes da capitania neste período é fundamental para perceber seu próprio desenvolvimento, uma vez que havia uma correlação entre a quantidade populacional dos países e a riqueza e poder dos mesmos. A documentação analisada também permite visualizar a distribuição dos habitantes no espaço da Capitania, bem como verificar os índices de natalidade, casamentos e mortalidade dos paraibences¹³. Este capítulo ocupa-se dessas questões e propõe-se ainda a identificar os principais ofícios que as pessoas exerciam, através do exame dos mapas de ocupação dos habitantes, bem como as enfermidades que acometiam a população.

2 FERNANDO DELGADO FREIRE DE CASTILHO: UM ILUSTRADO NOS TRÓPICOS

Um mistério rodeia a figura de Fernando Delgado Freire de Castilho. De sua biografia pouco se sabe, assim como de sua trajetória como vassalo de Sua Majestade. Contudo, ao observar suas práticas administrativas na governadoria da Capitania da Paraíba entre 1798 e 1802, podemos traçar um breve perfil de Fernando Delgado. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Comendador da de São Bento de Avis, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, neto de Luís Delgado Freire (tenente coronel e governador de Castelo Rodrigo), bisneto de José Delgado Freire (coronel de Infantaria) são os seus principais predicativos. Com passagem na Universidade de Coimbra e detentor de um curso de

13 A denominação paraibence para nomear os habitantes da Capitania da Paraíba é utilizada pelo próprio Fernando Delgado, como consta em AHU_ACL_CU_014, CX. 34, D. 2471.

matemática¹⁴, Castilho parece ser um exemplar da nova geração forjada durante o período pombalino. Seus títulos são indicativos de nobreza e sua formação intelectual consoa com o descortinar de uma nova fase do Portugal setecentista, marcado por uma abertura mais pujante às luzes. Assim, Fernando Delgado insere-se no bojo das transformações promovidas pelo Marquês de Pombal e, em certa medida, asseveradas por sua sucedânea D. Maria I. Apresenta-se-nos, pois, como um “filho” do ideário iluminista que encontra acolhida provisória e derradeira nas ermas terras do Atlântico. Um verdadeiro ilustrado nos trópicos! Dentro dos limites que norteiam suas ações, as práticas de Fernando Delgado são reflexos, no plano macro, das mudanças passadas por Portugal, e, no micro, da situação da colônia brasileira, mais especificamente da Capitania da Paraíba no limiar da desanexação. Vejamos como ele se insere nesse panorama.

2.1 PORTUGAL E O TARDIO ALVORECER DAS LUZES

Certo isolamento cultural¹⁵ caracteriza Portugal até a primeira metade do século XVIII. O diminuto país, circunscrito pelas terras de Espanha e pelas águas do Atlântico, compensava sua pequenez geográfica projetando-se no além-mar através de suas possessões, que margeavam a própria circunferência do planeta, formando uma área de poder e influência caracterizada pela descontinuidade territorial e pluralidade cultural¹⁶

Uma habilidade administrativa dotou Lisboa, centro político do mundo português e do ultramar, de faculdades que lhe permitiu

14 AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2372. Fernando Delgado é patrono da cadeira de número 15 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)

15 NOVAIS, 2005, p. 167.

16 HESPANHA, 1998 e BICALHO, 2002.

gerenciar tão vasto e diversificado império. Derivada da confluência de pessoas de variadas posições sociais e de diversas partes do mundo, Lisboa, desde o século XVI, era considerada uma cidade cosmopolita, ambiente “colorido e multiétnico”¹⁷.

Estranhamente, o Portugal agregador de povos de diferentes origens, especialmente da África e Ásia, distanciava-se do restante da Europa. A privilegiada abertura marítima o levou a conectar-se muito mais com os outros continentes do que com seus “irmãos europeus”. Essa atitude promoveu o encapsulamento português com relação à cultura desenvolvida pelos países de vanguarda, ou seja, França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Durante muito tempo, Portugal não recebeu a iluminação do ideário da Razão num fluxo contínuo. O “obscurantismo” que o acometia na esfera das ciências começou, timidamente, a dissipar-se no alvorecer do século XVIII. Contudo, teria que esperar mais alguns decênios para que esse quadro fosse revertido e Portugal pudesse compartilhar do que havia de mais sofisticado em termos de Ilustração.

A Ilustração Portuguesa possui uma singularidade: a da precocidade das reformas e da importação das idéias. Característica esta decorrente do fechamento de Portugal para com a cultura desenvolvida nos centros irradiadores do movimento ilustrado, bem como do seu atraso econômico¹⁸. Este constituía motivo de preocupação dos homens de governo desde fins do século XVII. Visando à reversão dessa situação, buscou-se compreender as causas de tal retardamento e os meios para superá-lo.

Na medida em que o “atraso” era visto em relação à Europa de além-Pirineus, é claro que se entendia que, para explicá-lo, se impunha a mobilização da nova

17 GRUZINSKI, 1999, p. 53.

18 NOVAIS, op. cit., p. 167.

Filosofia dos países adiantados - daí o caráter de importação das idéias, de atualização. Por outro lado, as reformas eram vistas apenas como a “promoção” das Luzes¹⁹, mas também como uma maneira de superar o atraso, tirar a diferença [...]

Inicialmente, a discussão sobre temas ilustrados ficou circunscrita às sociedades filosóficas e aos debates privados, assim como no restante da Europa. No caso português, os padres oratorianos²⁰ tiveram atuação importante na penetração e difusão das idéias iluministas.

Outro reduto de florescimento da filosofia racionalista foi o do grupo dos “estrangeirados”, assim chamados, pejorativamente, “devido à sua obsessão por modelos estrangeiros”²¹. Composto por homens pertencentes ao governo metropolitano e ultramarino, os estrangeirados discutiam essencialmente sobre economia e política. Um dos principais expoentes do grupo foi D. Luís da Cunha. Sua estada na Inglaterra, França e outros países como embaixador português proporcionou-lhe uma larga experiência em diplomacia. Amparado em sua vivência internacional, Luís da Cunha buscou compreender a fragilidade de Portugal no contexto europeu e imperial e a sua dependência para com a Inglaterra. Ele atribuía a situação econômica de Portugal, em parte, a um estado mental da população, isenta de

19 NOVAIS, op. cit., p. 168.

20 A Congregação do Oratório ingressou em Portugal após 1640 e seus representantes foram notáveis defensores das ciências naturais, das experimentações científicas e de métodos pedagógicos baseados no aprendizado da ortografia e gramática portuguesas diretamente, sem a intermediação do latim. Um dos oratorianos mais atuantes em Portugal, especialmente na área pedagógica, foi Luís Antônio Vernei, autor de “O verdadeiro método de estudar” que lhe rendeu vários agravos com os jesuítas, principais responsáveis pelo ensino superior em Portugal. MAXWELL, 1997, pp. 11-12

21 MAXWELL, 1997, p. 14.

empreendedorismo. O excesso de religiosos, a funesta Inquisição e a perseguição aos judeus também contribuía para a fraqueza do Estado português, segundo Da Cunha.²²

“Ao báratro do fanatismo e ignorância em que a alma portuguesa, no meado do século XVIII, mergulhava, alguns privilegiados espíritos escapavam ainda. Na muralha que oprimia as inteligências havia fendas”²³. D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, Sebastião José de Carvalho e Melo e posteriormente Rodrigo de Sousa Coutinho eram alguns dos portadores de tal arguta sapiência. Indivíduos dotados de um apanágio que lhes permitia uma ampla e aguçada visão sobre a administração e o governo portugueses. Sebastião José, o ministro plenipotenciário de D. José I (1750-1777), foi um dos ávidos representantes das idéias ilustradas. Como enviado português em Viena (1744-1749) e embaixador na Inglaterra (1739- 43), o futuro Marquês de Pombal amejou conhecimentos sobre economia, política e diplomacia que foram indispensáveis para sua compreensão acerca do descompasso entre Portugal e os centros difusores do Iluminismo. Mais especificamente, Pombal estava interessado em entender os fatores que promoviam o crescimento econômico da Inglaterra, visando, com isso, ao sobrepujamento da dependência portuguesa para com aquele país.

Inspirado em teóricos clássicos, especialmente Colbert, Pombal procedeu a uma política econômica amparada no mercantilismo. Um mercantilismo bastante ibérico, tendo em vista que não atendia exclusivamente ao âmago da política mercantilista, isto é, a ação do Estado na busca da manutenção de uma balança comercial favorável. “Seu objetivo era utilizar técnicas mercantilistas - companhias de comércio,

22 Idem, *ibidem*, pp. 14-16.

23 AZEVEDO, 2004, p.96.

regulamentação, taxaço e subsídios - para facilitar a acumulação de capital por comerciantes portugueses, individualmente”²⁴. Sebastião José buscava, com tais medidas, fomentar uma camada de comerciantes portugueses capaz de competir internacionalmente e de rivalizar com os ingleses. Portanto, o mercantilismo pombalino intentava menos aumentar o fluxo de metais preciosos para Portugal do que mantê-los internamente²⁵.

Durante os 27 anos que esteve à frente da Secretaria de Estado do Reino (1750-1777), Pombal realizou mudanças substanciais tanto em Portugal quanto no restante do império. Suas ações incidiram basicamente nos campos administrativo, econômico, fiscal, político, legislativo, religioso e educacional. As reformas pombalinas ambicionavam a modernização do Estado português e a racionalização da máquina administrativa. O Estado passava a ampliar sua área de influência e a agir de maneira mais contundente nas diversas esferas da sociedade. Na educação, as ações do Marquês estavam direcionadas ao ensino de técnicas (a exemplo da difusão das partidas dobradas) para os comerciantes, através das Aulas de Comércio e à formação de um corpo burocrático que desse prosseguimento às suas reformas. Visava, assim, numa dimensão mais ampla, à criação de uma burguesia nacional forte. Ademais, reformou a Universidade de Coimbra (1772) e incluiu nos currículos escolares disciplinas de latim, retórica, filosofia, química, etc., ou seja, campos valorizados pela Ilustração. Outrossim, ganhou destaque a medicina pelo estabelecimento de laboratórios nas universidades e pela possibilidade de dissecação de cadáveres, prática antes

24 MAXWELL, op. cit., p. 67.

25 Os metais preciosos, especialmente o ouro brasileiro, que chegavam a Lisboa eram transferidos, majoritariamente, para a Inglaterra em decorrência dos tratados comerciais existentes entre os dois países, a exemplo do Tratado de Methuen (1703), o que acarretava graves prejuízos para o Estado português.

não permitida pela influência dos jesuítas na cultura e educação portuguesas²⁶.

Com relação às políticas voltadas para a colônia brasileira destacam-se a criação das Companhias de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759), o fim da discriminação dos ameríndios e o incentivo à miscigenação entre estes e os brancos, a instituição da derrama, a proibição de comércio com os comissários volantes, a expulsão dos jesuítas, a transferência da capital política de Salvador para o Rio de Janeiro, a diversificação agrícola, entre outras. Carvalho e Melo procurava, com isto, reforçar os laços comerciais entre a colônia brasileira e a metrópole portuguesa. A dependência de Portugal para com o Brasil era evidente e a crise do Sistema Colonial já se anunciava, daí a necessidade de revigorar os vínculos entre os dois lados do Atlântico.

As políticas pombalinas não foram de todo desfeitas com a “Viradeira”²⁷, como se costuma pensar. É certo que parte do corpo de funcionários foi mudada e que algumas realizações empreendidas por Pombal foram desfeitas, como a extinção das referidas Companhias de Comércio. Apesar disto, muitos dos direcionamentos de Pombal foram mantidos e outros, intensificados.

[...] a queda do marquês de Pombal, que ocorreu em seguida à morte de José I, sua perseguição, a libertação dos presos políticos, enfim, a “viradeira”, não passaram de fenômenos conjunturais. A equipe dirigente, de índole ilustrada, continuou basicamente a mesma,

26 Para um panorama geral do período pombalino ver MAXWELL, op. cit., e para a política econômica, FALCON, 1982.

27 A “Viradeira” refere-se ao governo de D. Maria I e foi assim chamado por considerar-se que a rainha sucessora de Pombal reverteu o direcionamento político e econômico dado pelo marquês.

com novos acréscimos. Ainda mais: as reformas ensejando os primeiros frutos, as iniciativas foram avante, ampliando o raio de ação. O final do século, longe de um retrocesso, marca um avanço, aparece como um desdobramento: o ponto mais alto da Ilustração em Portugal.²⁸

No reinado de D. Maria I (1777-1816)²⁹, a presença fisiocrática fez-se sentir de maneira mais aguda. A atenção dada durante o governo pombalino às práticas agrícolas ficou mais circunscrita ao mundo ultramarino, o qual deveria fornecer matérias-primas para a incipiente indústria portuguesa. Na regência mariana, a agricultura ganhou um destaque especial. Incentivaram-se vários estudos sobre os recursos e as potencialidades da natureza em Portugal e nas colônias a fim de se elaborar uma História Natural do Reino e Ultramar.

Nesse sentido, a atuação da Academia Real de Ciências de Lisboa, criada em 1779, foi fundamental. Herdeira da política pombalina, a Academia acompanhava o estágio da cultura científica europeia setecentista. Momento no qual as ciências passavam por uma transformação em geral. Influenciadas pela Revolução Científica do século XVII, que revolveu os princípios de cientificidade estabelecidos desde o Renascimento, os saberes ditos exatos concederam maior primazia científica à atitude da observação do objeto do que à própria matematicidade deste, configurando, assim, a Nova Ciência³⁰, diapasão no qual encontra-

28 NOVAIS, op. cit., p. 168.

29 A partir de 1792, em virtude dos problemas de saúde de D. Maria, seu filho D. João VI assume o trono como príncipe regente.

30 A Nova Ciência tem seu nascimento fixado na Revolução Científica do século XVII. Denomina-se nova em oposição ao saber científico anterior, isto é, Renascentista. A mudança primordial operada ocorreu na Física, Matemática e Astronomia com os trabalhos de Newton, Kepler, Galileu e Descartes. As descobertas realizadas e as mudanças metodológicas promovidas estabeleceram os pilares de um novo

se a História Natural. Expressão conhecida desde o século XVI, ela agregava os saberes sobre os componentes da natureza, ou seja, a Zoologia, Botânica, Mineralogia, Geologia, etc. Sob forte influência da Igreja e das crenças populares, a História Natural estava prenhe, até o século XVII, de religiosidade e superstições. Com a onda de inovação e desenvolvimento científicos ocorrida a partir de então, a leitura sobre a natureza começou a perder seus caracteres mágico-religiosos. Sua dessacralização tornou-a cognoscível empiricamente. Daí em diante, tudo aquilo que já havia sido escrito precisava ser revisto sob a lente de um método mecanicista³¹.

A Academia Real de Ciências de Lisboa é o símbolo síntese, em Portugal, do trilhar científico da História Natural. Ela reúne em si a mais excelsa aspiração da ilustração com a vassalagem de seus integrantes. Ao mesmo tempo em que prima pelo rigor do conhecimento produzido sob sua alçada, subordina, mas não em sua totalidade, a ciência ao Estado³². O conhecimento sobre a natureza não era uma mera curiosidade, mas tinha um sentido prático. Conhecer as riquezas e potencialidades do Império Português constituía o projeto principal da Academia, cujo corolário era o reforço dos liames entre metrópole e colônias, em especial o Brasil. O caráter exploratório e predatório do colonialismo mercantilista ainda norteava as ações dos burocratas

momento da ciência. Essa transformação atingiu outros campos do saber como a História Natural e a medicina (que fazia parte da física) e configurou-se como uma Nova Ciência. PRESTES, 2000, capítulo II.

31 O mecanicismo, a partir da difusão dos estudos de Newton, invadiu o campo científico e tornou-se o modelo de estudo das ciências exatas. A História da Natureza também foi afetada pela euforia mecanicista, que determinava a classificação "taxonômica", a compreensão da fisiologia e a organização sistemática dos seres vivos. A utilização deste método foi criticada por alguns coetâneos, como Diderot, que eram adeptos da necessidade de estudar os organismos em seu conjunto. Isto incluía o próprio meio em que habitavam e a visualização do funcionamento dos mecanismos do sistema em sua integralidade. PRESTES, op. cit., capítulo II.

32 MUNTEAL FILHO, 2001, p. 498.

estatais. As colônias continuavam a ser depositórios de riquezas a serem extraídas e administradas em nome de Vossa Majestade.

Para dar vazão ao projeto ilustrado de apuração minuciosa da colônia brasileira, o governo português estimulou as viagens filosóficas, cuja principal finalidade era o inventário do Novo Mundo. Imbuídos de um olhar cientificista, naturalistas e viajantes deveriam diagnosticar, de maneira pragmática, a natureza, coletando e identificando espécies e descrevendo o povo e os ambientes. Os agentes da Coroa também participavam desse levantamento empírico de dados através da confecção de memórias sobre as terras de sua jurisdição.

As memórias constituíram um importante instrumento de conhecimento do Novo Mundo, uma vez que apresentavam, em sua maioria, a geografia física e econômica de determinada área, incluindo-se aí o caráter moral do elemento humano, além de apontar os problemas e sugerir soluções³³. Assim, a mineração, as matérias-primas, o sal, os pigmentos, as madeiras e a agricultura foram temas sobressalentes nesse tipo de documentação. A natureza passava a adquirir um sentido utilitário e inteligível pela razão. Como a intenção da metrópole lusa era promover o desenvolvimento econômico do reino, tornava-se imprescindível a perscrutação das virtualidades da sua principal colônia - o Brasil.

2.2 INVENTARIANDO A PARAHYBA DO NORTE: FERNANDO DELGADO ENTRE O SABER ILUSTRADO E AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

No bojo das transformações sofridas por Portugal através das reformas pombalinas, do despertar de um cientificismo visualizado nas mudanças pedagógicas, do estímulo às ciências naturais, do tumultuado governo de D. Maria I, da reorganização

33 NOVAIS, op. cit, p. 170.

da economia brasileira visando ao reforço da relação metrópole-colônia, do avanço da cultura ilustrada e durante o interregno entre os pródromos da desanexação³⁴ e a melhora econômica da Parahyba do Norte, insere-se Fernando Delgado Freire de Castilho.

Designado a assumir o governo da Capitania da Paraíba em 1797³⁵, Fernando Delgado sintetiza a nova fase da Ilustração portuguesa. “Filho” das reformas pombalinas, especialmente no concernente às alterações no campo econômico e às pretensões do Marquês em formar funcionários com uma mentalidade e conhecimentos teóricos adequados à etapa de reestruturação do Império português que iniciava, e coevo da ampliação do campo científico promovido pela Academia Real das Ciências de Lisboa, pode-se considerar Fernando Delgado como um ilustrado à serviço da Coroa.

No contexto de investigação das plagas brasileiras, anteriormente mencionado, Castilho recebeu ordens régias para realizar um levantamento da capitania que iria assumir. Muito mais do que um estudo direcionado a conhecer os fatores bióticos e abióticos da Capitania, as instruções dadas ao mesmo tinham um objetivo mais específico: o de averiguar a conveniência ou não da anexação da Paraíba a Pernambuco. Segundo a resolução de D. Maria

34 A subordinação da Paraíba a Pernambuco durou quarenta e quatro anos (1755-1799). Segundo o decreto real de anexação, datado de 29 de dezembro de 1755, D. José, após consulta ao Conselho Ultramarino, resolveu extinguir o governo da Paraíba. A posição favorável do Conselho sobre a anexação foi motivada, segundo OLIVEIRA (2007, p. 106), por uma representação do último governador autônomo, Luiz Antônio de Lemos de Brito, na qual relatava as dificuldades financeiras da Capitania e sugeria alguns meios de superá-las. A autora identifica ainda, subjacente à idéia da anexação, a política pombalina de centralização e racionalização do Estado português no que diz respeito à contenção de gastos e concentração de recursos. Justificou-se também pela falência da Provedoria da Paraíba como informa MENEZES, 2005, capítulo IV.

35 A carta patente que nomeia Fernando Delgado ao governo da Capitania da Paraíba data de 30 de outubro de 1797. Sua posse, segundo PINTO (1977, p. 185), ocorreu em 23 de março de 1798.

Havendo S. Mag.e nomeado V. Mce para o governo da Paraíba, é a mesma senhora servida, que eu [D. Rodrigo de Souza Coutinho] lhe dê as seguintes instruções, que é conseqüente às suas luzes, conhecimentos e zelo com que procurará distinguir-se no real serviço. Havendo-se essa capitania da Paraíba incorporado na de Pernambuco, a que está sujeita, em conseqüência de uma Consulta do Conselho Ultramarino, ordena S. Mag.e que V. Mce examine com a maior imparcialidade se a utilização que tira a Real Fazenda desta incorporação pela economia que se pode resultar de não manter um governo totalmente independente, e equivale aos prejuízos que pode receber seja da falta de execução das reais ordens, seja da menos ativa cobrança das dívidas reais dependente de Pernambuco, seja de se manter um conflito de jurisdição igualmente nocivo ao Real Serviço e aos interesses dos habitantes da capitania, que também podem receber algum vexame de um sistema, que os faz dependentes para o seu comércio da praça de Pernambuco. V. M fará subir a Real Presença não só a fiel exposição de tudo o que acabo de notar-lhe, mais ainda as reflexões que lhe sugerir o estado atual da capitania e das suas produções afim de V. Mce abrace a mais justa resolução sobre a conveniência de fazer esse governo independente ou de o conservar dependente³⁶.

Esta era, pois, a missão precípua de Fernando Delgado. Procedendo a um exame da situação econômica da Capitania, suas produções e comércio, dos recursos existentes, da segurança e do corpo militar, o atual capitão-mor deveria, após a exposição e análise de tais aspectos, informar à Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos se a subordinação da Paraíba à Capitania de Pernambuco era onerosa ou não para aquela e

36 PINTO, op. cit., p.180. Idem

para a Fazenda Real. Ademais, como governador era sua obrigação “animar e promover as culturas já existentes e introduzir as que possam ser novas e venham a concorrer para enriquecer esta capitania”³⁷. Não obstante, responsabilizava-se também por “promover o consumo de todos os produtos do Reino como são, vinhos, azeite, sal e todas as manufaturas”³⁸.

As luzes de Castilho extrapolavam, contudo, essa resolução específica. Além da memória escrita sobre a Capitania³⁹, que abordava os itens expostos nas instruções recebidas, ele foi autor de outras cartas, relatórios e memórias nas quais expunha as potencialidades da Capitania da Paraíba. Em suas correspondências, Fernando Delgado fala da abundância de ricas matas, de rios navegáveis, bons portos e ancoradouros, da fertilidade da terra para o desenvolvimento de diversas produções, desde o açúcar até os gêneros alimentares, das excelentes ribeiras propícias para a criação de gado, da prontidão e lealdade dos habitantes para com os interesses da Coroa, entre outros aspectos. A seu ver, o principal problema da Paraíba encontrava-se na subordinação da mesma à vizinha Pernambuco. Para ele, o fim da anexação seria o passo inicial e mais importante para melhorar o estado da Capitania, especialmente através da agricultura e comércio, considerados “os mais importantes ao aumento e riqueza desta capitania e que necessitam de uma independência absoluta de Pernambuco”⁴⁰.

Obediente às demandas metropolitanas referentes ao exercício de sua função quanto à tarefa de promoção das culturas existentes e de introdução de técnicas e outras novas, Fernando

37 *ibidem*, p. 181.

38 *Idem ibidem*, p. 182.

39 AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2471.

40 Narração de Fernando Delgado sobre o estado em que se acha a Capitania da Paraíba em 1799. PINTO, 1977, p. 209.

Delgado elaborou relatórios sobre o estado da agricultura, comércio, métodos de cultivo utilizados, geografia, população e rendas da Capitania. Sua produção intelectual enquanto agente da Coroa portuguesa inclui também descrições sobre as culturas da cana-de-açúcar, do algodão e das técnicas empregadas nas mesmas, além de memórias sobre as matas da Paraíba e sobre a Ilha de Fernando de Noronha. Outrossim, durante seu governo, foram enviadas amostras de espécies vegetais e um relatório sobre a fauna e flora do sertão da Capitania elaborado por Manuel de Arruda Câmara, incumbido também de fazer uma memória sobre as potencialidades para o fabrico de linho na Paraíba. Segundo Mariz (1978, pp.15-16), Fernando Delgado era favorável à substituição das bolandeiras de descaroçar algodão, bastante rudimentares, pela invenção de Francisco de Arruda Câmara.⁴¹

Em diversas correspondências à Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Fernando Delgado foi categórico e incisivo nos seus argumentos sobre as agruras da anexação. Reclamava da falta de regimento pelo qual pudesse se guiar, das arbitrariedades e abusos do general governador de Pernambuco, dos prejuízos do comércio direto e da falta de negociantes. Ressaltava também as potencialidades da Paraíba e suas possibilidades de crescimento. Os excertos abaixo ilustram algumas dessas queixas.

41 Os documentos mencionados são encontrados nas seguintes fontes: 1) descrição das técnicas e culturas da cana-de-açúcar e do algodão (PINTO, op. cit., pp.189-198); 2) memórias sobre as matas da Paraíba e sobre a Ilha de Fernando de Noronha (AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2436); 3) relatório sobre a flora e fauna do sertão da Capitania (AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2509); 4) fabrico de linho na Paraíba (AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2610).

A primeira coiza que falta nesta Capitania he hum Regimento particular por onde se tenham regido os Governadores della (...).⁴²

A inação que me fazem ter as complicadas circunstâncias deste Governo me obriga a fazer a Representação que dirijo a Sua Majestade por mãos de Vossa Excelência [D. Rodrigo de Sousa Coutinho - secretário de estado da Marinha e Ultramar], e a qual espero que concorra para de algum modo me livrar dela uma vez que nada há que flagele tanto o homem de algum Espírito: Sim Excelentíssimo Senhor, aqui não havia nem há outro Regimento mais que o acaso, quando este não encontrava a vontade do General, que é preferida por todos, logo que de alguma sorte se faz patente: Os Capitães Mores são feitos por ele sem alguma intervenção do Governador, assim como seus Respective Capitães, e eis aqui uma multidão de criaturas suas, que vendo também que ele se intromete quando quer, e bem lhe parece na mesma economia particular, ou passando Portarias como a que remeto a Vossa Excelência e de que muitos se servem para monopolizar os gêneros da primeira necessidade, ou obstando ainda as mesmas ordens diretas, o que tudo facilita a vizinhança das Capitánias, faz a total dificuldade de jamais poder bem executar o mais pequeno plano de economia política, muito principalmente se é contrário em todo, ou em parte ao que ele mesmo pratica, não havendo por isto outro partido, mais do que esperar em tudo pelas suas determinações, para obrar em consequência, apesar de uma tão intrincada situação.⁴³ (grifos nossos)

42 AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2422.

43 AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2420.

Os gêneros comerciais embarcam-se em Pernambuco, aonde se faz indispensável, que os Paraibences paguem duplicadas despesas nas cargas, e descargas, agentes e armazéns, suportando sobre elas o retardamento do Comércio indireto sensivelmente menos ativo, e menos lucrativo do que o comércio direto com a Metrópole. Por idêntica razão os retornos manufaturados que lhe voltam da Europa pela praça de Pernambuco, chegam à Paraíba em preços mais excessivos.⁴⁴

Pode-se inferir que o retrato da Capitania da Paraíba composto por Fernando Delgado influenciou positivamente a decisão régia pelo fim da subordinação⁴⁵. Não se deve descurar, no entanto, do movimento de transformação ocorrido em dimensões europeia - fruto da crise dos pilares do Antigo Regime -, e portuguesa - naquilo que se refere à modificação da política pombalina. O momento político-econômico que se instaurava com a rainha Maria I vinha acompanhado de novos direcionamentos para o Império Português. A desanexação da Capitania da Paraíba, bem como a do Ceará e do Rio Grande do Norte⁴⁶, foram reflexo disto. No entanto, enfatizamos a atuação do citado governador para o fim do enlace político-administrativo porque a avaliação da Capitania foi seu objetivo principal ao assumi-la. Cumprindo as ordens reais, Fernando Delgado é bastante taxativo quando demonstra o potencial agrícola e comercial da Paraíba, relata

44 AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2471

45 O conhecido relatório de Fernando Delgado, visto pela historiografia como sendo o fator propulsor da desanexação, data de 9 de janeiro de 1799. Contudo há um desencontro entre seu envio e o da ordem régia que põe fim à subordinação, emitida oito dias depois, ou seja, em 17 de janeiro de 1799. Mesmo assim, o governador pode ser considerado um porta-voz da desanexação, uma vez que em outras correspondências relatava os problemas enfrentados na Capitania.

46 As Capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, ambas subordinadas à Pernambuco, só recuperaram sua autonomia em 1799 e 1817 respectivamente.

os problemas enfrentados pelos habitantes, comerciantes e plantadores, denuncia os vícios e abusos de poder e aponta as soluções necessárias para a reversão desses sintomas. Como já foi dito, segundo o governador, o primeiro e mais importante passo era devolver à Capitania sua inestimável autonomia. Em passagens esclarecedoras ele diz:

Livre a Capitania da Paraíba da inspeção imediata do Governo de Pernambuco, os arrematadores dos Reais direitos subiriam a maior aumento, e progressivamente cresceriam com o melhoramento das plantações, e com maior número de exportações, e importações⁴⁷.

As despesas que poderão crescer com a nova forma do Governo independente a respeito dos proveitos e melhoramentos das rendas de Vossa Majestade hão de ter no maior aumento da agricultura e comércio e mais da felicidade pública a melhor segurança dos Estados⁴⁸.

Sua postura intelectual, derivada da sua formação, pode ser visualizada ainda na maneira como conduz e constrói seu discurso. Seus ofícios, memórias e cartas compõem preciosas informações acerca da Paraíba de fins do século XVIII. Um verdadeiro inventário da Capitania! Seu olhar ilustrado - aprimorado, num sentido mais amplo, pelo movimento de profusão das ciências naturais em Portugal - captou as potencialidades da região, legando à posteridade valorosas avaliações sobre o quadro natural, humano e econômico destas fainas setentrionais.

47 AHU_ACL_CU_014, Cx.34, D. 2471.

48 PINTO, op. cit., p. 212.

3 A PARAÍBA E OS CIRCUITOS MERCANTIS NAS CAPITANIAS DO NORTE NA VIRADA DO SÉCULO XVIII

O conhecimento histórico encontra-se em constante mutação. A plasticidade de sua natureza exige do historiador retornos intermitentes. Uma verdadeira tarefa de Sísifo! O que se estabelece numa época é posto em prova em outra, renovando-o e atualizando-o, como se o passado fluísse por artérias que partem do coração e retornasse a ele pelas veias do futuro. A força pulsante são as batidas do tempo - élan da história - o princípio que lhe dá vida e movimento. O historiador, sempre sujeito do presente, intermedeia as três dimensões temporais, mas não de maneira linear e progressiva. Ao acessar o passado, o torna de novo presente. O futuro também participa como representação do seu horizonte de expectativa⁴⁹. Conectando as três faces temporais, o historiador burila seu objeto como um artesão transforma a matéria-prima em obra de arte, imprimindo-lhe talento e subjetividade artística. Longe de atuarem com plena autonomia de ideias, os historiadores trabalham sua matéria segundo escolhas teórico-metodológicas. Isto os identifica e permite aos demais acompanhar o processo de formulação do pensamento.

Ao referir-se à contínua reescritura da história, José Carlos Reis aponta duas principais razões: a temporalidade do objeto e a

49 REIS, J. C., 2001. Reis utiliza a compreensão de Koselleck sobre o passado e o futuro, classificando-os como “campo da experiência” e “horizonte de expectativa” respectivamente. O presente articularia as duas dimensões temporais, porque o pecúlio de experiências de um indivíduo ou da sociedade e as expectativas no porvir interfeririam no entendimento da história e na sua relação com o passado. “Passado e futuro reenviam-se um ao outro e são assimétricos, diferentes, e esta sua relação é que dá sentido à idéia de temporalização. O presente muda e, nesta sua mudança, o passado e o futuro são constantemente rearticulados, obrigando à reescrita da história” (Ibidem, pp. 8-9)

renovação humana e teórico-metodológica. A primeira refere-se à natureza humano-temporal do objeto da história, que o torna melhor compreensível quando visto a distância, como se o passado representasse o dia e o presente, a noite. Somente o noturno seria capaz de ver mais precisamente a face do diurno. A segunda diz respeito à utilização de novas fontes, técnicas, teorias e o surgimento de novos historiadores, com formação acadêmica alicerçada nessas renovações. Isto leva a novas reavaliações do passado e ao estabelecimento de outras interpretações sobre o mesmo⁵⁰.

Acompanhando o movimento do conhecimento histórico, a própria história da história retorna ao pretérito para avançar em análise. Feitas da mesma matéria genuína do seu objeto, as obras históricas também compõe um passado. “Elas envelhecem e exigem uma revisão, uma elaboração, uma reescritura”⁵¹. A relação entre historiadores e obras históricas é, às vezes, conflituosa, visto que aqueles parecem esquecer de reconhecer este aspecto no momento em que atuam como conectores do tempo. Deve-se perceber que “toda interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um ‘mirante temporal’, um ponto de vista, em um presente - vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos”⁵². Assim, as análises do presente são credoras das do passado, pois não surgem por geração espontânea, mas tem origem em um ponto de partida. Sobre ele se monta a crítica e progride-se no conhecimento. Esse progresso é dialético e “consiste em absorver o predecessor, sem diluí-lo, mas preservando-o em sua diferença, e apoiar-se nele; toda superação é negação, e toda verdadeira negação é uma conservação”⁵³.

50 Idem, *ibidem*, pp.7-20.

51 Idem, *ibidem*, p. 8

52 REIS, 2001, p. 9

53 Idem, *ibidem*, p. 13

Adentrando o campo do período colonial brasileiro, pode-se visualizar esse movimento de renovação do saber histórico através de um entrevero historiográfico que marca a etapa de aprofundamento do conhecimento desse período. O presente capítulo tem por finalidade expô-lo a fim de situar nossas considerações acerca dos circuitos mercantis que envolvem a Capitania da Paraíba e suas vizinhas do Norte.

3.1 “SENTIDO DA COLONIZAÇÃO” *VERSUS* “AUTORIDADES NEGOCIADAS”: UM EMBATE HISTORIOGRÁFICO

O entendimento econômico do período colonial brasileiro esteve, e ainda está, fortemente marcado por concepções que encontraram lugar comum na historiografia e no ensino de história. Uma delas tem em Caio Prado Júnior seu mais proeminente formulador. A freqüente associação da colônia às imagens de exploração, monocultura de exportação e mão-de-obra escrava não é gratuita, mas deve-se a uma interpretação do passado colonial bastante singular e expressiva.

Seu “nascimento” é fixado na década de 1940 com a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*. Prado Jr. expõe, nessa ocasião, as características gerais da colônia brasileira no concernente ao povoamento e organização socioeconômica. Através desse livro ele encabeçou uma perspectiva historiográfica que apresenta uma percepção da história colonial baseada na dualidade colônia-metrópole. O capítulo intitulado *O sentido da colonização* revela desde o princípio a condição constituinte do Brasil. A metrópole portuguesa havia explorado e colonizado sua colônia americana com preocupações específicas. Uma *raison d'être* marcava o ingresso do Brasil na história europeia.

Para Caio Prado, os povos, de maneira genérica, apresentam um sentido, uma linha mestra que conduz os acontecimentos

segundo uma determinada orientação, a qual se torna perceptível apenas através da análise das permanências. Os fatos ficam reduzidos a uma posição secundária, subordinados aos ditames do estrutural - dimensão a ser privilegiada pelo historiador. Avaliando a empresa colonial, o autor é bastante claro em sua disposição acerca do Brasil:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.⁵⁴

Designada a cumprir um propósito determinado, o sentido que norteava a colônia brasileira era o de proporcionar o acúmulo de capital em Portugal. Um destino inescapável fadava-lhe a gravitar em torno da metrópole. A entrada do Brasil no circuito europeu seria apenas o anúncio de sua teleologia histórica. Fornecer gêneros valorizados na Europa e consumir as manufaturas portuguesas apresentava-se como a causa precípua de sua constituição. Isto se tornava possível por meio do *pacto colonial*, mecanismo que transferia para a metrópole os lucros provenientes dos movimentos comerciais. O pacto, então, era o regulador da relação metrópole-colônia.

Integrando a vertente do *sentido da colonização* encontram-se também Celso Furtado e Fernando Novais. O primeiro endossa a concepção dualista pradiana ao constatar a inação da colônia

54 PRADO JR, 2004, pp. 31-2.

frente à metrópole. A ausência de autonomia derivava da dependência do Brasil às economias européias. A condição de exportador de produtos tropicais imprimia-lhe uma vocação subalterna. Tratava-se apenas, a seu ver, de um prolongamento da metrópole⁵⁵.

Quase três décadas após o escrito de Caio Prado, aparece em cenário nacional *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, de autoria de Fernando Novais. Este não só ratificou como aprimorou o pensamento de seu “mentor” intelectual. Para Novais, a colônia constituía-se como “retaguarda econômica da metrópole”⁵⁶, responsável direta pela auto-suficiência e desenvolvimento da mesma. A elaboração teórica construída para demonstrar o sentido da colonização do Brasil ampliou a noção de pacto colonial, ao utilizar a de *Antigo Sistema Colonial*⁵⁷. Tal enquadramento teórico é adotado para compreender o fenômeno da colonização moderna dentro da arquitetura das sociedades de Antigo Regime. O absolutismo, a sociedade estamental, a política mercantilista, a desagregação do feudalismo e a ampliação comercial dos países europeus fomentaram a expansão ultramarina.

A esfera comercial constitui para Novais a vertebralidade da colonização. Foi com objetivos econômicos bastante definidos que se processaram o povoamento e a exploração do Brasil por Portugal. A relação entre ambos era regulamentada de maneira a garantir a acumulação primitiva do último através da exploração do primeiro. Aprofundando o conceito de pacto colonial, Novais enxerga no *exclusivo metropolitano* o veículo do enriquecimento português. É ele, pois, que define, para o autor, o sentido da colonização brasileira. Outrossim,

55 FURTADO, 1959, p. 116.

56 NOVAIS, 2001, p. 61.

57 Novais (2001) faz distinção entre Sistema Colonial, fenômeno mais abrangente e, portanto, que não se restringe a um determinado período, e Antigo Sistema Colonial, específico dos Tempos Modernos, indo desde o Renascimento até a Revolução Francesa. *Ibidem*, p. 58

supera a orientação evolutiva e linear de Caio Prado ao fazer uso de análises estruturais que lhe permite ter uma visão de conjunto. Enfatizou, contudo, os aspectos econômicos, minorando, assim, os fatores políticos e culturais envolvidos no processo colonizador.

Durante muito tempo, a compreensão do sistema colonial através da dicotomia metrópole-colônia predominou na historiografia brasileira, não obstante os esforços de vozes dissonantes⁵⁸ para despojá-la das honrarias obtidas em termos historiográficos. Essa situação só começou a ser alterada cerca de vinte anos após a obra de Fernando Novais.

A aurora da década de 1990 veio anunciar os pródromos de uma renovada historiografia do Brasil colonial. Iluminando a noção de pacto colonial, tão sombreada pela ênfase no comportamento agro-exportador da colônia, essa outra historiografia revisita os autores clássicos da colonização. Revisões e abordagens através de outros enfoques destronaram o chamado *sentido da colonização* e a vertente teórica que daí se derivou. Ao invés do *pacto colonial* e do como componentes da coluna vertebral da relação metrópole-colônia, consagraram a *cultura política do Antigo Regime* e as *relações negociadas* no ultramar como elementos precípuos na compreensão de um *pacto político*, considerado elemento basilar do relacionamento entre metrópole e colônias.

58 Referimo-nos aqui especialmente a Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que adotaram os conceitos de modo-de-produção e formação econômico-social para averiguar o período colonial brasileiro. Isto representou uma mudança de perspectiva com relação ao direcionamento anterior. Se a vertente do *sentido da colonização* conferia primazia aos fatores externos no processo de colonização, esta se preocupava em buscar os mecanismos internos de funcionamento da empresa colonial. A colônia também passava a ser entendida não apenas como um prolongamento da metrópole, mas como parte integrante e complementar dessa. As produções mais significativas que encabeçaram essa vertente ocorreram na segunda metade da década de 1970, quais sejam: *O Modo de produção escravista colonial na América* (1975) e *O Escravismo Colonial* (1978).

O gradual e progressivo deslocamento teórico do eixo econômico como viés explicativo do sistema colonial para outro que privilegia as práticas e representações dos agentes coloniais dentro de uma lógica típica da cultura política do Antigo Regime é uma característica que se faz cada vez mais presente nas recentes obras que tratam da colônia brasileira⁵⁹. Tal perspectiva historiográfica “privilegia o imaginário e a negociação política dos súditos ultramarinos na construção das relações entre centro e periferia”⁶⁰. A vertente das *autoridades negociadas* busca estabelecer um novo pacto político existente entre colonos e colonizadores, reavaliando as relações de poder entre os dois lados do Atlântico e procurando também ressignificar tais termos.

A negociação travada entre colonos e Coroa pode ser verificada nos pedidos ao rei de cargos, ofícios, honras e isenções em retribuição a determinados serviços prestados. Essa prática não esteve circunscrita ao Brasil, mas foi uma constante em todas as possessões portuguesas. As peijas contra naturais da terra e invasores, as conquistas e colonização de determinadas áreas e tantas outras ações que envolviam as vidas, fazendas e sangues dos colonos eram consideradas atitudes nobres, merecedoras de recompensa. Afinal, ultrapassavam o domínio das vontades e interesses individuais e tornavam-se um bem maior, um *bem comum*.

O pedido de benesses como retribuição às ações e serviços prestados ao rei, assentava-se num tipo de cultura política de Antigo Regime, consubstanciada, por sua vez, na *economia do dom*. A *economia do dom*, da *mercê*, ou ainda da *dádiva* refere-se

59 A mudança do vértice econômico para o político-administrativo não se processa completamente, visto que as preocupações com a estrutura produtiva da colônia continuam sendo dignas de atenção. Vale lembrar que os estudos administrativos sobre o período não são “novidades” acadêmicas, pois além de Caio Prado (2004), Raimundo Faoro (1959) dedicou-se a estudar a constituição do Estado brasileiro, recuando até os primórdios da colonização para explicar sua evolução.

60 BICALHO, 2005, p. 89.

a um tipo de relação caritativa presente no nível comunitário da sociedade. Regulava as ações dos indivíduos para a manutenção, entre os homens, do princípio de solidariedade e amor divinos. Na esfera política, o caráter caritativo evidenciava-se na liberalidade régia. Tornou-se um hábito comum na sociedade portuguesa que o rei, considerado “o grande administrador e distribuidor das riquezas”⁶¹, gratificasse seus súditos pela fidelidade e obediência. Assim, os cargos, ofícios, honrarias, todos propriedades do rei, eram concedidos aos vassallos reinóis e ultramarinos como uma bonificação por algum feito, criando, dessa forma, um círculo vicioso entre dar receber e retribuir, o que acabava por reforçar os laços de dependência e lealdade do vassallo para com o suserano.

A perspectiva das *autoridades negociadas* contribui, ainda, para o entendimento da dimensão das relações de poder entre os diversos agentes da colonização, sublinhando a participação dos personagens antes considerados desimportantes ou detentores de nenhuma influência no nível político - alçados à condição de espectadores impassíveis de seu destino - na construção da colônia brasileira. É incontestável que as forças entre dominantes e dominados permanecem assimétricas. Atenta-se, no entanto, para a atuação dos colonizados na adaptação ou não aceitação das ordens régias quando as mesmas destoavam de seus interesses.

Diante de uma relativa autonomia das colônias portuguesas frente à sua metrópole, faz-se necessário, segundo tal vertente, a revisão do significado dos termos colônia e metrópole. Um novo *pacto político* passa a ser percebido. Segundo esse acordo, a colônia deixa de ser vista totalmente como vítima dos abusos e demandas metropolitanas, passando, em certas ocasiões, a ser conivente com as decisões da Coroa. Nesse sentido, rompe-se com a visão binomial metrópole-colônia, passando a perceber

61 Idem, *ibidem*, p. 92

na relação entre ambas uma esfera de negociações antes não averiguada, sem, contudo, negar o caráter conflitante entre reinóis e ultramarinos que permeia toda a história da colônia brasileira.

Para além das esferas política e administrativa, a perspectiva refratária valoriza o campo econômico na dimensão interna da colônia brasileira. Os vários setores da economia colonial, o mercado interno, os preços e os contatos comerciais intercoloniais ganham destaque nos estudos. Os autores criticam a ênfase no setor exportador assumida por seus antecessores e defendem a necessidade de se olhar internamente o Brasil. As pesquisas nessa direção têm evidenciado aspectos importantes. Percebeu-se que a colônia possui um movimento, uma dinâmica própria. O funcionamento do exclusivo metropolitano, considerado o mecanismo propulsor do enriquecimento de Portugal, provocaria um déficit comercial progressivo da colônia. Não obstante, as documentações analisadas denunciam o acúmulo de um *capital residente* no interior da parte explorada. A colônia passa a ser entendida como portadora de uma dinâmica interna que escapa a centralização da Coroa. Ao contrário do que se pensava, o Brasil não acompanhava *pas à pas* as flutuações do mercado europeu. Desvencilhava-se da engrenagem de exploração predatória que lhe foi imposta pelas vicissitudes de sua própria colonização.

Segundo Fragoso e Florentino nem tudo pode ser explicado com variáveis econômicas, visto que a expansão metropolitana fazia parte do plano português de modificação da sociedade para sua preservação no tempo. Tratava-se do *arcaísmo como projeto*. Portugal apresentava uma estrutura agrícola débil e uma aristocracia aversa à modernização das atividades mercantis e agrícolas. O Estado forte inviabilizava a constituição de grupos mercantis pujantes que ameaçassem a estrutura e as relações de poder do Antigo Regime⁶². É, portanto, visando manter a feição

62 FRAGOSO e FLORENTINO, 1998, p. 102. Idem,

arcaica da sociedade portuguesa que a colonização brasileira processou-se, integrada e obediente, todavia, à orientação econômica mercantilista.

A articulação entre a economia colonial e o projeto arcaico metropolitano surgiu, de fato, centrada na transferência do excedente gerado em além mar. Tal movimento tinha como campos privilegiados o comércio exterior (sobretudo a re-exportação dos produtos coloniais no mercado europeu) e a captação de impostos. Entretanto, se vamos ao funcionamento do Pacto Colonial, observamos que a própria natureza do projeto arcaizante lusitano não só impedia a constituição de um sólido capital mercantil (...), como também abria espaço para a concorrência intra-comerciantes metropolitanos.⁶³

O exclusivo metropolitano não deixava a colônia desprovida de qualquer riqueza líquida, como se costuma pensar. Parcela dos lucros com o comércio colonial ficava no interior da colônia, concentrado na camada dos comerciantes, em especial os de grosso trato⁶⁴. Esta situação decorria da inexistência de uma burguesia comercial forte em Portugal capaz de financiar, com cabedais próprios, os custos das viagens oceânicas e arcar com as eventuais incertezas e surpresas inerentes a esse ramo. Em muitas áreas, a Coroa acabava concedendo o direito de exploração a particulares (estanco) que custeavam as despesas e repassavam-lhe parte dos lucros obtidos. Ademais, derivava também, e principalmente, da própria estrutura produtiva da economia colonial, “cuja dinâmica se traduz na constante incorporação de

63 *ibidem*, p. 102.

64 Segundo Fragoso (1998, p. 35), comerciantes de grosso trato referem-se aos negociantes “envolvidos simultaneamente no tráfico internacional de escravos, no abastecimento interno e nas finanças coloniais”.

fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão-de-obra”⁶⁵

Reverberando as leituras inflamadas de sua obra, Novais posiciona-se de maneira contundente diante das posições assumidas por seus críticos. Corrigindo-os ele diz:

Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno ao fim do período colonial não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar) de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de “tradicional”; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural.⁶⁶

Fazendo ainda a defesa das proposições encontradas em *Portugal e Brasil na crise do*

Antigo Sistema Colonial, Jobson Arruda afirma ser impossível verificar a situação vivida no Rio de Janeiro do oitocentos⁶⁷ nas centúrias antecedentes e transpô-la para toda a colônia. Para ele, analisar a economia colonial segundo as bases da “acumulação endógena”, “mercado interno” e “capital mercantil colonial residente” é ser anacrônico, visto que significa “transferir para o núcleo duro da colônia as características que começam a se

65 FRAGOSO e FLORENTINO, op. cit., p. 103.

66 NOVAIS, 1997, p. 448 (nota de rodapé número 15).

67 FRAGOSO e FLORENTINO (1998) estudam a sociedade e economia da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840.

formar nas suas bordas, final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, momento no qual, consensualmente, as estruturas coloniais encontram-se em transformação”⁶⁸.

Ambos os enquadramentos teóricos possuem limites. De fato, privilegiar a estrutura econômica e o sentido exterior da colônia eclipsa o entendimento de seu funcionamento interno. Há muito mais além da organização monocultora-latifundiária-escravista. A natureza “miúda” da constituição do Brasil colônia só é apreensível se infletirmos o enfoque do exógeno para o endógeno. Dessa maneira, concordamos com Prado Jr., Furtado e Novais ao estabelecerem a esfera comercial como coluna vertebral da colonização. Validamos também o apelo de Fragoso e Florentino ao voltarem a atenção para o interior da colônia e perceberem dimensões que extrapolam a esfera das relações estritamente econômicas. É preciso, contudo, redimensionar as perspectivas das duas correntes.

Compreendemos que ambas possuem explicações coerentes e válidas. Entretanto, da mesma forma que posicionar-se de maneira infensa ao conhecimento precedente para fundamentar um postulado teórico, não aceitar as próprias limitações e incoerências da tese defendida é uma atitude não aprovável entre historiadores e a comunidade científica de uma maneira geral. A produção do conhecimento segue um movimento dialético. Teses são contrapostas por antíteses e desse confronto surgem sínteses. Assim, todas as colocações são importantes para o aprimoramento do conhecimento. A crítica deve ser encarada como um exercício salutar para o caminhar dessa evolução espiral e nunca como um mecanismo retaliatório de argumentos - os quais necessitam preexistirem para que sobre eles possam ser construídas as refutações.

Entendemos que a atitude mais adequada é a de articular as visões expostas. Apontar e reconhecer as limitações de cada

68 ARRUDA, 2001, p. 250.

uma é tarefa do historiador. A relativa autonomia e vivacidade da colônia não devem ser entendidas em anteposição ao caráter de exploração. *Antigo Sistema Colonial e autoridades negociadas* não são credos excludentes. Certamente é inviável adotar ambas. Torna-se necessário, portanto, equacioná-las. É evidente que uma ou outra prevalecerá, a depender do objeto de estudo. A primeira aborda a política econômica aplicada na colônia atlântica, mas não descuida dos fatores políticos envolvidos no desenrolar da colonização. A outra dedica-se a investigar uma cultura política de *Antigo Regime nos trópicos* através da análise de trajetórias individuais e institucionais⁶⁹. Esta tende a privilegiar o elemento político nas decisões administrativas e nas ações econômicas, mas consegue visualizar a *flexibilização do mando*⁷⁰.

69 Souza (2006) coloca a necessidade de um diálogo entre ambas, ponderando as perspectivas analíticas a fim de encontrar o caminho para o real entendimento de uma sociedade inserida nos circuitos mercantis e influenciada pela cultura política do Antigo Regime, sem esquecer-se de relevar os elementos genuínos que não pertencem àqueles universos, processados exclusivamente em terras brasileiras. “O que houve nos nossos trópicos, sem dúvida, foi uma *expressão* muito peculiar da sociedade de Antigo Regime européia, que se combinou, conforme análise que os autores de *O Antigo Regime nos trópicos* buscaram programaticamente evitar, com o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais - que nunca excluiu a de outros, obviamente -, com a existência de uma condição colonial que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre eficaz e efetivo, mas que integravam, qualificavam e definiam as relações entre um e outro lado do Atlântico: o exclusivo comercial. Em suma, o entendimento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos beneficia-se quando considerada nas suas relações com o antigo sistema colonial” (Ibidem, p. 67).

70 *A flexibilização do mando* refere-se à maleabilidade que as ordens régias ganharam no território colonial, ficando sujeitas à adaptações ou à não aplicação pelos agentes coloniais. Não obstante a existência da hipertrofia do Estado português, revelada por Caio Prado e Raymundo Faoro, por exemplo, havia em Portugal uma estrutura polissinodal, identificada por Antônio Manuel Hespanha, e caracterizada pela existência de células de poderes dispersas na estrutura social. Ao contrário

Adotando o esquema da tese/antítese/síntese para a produção do conhecimento, pode-se identificar o *sentido da colonização/pacto colonial* na posição de tese, as *autoridades negociadas/Antigo Regime nos trópicos* como antítese, e a síntese ainda estaria por vir. Tratar-se-ia da equalização das anteriores e apresentaria uma postura mediadora entre aquelas. Esforçar-se nessa direção é para nós a atitude mais acertada. Não condenar nem uma nem outra, mas reconhecer suas fragilidades e incorporar os elementos miríficos de ambas, possibilitando uma análise frutífera da história da colônia brasileira que trate do nível local sem esquecer o plano geral, e evite o apego a este ao fazer as considerações necessárias, ou seja, chamando o factual quando possível.

3.2 O BRASIL E A PARAÍBA NO FIM DO SÉCULO XVIII

Ao longo dos 322 anos de dominação monopolista sob o Brasil, Portugal sentiu os revezes de períodos críticos, caracterizados por flutuações dos produtos coloniais no mercado europeu e demais fatores políticos. Em geral, as crises que acometeram a economia lusa foram superadas por meio de reajustamentos do pacto colonial. No período que se estende de 1777 até 1808, assinalado por Novais como um desses momentos, não foi diferente. Quando a crise fez-se sentir de maneira inequívoca, o governo por-

de um Estado forte, centralizado, cujo poder emanava de forma descendente do soberano para os demais elementos da sociedade, havia uma dinâmica mais complexa do exercício do poder. Além da relação vertical soberano-súditos, observam-se relações horizontais de poder, presentes nas práticas cotidianas exercidas pelas mais diversas categorias sociais. Isto, portanto, relativiza a noção de um Estado centralizado e de um soberano forte em Portugal, pelo menos até o seiscentos. Para uma crítica do pensamento de Hespânia, ver Souza (2006, capítulo I). A flexibilização na execução das ordens régias fica explícita nos estudos desenvolvidos pelos adeptos da perspectiva do *Antigo Regime nos trópicos*, especialmente os referentes aos poderes locais na colônia.

tuguês encontrava-se sob a direção do Marquês de Pombal. Suas reformas, já expostas brevemente no capítulo anterior, representaram o passo inicial em direção à revitalização do pacto. Seu objetivo era reforçá-lo de acordo com os caminhos assumidos pela conjuntura político-econômica européia do setecentos.

Nesse sentido, o governo luso procedeu a um controle rigoroso em várias áreas. No sistema fiscal, especialmente na produção aurífera, instituiu a derrama. Adotou um conjunto de medidas protecionistas favorecendo os comerciantes de açúcar, tabaco e algodão, como o estabelecimento das Casas de Inspeção. Combateu veementemente o contrabando, que prejudicava os lucros reais e dos comerciantes, e diversificou a economia colonial por meio do estímulo do cultivo de novos produtos para exportação, a exemplo do algodão, arroz e cacau⁷¹.

Apesar da severa vigilância na arrecadação do quinto real (imposto sobre a produção do ouro), os portugueses sentiram fortemente a queda na exportação do metal, provocando uma significativa diminuição da capacidade de importação do país. Se de um lado isto afetou a balança comercial com a Inglaterra, por outro abriu espaço para o desenvolvimento da indústria portuguesa, principalmente o ramo têxtil, alimentada pelas crescentes produções de algodão do Brasil.

Pombal conseguiu, dentro dos limites existentes, concatenar mais uma vez as peças do Sistema Colonial, adaptando-o habilmente às mudanças ocorridas na economia e política européias. Ele tomou decisões acertadas no que tange às contradições da empresa colonial, tentando salvaguardar a mais preciosa jóia ultramarina da coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que procurou ingressar Portugal no universo fabril.

71 As ações pombalinas direcionadas ao Brasil foram muito mais amplas e diversificadas. Para visualizá-las conferir os dois estudos de Maxwell (1997, 1999).

Considerando as minas riquezas fictícias, Pombal fez do estímulo à agricultura o epicentro de sua ação política. Seus efeitos não tardaram, expressando-se na diversidade agrícola do espaço colonial brasileiro, gerando produtos para a reexportação do Reino, alimentos para a população metropolitana e matérias-primas para as manufaturas, enlaçando indústria e agricultura, transformando a caminhada rumo à industrialização uma possibilidade concreta. A criação das companhias de comércio, cuja finalidade era exatamente unir os espaços agrícola e industrial, separados pelo oceano, fechava o circuito da perspectiva econômica que então se delineava para o Império Luso-Brasileiro. Nestes termos, a política industrialista portuguesa não foi fruto passageiro de uma crise comercial, como ocorrera no XVII. Tem um caráter estrutural e enorme potencial transformador, seja na metrópole, seja na colônia.⁷²

É evidente, pelo próprio histórico de Portugal como importador de produtos manufaturados, que sua indústria não tinha vazão para concorrer com os países onde esse processo se desenvolvia há mais tempo. Contudo revela a intenção portuguesa, ou ao menos pombalina, de diminuir o atraso com relação à Inglaterra no momento de inflexão do capitalismo para sua etapa industrial. A estrutura econômica e mental de Portugal apresentava, ainda, uma série de entraves ao desenvolvimento de fábricas. No entanto, o passo inicial dado por Pombal foi fundamental para ampliar a sobrevivência do Sistema Colonial nesse país⁷³.

72 ARRUDA, 2001, p. 254.

73 As práticas capitaneadas pelo Marquês de Pombal consoavam com a política econômica do momento, consubstanciada no mercantilismo ilustrado. Arruda elucida-nos esse aspecto na seguinte passagem: “Sob o impacto da crise que se abatia sobre o Império Português, diretamente relacionado à retração

Já sob o governo mariano e joanino, a política econômica voltou-se prioritariamente para a agricultura - decorrência da influência fisiocrática⁷⁴ - mas não abandonou completamente as preocupações com a esfera industrial. A cuidadosa investigação das potencialidades do ultramar promovida nesses reinados revela a necessidade de outras formas de exploração das colônias por parte da Coroa. Exploração traduzida na valorização de novos produtos e matérias-primas, imprescindíveis para o crescimento econômico do Reino, inclusive na esfera industrial.

Desde a segunda metade do XVIII é possível verificar os efeitos dos novos interesses metropolitanos na economia do Brasil. O declínio do açúcar e do ouro foi “compensado” pelo aumento e diversificação da produção agropecuária, que passou de 33 para 126 produtos, além do incentivo dado à pequena indústria vinculada à transformação desses gêneros. As modificações no mundo colonial são perceptíveis não somente no nível da produção, mas também no âmbito das relações de trabalho estabelecidas, nas formas assumidas pela propriedade, nas variações de preço e na dinamização da economia. Paulatinamente,

da produção aurífera brasileira, imprime-se uma nova diretriz influenciada pela ilustração, enquadrada no que se convencionou chamar o ‘mercantilismo ilustrado português’, cuja meta fundamental era a realização de aberturas dentro do sistema colonial mercantilista, visando à amenização do exclusivo metropolitano, estimulando-se a produção da colônia pela busca de integração mais forte entre o mundo da metrópole e o da colônia” (op. cit., p. 252).

- 74 A fisiocracia, política econômica idealizada por François Quesnay, não encontrou em Portugal amplo espaço de difusão. Lançando uma nova noção de riqueza, assentada na agricultura em contraposição aos metais preciosos, a fisiocracia buscava modernizar as práticas agrícolas a fim de ampliar as rendas líquidas decorrentes dela. Em Portugal, sua acolhida ocorreu durante a regência de Maria I, mas seu desenvolvimento não deve ser percebido em larga escala. O estímulo à agricultura vinha desde o período pombalino, intensificado-se com os princípios fisiocráticos, mas o desenvolvimento da indústria não foi esquecido nem minorado. Agricultura e indústria passaram a compor o esteio da economia portuguesa.

a colônia brasileira ganhava ares de autonomia frente à empedernida metrópole⁷⁵.

A Capitania da Paraíba, integrada territorialmente à colônia brasileira, não assistiu passivamente a essas mudanças, mas sofreu-as também. Inserida na esteira das políticas pombalinas de racionalização estatal e enxugamento da máquina administrativa, a Paraíba, desde 1755, experimentava e conhecia o sabor amargo e as agruras de uma capitania subordinada. Quatro anos depois era criada a Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba⁷⁶. Outrossim, sentiu a diversificação da produção, reflexo da ênfase agrícola promovida durante o período pombalino e intensificada por D. Maria I. O aumento na variedade dos gêneros cultivados na Capitania foi acompanhado ainda da elevação das receitas da mesma nos últimos anos do século XVIII⁷⁷.

As ações direcionadas ao reforço dos princípios monopolistas, anteriormente mencionados, podem ser visualizadas de maneira bastante clara em uma carta régia do ano de 1802, destinada ao governador da Capitania da Paraíba, nesse momento Luís da Motta Fêo. A percepção das posições ocupadas por metrópole e colônia e o funcionamento do organismo colonial ficam também bastante explícitas nessa ocasião.

Sendo evidentes as grandes vantagens e utilidades, que hão de resultar a Monarquia em geral do estabelecimento de um Sistema, que cada dia ligue mais todas as partes dispersas da mesma, e tal que, enquanto umas se enriquecem com as Produções, e Culturas naturais, as outras se compensem com o consumo das suas Fábricas e produtos da sua indústria, procurando-se assim que reciprocamente fiquem reserva-

75 ARRUDA, 2001, p. 251.

76 Para uma análise da Companhia de Comércio Pernambuco e Paraíba, seu funcionamento e atuação consultar RIBEIRO Jr, 2004.

77 Para verificar os valores das receitas e despesas da Capitania da Paraíba no século XVIII e início do XIX conferir OLIVEIRA, op. cit., pp. 170-1.

dos para uns e outros objetos os Mercados Nacionais: É Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor Servido Mandar novamente recomendar a Vossa Mercê que, de todos os modos procure evitar, sem violência, que nessa Capitania se faça uso de outra qualquer manufatura, que não seja Nacional e do Reino, tanto quanto for possível; e para esse efeito Vossa Mercê não consinta que Pessoa alguma vá a Sua Audiência, ou se lhe apresente sem ir vestido com Tecidos de Lã, Seda ou Algodão, que sejam Manufaturas do Reino ou das que são permitidas dos domínios de Sua Alteza Real na Ásia: E Sua Alteza Real Está Persuadido que, executando Vossa Mercê esta Real Ordem com moderação, e por meio de repetidas advertências, há de conseguir diminuir nessa Capitania o Contrabando de Manufaturas Estrangeiras, e animar o consumo das do Reino, que tanto necessitam de achar este favor, para poderem prosperar. Nesta mesma ocasião Manda Sua Alteza Real Recomendar Vossa Mercê que transmita pela Secretaria de Estado da Fazenda todas as noções que pode ter da qualidade de Manufaturas, que podem ter aí maior consumo, a fim que se procure aqui animar as mesmas para se fazer cômodo e fácil o suprimento. Sua Alteza Real Autoriza a Vossa Mercê a que proponha prêmios, que julgar convenientes, particularmente honoríficos; seja para recompensar os que promoveram o uso e consumo de Manufaturas Nacionais; seja os que mostrarem e praticarem os meios mais oportunos para melhorarem as Culturas e Produções dessas Capitancias do Brasil (...).⁷⁸

A função da colônia como produtora de gêneros agrícolas e consumidora de manufaturas metropolitanas fica expressa de maneira inequívoca. Outrossim, o consumo destas e o combate ao con-

78 Correspondência de 5 de junho de 1802. Caixa 02 do Arquivo Histórico do Estado da Paraíba - FUNESC.

trabando de manufaturas estrangeiras são preocupações nítidas da Coroa. Pode-se perceber, através desse documento, o funcionamento do exclusivo metropolitano e as dificuldades de Portugal em exercer um controle rígido sobre sua colônia. Garantir o princípio regulador da relação colônia-metrópole, baseado no monopólio comercial, encontrava óbices de difícil resolução, se não intransponíveis. Impor o uso de tecidos provindos do Reino nas audiências com o governador é apenas um exemplo das ações reais empreendidas nas tentativas de “correção” das falhas nessa vinculação.

Ademais, a proposta de premiação, especialmente honorífica, funciona como veículo utilizado pela Coroa para execução das ordens régias, bem como mecanismo compensatório pela obediência e cumprimento das determinações metropolitanas. Desta forma, é possível observar no documento elementos das perspectivas historiográficas expostas no item precedente. Às demandas metropolitanas por produções coloniais e consumo de bens manufaturados alia-se a fragilidade em implementar os comandos expedidos pelo centro decisório do império ultramarino. Há, assim, tanto um objetivo econômico forte que delinea a relação entre os dois lados do Atlântico, quanto uma autonomia colonial referente às atribuições do posto de vassalo de Sua Majestade.

Outras correspondências revelam esse traço na Capitania da Paraíba. Por exemplo, quando Fernando Delgado Freire de Castilho faz uma avaliação sobre a capitania coloca-se em oposição à política metropolitana ao afirmar, como um dos meios para restabelecer a economia da Paraíba ser necessária a manutenção de contatos entre os comissários volantes⁷⁹ e os negociantes locais⁸⁰.

79 Os comissários volantes eram comerciantes ilícitos, sendo em geral estrangeiros. O governo luso, especialmente o Marquês de Pombal, empreendeu-lhes sérias perseguições, pois os via como perniciosos ao interesse nacional por prejudicarem o comércio regular e o crédito.

80 Ao elencar as possibilidades para o reerguimento da Capitania da Paraíba, Fernando Delgado identifica ser “necessário abolir todas as penas contra os

Os documentos administrativos são ricos em casos dessa natureza. Eles desvelam características imperceptíveis ao plano numérico do universo econômico. Possibilitam desnudar fatores que estão além dos determinantes mercantis. Levar em consideração o agrupamento dessas variantes permite conceber o entendimento mais coerente do período histórico analisado, além de ser indispensável ao escape de posturas teóricas míopes que prejudicam o tratamento adequado do objeto de estudo.

3.3 PORTOS E MERCADORIAS: OS CIRCUITOS MERCANTIS NA CAPITANIA DA PARAÍBA

A historiografia clássica paraibana é consensual quanto à debilidade financeira e produtiva da Capitania da Paraíba. A exigüidade das rendas, a baixa lucratividade do açúcar, a escassez de mão-de-obra escrava africana, o diminuto nível de produção dos gêneros de subsistência e o fraco e quase inexistente comércio interno são os principais fatores apontados para explicar o estado crítico no qual estava mergulhada a Paraíba. Segundo Horácio de Almeida,

[...] o estado em que [Fernando Delgado] encontrou a Capitania era de estagnação geral. Fontes de rendas esgotadas. Engenhos desprovidos de safra e escravos. Aparelhamentos fabris estragados. Produtos agrícolas sem preço no mercado. Comércio inexistente. Os ne-

comissários volantes, requeridas pela sôfrega ambição dos negociantes e manifesta utilidade da agricultura em um país, onde o comércio é limitado à metrópole, ao menos esses compradores concorrendo com os traficantes da terra melhorem a condição dos vendedores, a quem o Negociante dá pouco, e menos de valor e talvez vende efeitos caros para o lavrador os desbaratar e apurar dinheiro com que compre o que não lhe fornece". PINTO, 1977, pp. 208-9.

gociantes da praça não passavam de meros agentes do Recife e nesta qualidade oprimiam o povo.⁸¹

Essa posição encontra correspondência nas cartas e ofícios enviados pelos governadores e Senado da Câmara da Paraíba, nos quais é patente o estado calamitoso em que se encontrava a Capitania. Agricultura numa situação de penoso atraso e engenhos desprovidos de escravos são referências assíduas.

É certo que o período de subordinação (1755-1799) da Paraíba a Pernambuco correspondeu a uma difícil fase para a primeira. Não se pode, todavia, reduzir unicamente esse “atraso” da Capitania ao julgo político-administrativo no qual esteve submetida por mais de quarenta anos. Vários fatores concursaram para debilitá-la. Às dificuldades de gerenciar um governo subordinado, somam-se as conseqüências provocadas pela atuação da Companhia de Comércio, as secas que assolavam as produções e a população e as próprias dificuldades impostas para reestruturação da Capitania após a expulsão definitiva dos holandeses em 1654. Não se deve esquecer ainda das iniquidades e usurpações dos administradores, práticas comuns à colônia como um todo, que prejudicavam qualquer esforço direcionado à promoção da agricultura, comércio e aumento das rendas reais. Havia também, no caso da Paraíba, o entrave colocado pelo eterno atraso do envio do dízimo⁸² pela Alfândega de Pernambuco para esta capitania.

81 ALMEIDA, 1978, p. 87.

82 Desde 1723 a arrematação do dízimo da Paraíba se dava na praça de Pernambuco, em um só contrato. Pernambuco ficava responsável por enviar vinte mil réis anuais à Paraíba, quantia, teoricamente, considerada equivalente à arrecadação desse imposto nesta capitania. As delongas no envio desta importância e mesmo a sua não remessa geravam atritos entre o governador da Paraíba e o de Pernambuco. Não raro, aquele subia à real presença a pouca atenção e mesmo o descuido do general governador de Pernambuco

Não obstante a fragilidade da Capitania da Paraíba no momento em que Fernando Delgado foi investido no cargo de capitão-mor, os mapas de produção, importação e exportação mostram as principais produções da Capitania, destinadas ao consumo interno e/ou à exportação, bem como os artigos importados pela mesma. Se os números relativos à totalidade da produção, consumo, exportação e importação apresentam verossimilhança com o estado da capitania acima exposto, significa que a Paraíba tinha ótimas possibilidades de crescimento mediante sua agricultura e comércio. Mas, parece-nos haver uma incoerência entre os dados e uma economia praticamente paralisada, como dizem os coevos e os historiadores clássicos. A quantidade do que era produzido e exportado e os respectivos valores em dinheiro arrecadado evidentemente não caracterizam uma opulência. Contudo, espelha a potencialidade econômica da mesma. Os artigos importados e seu consumo interno, especialmente para a área do sertão da Capitania, corroboram para a sustentação dessa ideia: a Paraíba não parecia tão decadente quanto se coloca (va).

Os mapas de exportação e importação das vilas e freguesias da Capitania da Paraíba explicitam a existência de circuitos mercantis envolvendo essas localidades e as demais Capitânicas do Norte (Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco). Sempre se apontou o porto do Recife como sendo a principal, e/ou mesmo, a única via de escoamento das produções da Paraíba. Segundo esse entendimento o porto da Paraíba nunca apresentou grande atividade. Permaneceu sufocado pelo da capitania vizinha que embarcava quase a totalidade das mercadorias da Paraíba, seja do litoral ou do interior, como afirma Almeida:

na execução de sua obrigação. Para mais informações, ver MENEZES, 2005, capítulo IV

A estrada principal que vinha do sertão fazia ligação direta com o Recife, que absorvia tudo quanto a Paraíba produzia. Uma variante é a que tomava⁸³ o rumo capital paraibano. Pela estrada principal escoavam-se os produtos do sertão.

Mais recentemente, a mesma acepção é encontrada em Roberto Smith, que, ao falar do perímetro da Capitania de Pernambuco, composto por Alagoas (parte integrante do seu território) e as capitanias a ela anexas, isto é, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, afirma que essa área correspondia à “região de controle mercantil e colonial exercida a partir da cidade e porto de Recife, único ponto de entrada e saída do comércio monopolizado através da Capitania com a Metrópole”.⁸⁴

Longe de ser um prolongamento da Capitania de Pernambuco, a Paraíba apresentava outros caminhos mercatórios. Algumas dessas vias de comunicação da Capitania da Paraíba com suas vizinhas foram reverenciadas por alguns autores como Caio Prado Júnior e Irineu Jôffily. O primeiro, no capítulo sobre vias de comunicação e transporte, de *Formação do Brasil Contemporâneo*, diz que o ponto central desses caminhos que interligavam o espaço que hoje compõe o atual Nordeste encontrava-se no Piauí. Daí partia três outras vias, dirigidas para leste, sudeste e sul. A linha do leste atingia parte do território da Capitania da Paraíba, mais especificamente Pombal e Patos, incrustados no sertão paraibano, mas também passando pela atual Itabaiana (localizada na área que hoje corresponde ao agreste), onde se bifurcava em duas direções: uma que conduzia à Cidade da Paraíba e outra que descia para Pernambuco. Em suas palavras:

83 ALMEIDA, op. cit., p. 87.

84 SMITH, 2002, p.7.

A linha leste dirige-se para o Ceará, onde passa por Arneirós e Icó; daí se dirige à Paraíba, que atravessa pelo eixo do seu território, tocando em Pombal e Patos, alcançando o rio Paraíba que acompanha até o lugar onde hoje está Itabaiana. Aí se bifurca, continuando um ramo pelo mesmo rio até a capital da capitania; infletindo o outro para o sul em demanda de Pernambuco.⁸⁵

Irineu Jôffily também distingue alguns caminhos que intercomunicava comercialmente a Paraíba às capitanias vicinais. Reconhecendo Campina Grande como importante conduto de integração entre litoral e sertão, visto que a mesma constituía uma feira de gado, Jôffily identifica-a como “o ponto de união das duas artérias do sertão, denominadas estradas do Seridó e de Espinharas”⁸⁶. Diz o autor:

A primeira [estrada do Seridó] tomava o rumo de noroeste, passando pelos lugares onde hoje estão as povoações de Pocinhos e S. Francisco e territórios adjacente à de Pedra Lavrada, onde descia a Borborema (fralda ocidental), dava no rio Seridó, e acompanhando-lhe as margens penetrava na Capitania do Rio Grande do Norte até os sertões do baixo Piranhas e Apody. Transpondo os limites desta capitania, de um lado, procurava de novo o Paraíba pela ribeira de Porcos ou Patú, e de outro atingia as águas do baixo Jaguaribe, no Ceará.

A estrada de Espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá; e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas

85 PRADO JR, 2004, p. 241.

86 JÔFFILY, 1977, p. 225.

além dava nas águas do rio Piranhas ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde hoje é a vila de Patos. Aí dividia-se a estrada; à esquerda dirigia-se para o Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira; à direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois vila e cidade de Pombal; continuando para Sousa, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos próximo aos lugares hoje ocupados pela Vila de S. João do rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo a todo o vale dos Cariris Novos e sertões do Icó, Inhamúns e Crateús, por onde entrava na capitania de Piauí.

Esta foi a grande artéria que ligava à capital aos sertões mais afastados da capitania, ligando igualmente estes aos de suas vizinhas, e esta comunicação tem-se mantido sem a menor interrupção até hoje.⁸⁷

Estas estradas constituíam algumas vias pelas quais circulavam os produtos idos da e vindos para a Paraíba. Os mapas de exportação e importação indicam os portos de origem e destino dessas mercadorias. Aracati, Açú, Mossoró, Paraíba, Recife, Goiana, Itamaracá, Olinda, Lisboa e Porto compunham os pontos de embarque das produções da capitania e/ou de recebimento dos artigos enviados da metrópole. Esta constatação rompe o monopólio exclusivo exercido pelo porto do Recife sobre as produções da Paraíba. Certamente, Recife continuava a ser o principal local de escoamento dos produtos daquela e de entrada de outros, mas deixa de ser pensado como a única via de fluxo de mercadorias, seja saída ou abastecimento.

Os produtos exportados e importados pela Capitania da Paraíba podem ser visualizados no quadro 1, apresentado abaixo:

87 JÔFFILY, 1977, pp. 225-6.

Quadro 1: Gêneros de exportação e importação da Capitania da Paraíba (1798-1805)

EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		
açúcar	sabão	vinhos	tecidos de seda	quinquilharias
algodão	tabaco	panos de linho	panos finos	sal
goma	tabuado	panos de algodão	baetas	farinha do reino
farinha	couro	panos de lã	morins	manteiga
arroz	sola	chapéus	cassas, cadeas	ferro
feijão	vaqueta	chitas	cambraias	
	aguardente			
milho	salgados	crés	droguetes	azeite
azeite de	almécega	amburgos	silas	vinagre
carrapato				
mel	gado vacum	bretanhas	durantes	carne seca
aguardente	gado cavalari	riscados	gangas	pólvora
peixe seco	madeira de	meias de seda	retrós	louça
	construção			

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

A circulação dessas mercadorias pelas Capitânicas do Norte e a renda derivada da movimentação comercial ratificam a idéia exposta de não completa apatia da economia da Paraíba. Evidentemente, o volume das transações comerciais da capitania, quando comparado com a da totalidade do território colonial, possuía um peso pouco significativo⁸⁸. No entanto, não está em

88 Segundo Arruda (1980, p. 271), a Paraíba, nos anos 1796 e 1797 ocupou o sétimo lugar no comércio de importação da colônia brasileira, subindo para a sexta posição a partir de 1798, ocupada antes por Santos. Com relação à exportação, aparece na sexta posição em 1796, não constando na Balança Comercial (1796-1811) em 1797 e 1798, reaparecendo em 1799 e 1800, para voltar a sumir nos anos seguintes. Diz ainda que, “uma comparação com as

questão aqui o valor da mesma para a metrópole. Cabe apenas verificar, através desses dados, que a capitania não produzia apenas para consumo interno. Atendendo ao seu próprio status de colônia, ela gerava riquezas, comprava manufaturas da metrópole e ainda contribuía para a própria reprodução do corpo de oficiais régios no além-mar, sendo responsável pela manutenção do aparato administrativo da Capitania da Paraíba. Cumpria, pois, o papel a ela designado.

As rendas geradas pelo movimento de exportação superavam, para os anos em tela, com exceção de 1802 e 1804, as de importação. Tratava-se, portanto, de um circuito superavitário, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1: Exportação e importação na Capitania da Paraíba entre 1798 e 1805 (valores em réis)

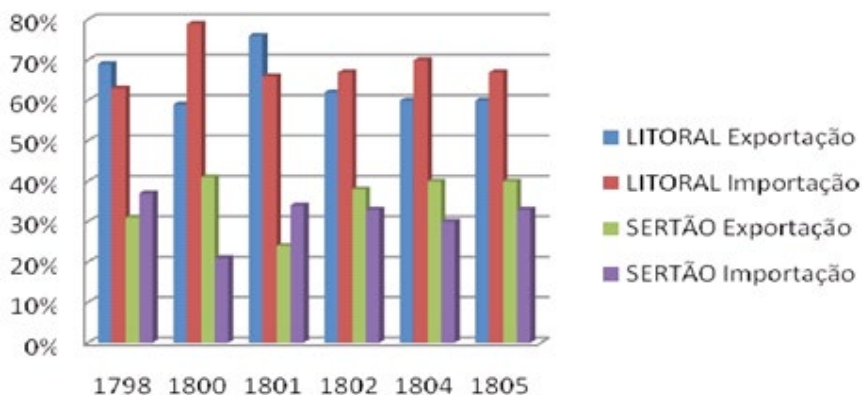
ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1798	313:354\$800	98:494\$400
1799	339:739\$200	121:944\$800
1800	270:836\$800	126:798\$800
1801	309:366\$000	148:734\$400
1802	120:404\$000	177:191\$200
1804	131:405\$600	165:424\$800
1805	349:687\$200	177:191\$200

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319

demais colônias portuguesas demonstra-nos a insignificância do movimento comercial da Paraíba. É inferior ao comércio da África e das Ilhas. Assim como Santos.” (Ibidem, p. 272).

Se desses montantes forem desmembradas as quantias referentes às arrecadações das paróquias do litoral e do sertão da Capitania da Paraíba, verificar-se-á a predominância do primeiro espaço nas rendas da Capitania. O litoral, lugar por excelência da agromanufatura açucareira, era responsável por mais de 50% do volume das importações e exportações da Capitania. Em contraposição, ao sertão é reservada a importância de até 40% dessas demandas. O gráfico a seguir mostra as quantias resultantes dos movimentos de exportação e importação das duas áreas.

Gráfico 1: Exportação e Importação na Capitania da Paraíba (1798-1805)



Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

Não diminuindo a influência da economia litorânea para as receitas da Paraíba, queremos destacar a atuação do sertão para o aumento daquelas. Menezes (2005) constata, já para 1732, a importância do imposto do subsídio da carne para o incremento

da receita paraibana. Apesar de o fornecimento da carne ser uma atividade de abastecimento interno, chamamos a atenção para esse espaço, que a partir do século XVIII começa a florescer economicamente. Isto pode ser verificado nas ligações mantidas pelas vilas do sertão com as Capitânicas de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e a própria Paraíba. A documentação permite evidenciar um afluxo de manufaturas e mercadorias variadas vindas pelos portos dessas capitânicas⁸⁹. Se produtos como tecidos finos, chapéus, louças, etc., afluíam para aí, é porque havia um mercado consumidor para os mesmos. Conseqüentemente, as atividades econômicas sertanejas deveriam gerar condições para comercializar e consumir esses tipos de bens.

Caio Prado Jr. concebe a estrutura mercantil da colônia brasileira em dois níveis: o externo e o interno. O comércio externo, segundo o autor, revela a marca do sentido da colonização do Brasil. É melhor detalhado e conhecido porque foi mais estudado e possui-se um volume maior de documentação. Já o comércio interno é bastante reduzido e subordinado àquele. Restringia-se somente ao abastecimento dos núcleos de povoamento e à circulação das produções encaminhadas para os portos e a distribuição das mercadorias importadas para as diversas áreas. No primeiro ganha destaque a pecuária, cujas rotas compõem redes que ligam as povoações, promovendo a integração territorial. Já o segundo é mais substancial, contudo é visto apenas como uma derivação da realização do comércio de grande porte.⁹⁰

89 Para um detalhamento dos gêneros importados e exportados pelas paróquias da Paraíba e os portos por onde afluíam, ver anexo II.

90 PRADO Jr., 2004, pp. 228-236. São incoerentes os estudos que não admitem a percepção do comércio interno em Caio Prado. Ele existe, mas é subsidiário ao mercado externo e está comprometido com o funcionamento da estrutura monocultura-latifundiária-escravista.

Nos referidos mapas, podemos encontrar as duas fases do comércio interno apontadas por Caio Prado. Neles estão presentes os gêneros de abastecimento, destinados a prover as paróquias da Capitania, as produções remetidas à exportação, e as mercadorias importadas. Diante disso, pode-se inferir que os caminhos percorridos pelos produtos somente torna-se possível mediante a presença de comerciantes, atravessadores, produtores de alimentos e consumidores dos artigos reinóis. Parece ser uma constatação simples, mas torna-se absolutamente necessária para demonstrar que o comércio interno e seus agentes são visíveis. Negar-lhes a existência é anular a capacidade produtiva da Paraíba.

Em uma memória sobre a Capitania, já referida no capítulo 2, Fernando Delgado, ao retratar acerca das utilidades e melhoramentos de que dispõe, já reverencia o comércio interno e externo existente na mesma. Retirando-se as dificuldades encontradas em realizá-los (subordinação à Pernambuco, proibição da salgação das carnes e peixes e do comércio direto com a metrópole), a Paraíba teria condições mais adequadas a cumprir seu dever colonial, contribuindo mais intensamente para o aumento das rendas reais. Conforme o governador,

A produção do milho, mandioca, feijão e batatas assegura a circulação do comércio interno, e a sustentação dos habitantes, comunicando-se mutuamente os gêneros de primeira necessidade, logo que não sejam interceptados por barreiras fiscais. O algodão, açúcar, folha de tabaco, madeira de toda a qualidade, e courama formam artigos que alimentam a exportação para a Metrópole.

A salgação da carne e das pescarias diminuiria em benefício da Capitania o tráfico da carne salgada e do bacalhau dos Estados Unidos da América setentrional e da Irlanda. Os rios navegáveis entreteriam o comércio

constante e fácil no interior que fielmente dirigido é o meio capaz de povoar o País, e domesticar as Nações Indianas que o avizinham. A multidão e proximidade dos portos oferecem outros tantos canais, por onde exportaria para a Europa o supérfluo das produções brutas em troco das manufaturadas, derramando sobre a Capitania a variedade e multiplicidade das plantações as comodidades da vida e a civilização inseparável de um comércio abundante e regular⁹¹.

O comércio interno da Parahyba do Norte é, portanto, inegável. Tanto os mapas de exportação e importação quanto o próprio Fernando Delgado atestam a sua existência e importância para o sustento da Capitania. Se a realização do comércio intracolônial e nos limites do território paraibano é incontestável, resta saber quem eram os sujeitos promotores dessa circulação mercantil. Em passagem célebre e assaz reiterada, Fernando Delgado revela que “os negociantes por quem corre o trato da Capitania são poucos e pobres, meros feitores dos comerciantes de Pernambuco”⁹². A subordinação dos comerciantes aos de Pernambuco deve-se à própria sujeição política da Paraíba, além das poucas oportunidades de estabelecimento e crescimento nessa capitania, em decorrência da difícil situação econômica vivida. Um fator pode ainda ser acrescido: a falta de empregos civis e militares para agricultores e negociantes que conseguiram amealhar elevado cabedal, os quais se mudavam levando consigo os proventos que poderiam ser aplicados no local de origem⁹³.

De fato, um documento de 1806, contendo uma relação dos senhores de engenho e dos comerciantes existentes na Paraíba⁹⁴, informa-nos que é nos cargos administrativos e militares que se

91 AHU_ACL_CU_014, C. 34, D. 2471.

92 PINTO, 1977, p. 207.

93 Idem, *ibidem*, p. 210.

94 AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3345.

encontram a maioria dos comerciantes da capitania. Ele arrola 18 comerciantes, sendo 4 residentes no litoral e 14 no sertão. Menciona ainda a participação, nesse ramo, de índios moradores no litoral. A presença da maioria dos negociantes no sertão revela a importância da atividade mercantil nesse espaço, vinculada sobretudo à pecuária já que grande parte deles possuía fazendas de gado. Tentar rastreá-los poderia fornecer-nos mais informações sobre esses homens de negócio, suas vinculações com os comerciantes de Pernambuco e até mesmo as possibilidades de ascensão social, através de mecanismos como a constituição de laços de parentesco entre si e com a nobreza da terra⁹⁵.

Os mapas de ocupações dos habitantes da Paraíba, trabalhado mais detidamente no capítulo 4, traz dados quantitativos dos negociantes existentes na capitania (ver anexo III). Verifica-se que a maioria deles está alojada nas paróquias e vilas do sertão - mesma lógica encontrada no documento anteriormente citado. Já os negociantes do litoral concentram-se na paróquia de Mamanguape e na Cidade da Paraíba. Esta possuía uma estrutura mais adequada ao desenvolvimento do comércio pelo fato de ser a área mais urbanizada e ativa da Capitania, com portos, alfândega e ancoradouros. Mamanguape, por sua vez, possuidor de um rio de igual nome, apresentava-se como um bom escoadouro das produções da Capitania. As demais vilas do litoral, com exceção da Baía de São Miguel no ano de 1798, não são contempladas com negociantes. Talvez os homens de negócio de Mamanguape e da Cidade da Paraíba atuassem nas outras vilas, justificando assim a falta de residentes dessa categoria nas mesmas. No caso de Pilar, não há menção a negociantes. Todavia, a relação de negociantes antes mencionada chega a citar o nome de Luiz da Veiga Pessoa, capitão-mor desse distrito, como sendo um deles,

95 Alguns desses comerciantes estiveram envolvidos no Movimento de 1817.

embora ache-se em decadência. É de se estranhar a ausência de negociantes fixos em Pilar, uma vez que o comércio nessa vila não era irrisório. Os mapas de exportação e importação revelam que Pilar destacava-se pela produção de couros e algodão. Já antes, em 1774, o governador de Pernambuco, José César de Menezes, ao referir-se a ela, fala que “seu comércio é de louça, algodão e mais gêneros que produz a excelente várzea em que está situada⁹⁶”.

Diante do exposto, fica claro que a idéia predominante na historiografia de esterilidade do comércio da Paraíba no fim do século XVIII explica-se por dois fatores: 1) a incorporação do discurso oficial dos coetâneos e 2) a contemplação dos grandes circuitos comerciais pelos historiadores, descurando do pequeno comércio, realizado internamente. É esse pequenocomércio que permitiu a manutenção econômica da Paraíba em tempos críticos. Acreditamos que a representação negativa da situação da Parahyba do Norte, presente nos requerimentos do governador e Senado da Câmara, deve-se, em parte, a uma visão extremada, veiculada como meio de obtenção de aspirações específicas, em especial o fim da subordinação. Ademais, não se deve esquecer que as dificuldades econômicas, inclusive no setor de abastecimento, foi fator constante na colônia, provocadas tanto por condicionantes exógenos quanto por calamidades naturais. Fica demonstrada também a existência de outras rotas comerciais além da que ligava a capitania à Pernambuco. Comunicando-se com as capitanias vizinhas, a Paraíba fomentava um circuito múltiplo de redes de abastecimento e escoamento de suas produções⁹⁷.

96 “Idéia da população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano 1774 em que tomou posse do governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitão general José César de Menezes”.

97 Verifica-se na colônia a existência de uma hierarquia portuária. Bahia, Recife, São Luís, Belém e Rio de Janeiro eram as portas principais de saída de produtos

4 ENTRE BRANCOS, ÍNDIOS, PRETOS E MULATOS: POPULAÇÃO E ENFERMIDADES NA CAPITANIA DA PARAÍBA NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XIX

Todo estudo que envolve recuos cronológicos acentuados apresenta, na maioria das vezes, óbices de difícil superação, seja pela falta de registros, pela não compreensão completa destes ou ainda por sua fragmentação. É o ônus daqueles que se aventuram a “fazer ciência”.

Em alguns campos e periodizações do conhecimento histórico há mais percalços a serem vencidos do que em outros. O período colonial brasileiro é, por exemplo, um deles. Coligir documentação referente a determinado objeto pode tornar-se tarefa árdua. Rastrear homens livres pobres, escravos e indígenas, recompor modos de vida, observar estratégias de resistência é, verdadeiramente, fazer uso de paradigmas indiciários⁹⁸. Trilhando essa senda, o tema central deste capítulo aborda a população da Capitania da Paraíba.

O trabalho com população colonial exige desvelo e paciência. Fontes fragmentadas e mal conservadas tornam-se cotidiano do historiador afeito pela demografia. Além dos entraves empíricos há também os de ordem teórica. Por se tratar de um campo

e recebimento de manufaturas. Funcionavam como gerenciadores do comércio colonial. A esses portos ligavam-se outros, responsáveis pela redistribuição das mercadorias. O porto da Paraíba situa-se, nessa hierarquia, como um porto subordinado. A proibição de comércio direto com o Reino diminuía-lhe a atividade e conseqüentemente a arrecadação. Acresce-se ainda a preferência dos produtores em vender seus gêneros em Pernambuco por causa do melhor preço que aí encontravam, bem como para fugir dos impostos alfandegários.

98 Ginzburg (1999) entende o paradigma indiciário como sendo a epistemologia da pesquisa guiada pelo saber venatório, o qual consiste na utilização de pistas - traços considerados negligenciados - na compreensão de contextos complexos e inacessíveis diretamente. Para Ginzburg, a sensibilidade exercida nesse tipo de metodologia não contraria o racionalismo, como assim defendia o positivismo.

cujas bases foram lançadas na Europa, especialmente na França, torna-se necessário proceder a uma adaptação dos métodos usados para a “anatomia” brasileira. Outras problemáticas ainda assenhoreiam os debates científicos, gerando imbróglios nos quais a consensualidade ainda não se apresentou. Um deles deriva do próprio entendimento da ciência da população.

Demografia Histórica ou História Demográfica? O embate entre as duas terminologias gerou amplas discussões na comunidade científica, seja de historiadores ou demógrafos, e ainda levanta muitas questões no universo acadêmico dos estudos sobre população. Para alguns, a distinção é necessária ao ajudar a delimitar o raio de ação e a definir os métodos de cada uma das áreas. No entanto, outros estudiosos são partidários da ineficiência da separação entre os campos. Os defensores argumentam que a Demografia Histórica trata da aplicação de métodos e técnicas da demografia às populações do passado e que a História Demográfica (ou História da População) refere-se à abordagem do quesito população em qualquer contexto histórico. Segundo Nazareth,

a Demografia Histórica define-se, sobretudo, a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado. A História da População limita-se à utilização dos dados demográficos para explicar o passado numa perspectiva de dinâmica social⁹⁹.

4.1 A POPULAÇÃO PARAIBENCE NO LIMIAR DO OITOCENTOS

No primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado aborda a temática do povoamento

99 NAZARETH, 2004 *apud* BACELLAR; SCOTT ; BASSANEZI, 2005, p. 340.

da colônia brasileira. Argüindo sobre a fragilidade dos índices populacionais, ele expõe, logo na abertura do mesmo, o seguinte:

As estatísticas demográficas que possuímos da colônia são extremamente escassas. Não havia coleta regular e sistemática de dados, e faziam-se levantamentos apenas para dois fins específicos e restritos: um eclesiástico, outro militar. [...] Parece que só muito tarde, já pelos últimos anos do século XVIII, a metrópole cogitou da organização de estatísticas gerais e sistemáticas. Tiveram tal objetivo, segundo as aparências, as instruções dadas em 1797 ao governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, cujo texto possuímos, e que teriam sido o padrão de uma circular sobre o assunto, enviada na mesma ocasião a todos os governadores da colônia. Solicita aí o governo central dados estatísticos de natureza vária e que deveriam ser coligidos anualmente: movimento demográfico (nascimentos, casamentos, óbitos), ocupações, comércio, preços.¹⁰⁰

O autor está correto ao falar da baixa incidência de informações demográficas sistematizadas para o período colonial brasileiro como um todo. Esse quadro só começa a mudar por volta de 1750. O século XVIII possui certa vantagem com relação aos precedentes devido à existência de alguns recenseamentos realizados na área das Capitanias do Norte¹⁰¹. Por não apresentarem um padrão homogêneo, é difícil traçar uma evolução da população a partir dos seus componentes. Quando um deles aparece em determinado ano, somem no seguinte, ressurgindo no subsequente. Se atualmente uma ideia exata da

100 PRADO Jr., 2004, p. 35.

101 Para uma idéia da população das Capitanias de Pernambuco e suas anexas com base nos recenseamentos realizados no século XVIII, ver SMITH, op. cit.

população não pode ser garantida, muito menos se deve esperar precisão dos homens coloniais. Contudo, isto não invalida os dados por eles fornecidos.

Dentre os levantamentos realizados durante o século XVIII, os que se iniciam em 1797, prolongando-se até 1830, são os que apresentam mais detalhes, sendo, por isso, os mais completos. A partir daí se “introduz aperfeiçoamentos no processo de recenseamento das populações no Brasil. O recenseamento passa a incorporar um conjunto de informações econômico-mercantis e maior abrangência das informações populacionais”¹⁰². Segundo Smith (2002), amparado na divisão (fase proto-estatística) proposta por Marcílio¹⁰³, a etapa 1797-1830 se inicia com a ordem régia de D. Maria I, datada de 21 de outubro de 1797¹⁰⁴. A partir dela, o Conselho Ultramarino emite um dispositivo dirigido aos capitães-mores do Brasil expressando:

Desejando Sua Majestade que a esta corte cheguem anualmente noções muito exatas, e individuais de cada uma das capitanias do Brasil, foi servida ordenar que se preparassem os mappas que acompanham esta carta, e que os remetesse a VMCE, afim de que se principie um trabalho, por meio do qual se possa chegar ao conhecimento: 1) dos habitantes que existem na Capitania; 2) das ocupações dos mesmos habitantes; 3) dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4) da importação; 5) da exportação; 6) das produções da Capitania, consumo e exportação das

102 SMITH, op. cit., p.2

103 MARCÍLIO, 1977, pp. 63-75. A *fase proto-estatística* começa na década de 1760, momento em que os registros da população são mais abundantes e contínuos. Antes dela vem a *fase pré-estatística*, marcada pela escassez estatística e depois, a *fase estatística*, iniciada com o primeiro recenseamento nacional do Brasil, em 1872 e com a criação do Registro Civil de nascimentos, casamentos e óbitos, em 1890. MARCÍLIO, 1999, pp. 311-2.

104 SMITH, op. cit., p. 2.

mesmas produções; 7) dos preços correntes dos gêneros; 8) do número dos navios que entram e saem. A estes 8 mappas se ajunta uma instrução para o modo de os formar, a qual com os referidos mappas Vmce comunicará a pessoa incumbida d'este trabalho.¹⁰⁵

Pode-se inferir que Fernando Delgado, como capitão-mor nomeado em 1797, recebeu exatamente estas instruções, uma vez que esse conjunto de informações foi por ele recolhido nos moldes que acima se apresentam e por estar compatível com a notícia veiculada por Caio Prado, anteriormente citada.

O século XVIII já apresenta uma colônia mais densamente povoada, apesar de os grupos humanos ainda concentrarem-se na faixa litorânea¹⁰⁶. O interior do Brasil havia sido conquistado em larga escala e importantes núcleos populacionais se formaram nessa área. Minas Gerais, por exemplo, respondia por quase 20% dos habitantes da colônia, com 407.004 pessoas em 1805. A partir de 1700 cresceram as ondas migratórias trans-oceânicas e intracoloniais. Apesar disto, até 1820, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro continuaram a ser os núcleos demográficos da colônia, abrigoando metade da população aproximadamente¹⁰⁷.

Em um levantamento demográfico da Capitania de Pernambuco e suas anexas, realizado no ano de 1774 pelo governador e capitão general de Pernambuco José Cezar de Menezes¹⁰⁸, a Capitania da Paraíba constava de 30305 pessoas de desobriga, distribuídas conforme mostra a tabela a seguir:

105 MARCÍLIO, A.H.U.- Mato Grosso, maço 24. In: MARCÍLIO, 1979, p. 70 *apud* SMITH, op. cit., pp. 2-3.

106 RUSSEL-WOOD (1998, p. 227), apoiando-se em ALDEN (1999) informa que provavelmente cerca de 70% da população da colônia encontrava-se na área costeira ou próximo a ela no fim do período colonial.

107 Idem, *ibidem*, p. 227.

108 "Idéia da população da Capitania de Pernambuco e suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura. Número dos engenhos. Contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774

Tabela 2: População da Capitania da Paraíba segundo o rol da desobriga do ano de 1774

LOCALIDADE	PESSOAS DE DESOBRIGA
Freguesia de N ^a S ^a das Neves da Capitania da Paraíba	10050
Freguesia de N ^a S ^a dos Anjos do Taipú	3700
Freguesia de N ^a S ^a do Pilar	965
Freguesia de N ^a S ^a da Conceição de Campina Grande	1490
Freguesia de N ^a S ^a dos Milagres do Cariri de Fora	1799
Freguesia de N ^a S ^a da Conceição da Vila do Conde	744
Freguesia de N ^a S ^a da Assunção da Vila de Alhandra	1009
Freguesia de São Miguel da Vila da Traição	628
Freguesia de S. Pedro e S. Paulo da Vila de Monte Mor	4498
Freguesia do Bom Sucesso da Vila do Pombal	5422
TOTAL	30305

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados em *Ideia da População*.

Verifica-se que, excetuando a Cidade da Paraíba do Norte (mais populosa), a população do litoral e interior da Capitania encontra-se em equilíbrio, com 10579 pessoas no primeiro espaço e 9676 no segundo¹⁰⁹. Aí se observa também uma concentração dos habitantes em determinadas vilas, como acontece com Pombal, que reúne mais de cinco mil pessoas. Certamente esses valores não correspondem à totalidade da população da Paraíba, visto que se trata das pessoas registradas no rol da desobriga¹¹⁰.

em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o governador e capitão general José César de Menezes”.

109 Litoral compreende as seguintes freguesias: N^a S^a das Neves, Taipú, Conde, Alhandra, São Miguel e Monte Mor. O sertão corresponde às demais. Essa divisão continua a obedecer ao critério da produção econômica. Cf. nota 10, capítulo 1

110 A desobriga refere-se ao registro eclesiástico das pessoas que obedeciam ao preceito da confissão e comunhão. Todos aqueles maiores de 12 anos deveriam confessar-se obrigatoriamente ao menos uma vez ao ano, o que geralmente ocorria no período da Quaresma. Aqueles que cumpriam esse dever religioso eram registrados no rol da desobriga e os que o não faziam estavam sujeitos a punições e devassas. LONDONO, 1999, pp. 129-31.

Passados mais de vinte anos, os mapas de habitantes da capitania mostram que a população comporta-se da seguinte maneira:

Tabela 3: População absoluta da Capitania da Paraíba (1798-1805)

ANO	HABITANTES		TOTAL
	Litoral	Sertão	
1798	26770	16508	43278
1799	—	—	50760
1800	28638	29721	58359
1801	31156	23870	55026
1802	32089	29501	61590
1804	16969	21493	38462
1805	22744	27226	49970

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

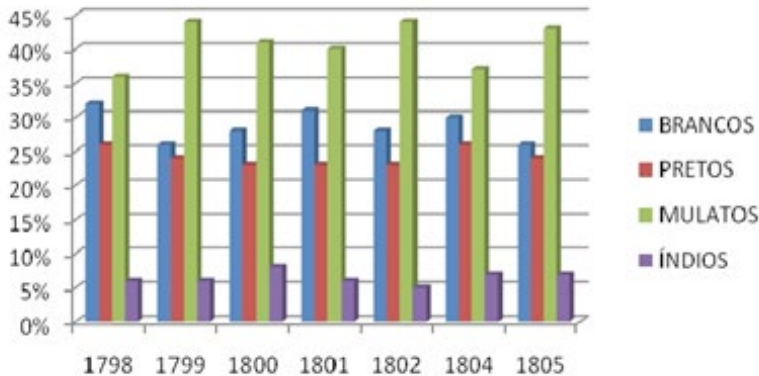
A diferença do ano de 1798 com relação aos demais explica-se pelo fato de algumas vilas terem sido criadas posteriormente a esta data, sendo arroladas apenas nos anos seguintes. Quando comparamos litoral e sertão, percebe-se que de 1798 até 1805, com exceção de 1799, o comportamento encontrado para 1774 persiste, isto é, a população encontra-se relativamente equilibrada nos dois espaços, só que agora melhor distribuída do que naquele ano por causa do surgimento de novas unidades administrativas¹¹¹. No entanto, ao passo que tomadas em sua dimensão territorial,

111 Uma das prerrogativas para que uma freguesia fosse alçada à condição de vila era o aumento populacional. Em tese, apenas as freguesias com mais de 4 mil fogos (residências) tornavam-se vilas e passavam a possuir um Conselho Municipal. NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 52.

verifica-se que a população do sertão encontra-se diluída num amplo espaço, enquanto que a do litoral concentra-se numa curta faixa de terra. Isto é justificado pelo fato de o litoral ser o espaço inicial de ocupação da Capitania, enquanto que as fronteiras do sertão só foram “abertas” a partir da segunda metade do século XVII. Não obstante o retardamento do povoamento dessa área, sua ocupação foi relativamente rápida ao longo do século XVIII. Se para o ano de 1798 o sertão aparece como responsável por 38% do total de habitantes da Capitania, vemos, de maneira mais consistente, o salto nos números para o ano de 1800, com 51% e seguintes: 1801, 43%; 1802, 48%; 1804, 56% e 1805, 54%.

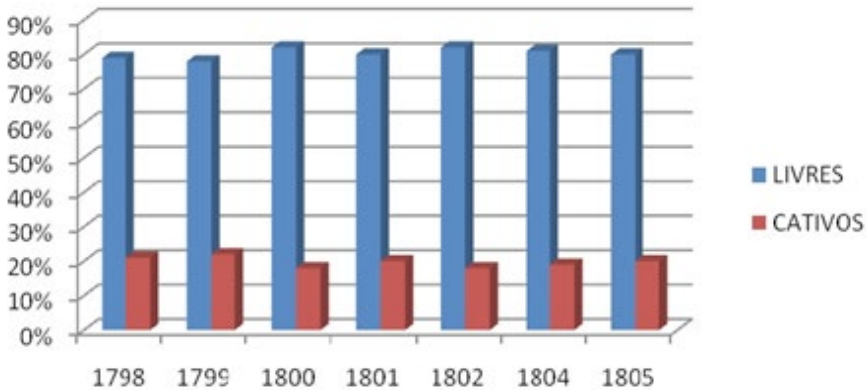
A tabela 3 explicita a população absoluta da capitania da Paraíba, mas resta saber como ela decompunha-se segundo a cor/etnia e a condição jurídica dos grupos sociais. Para tentar responder esta questão convocamos os gráficos 2 e 3.

Gráfico 2: População da Capitania da Paraíba segundo a cor (1798-1805)



Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319

Gráfico 3: População da Capitania da Paraíba segundo a condição jurídica (1798-1805)



Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

A partir desses gráficos é possível chegar às seguintes conclusões:

- A população da Paraíba entre os anos indicados é caracterizada pela predominância dos habitantes de cor¹¹², sobremaneira os mulatos. Juntos, mulatos e pretos, correspondem a quase 70% da população absoluta. Os brancos ocupam o segundo lugar, não ultrapassando os 32% da população e os índios alcançam até a margem dos 8% do total de habitantes.
- Observando apenas o conjunto da população de cor da Capitania da Paraíba, percebe-se que os pretos (livres e cativos) variam de 37% a 42% e os mulatos (livres

112 A população de cor refere-se aos pretos e mulatos.

e cativos) estão entre 58% e 67%. Dessa maneira, os mulatos representam mais da metade dos habitantes de cor nos anos assinalados.

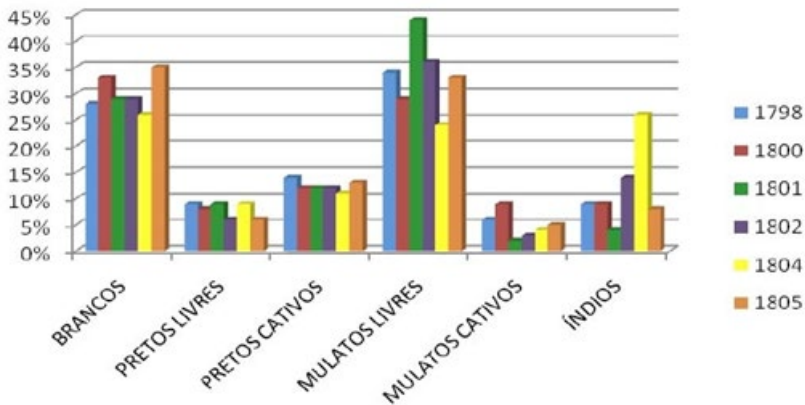
- Quando leva-se em conta a condição jurídica¹¹³, a discrepância entre livres e cativos é abissal. A parcela livre chega a atingir 82% no ano 1801, enquanto os cativos não ultrapassam os 22%. No grupo dos cativos, composto por pretos e mulatos, a relação entre ambos obedece a seguinte equação: Pretos Cativos ³ 3 X (Mulatos Cativos). Já entre os livres, os mulatos são a maioria, seguidos pelos brancos, pretos e índios.
- Os mulatos livres continuam a liderar o ranking dos mais numerosos também entre a população de cor, correspondendo a um percentual superior a 50%. Analisando ainda a população de cor sob o crivo da condição jurídica, tem-se que o segundo grupo mais numeroso é o dos pretos cativos, seguidos pelos pretos livres e, finalmente, os mulatos cativos. Essa equivalência (mulatos livres > pretos cativos > pretos livres > mulatos cativos) também é obedecida quando calcula-se a porcentagem dessas categorias no espaço amostral da população absoluta da Capitania.

Como ficou constatado, a população da Capitania da Paraíba é, em considerável proporção, composta por

113 Consideramos como livres os brancos, pretos e mulatos livres e os índios. Não há indicação no mapa se os pretos e mulatos livres possuem essa condição por nascimento ou alforria. Acreditamos que os índios contabilizados correspondem aos aldeados, pois seu elevado número ao longo da história da Capitania da Paraíba não poderia ter diminuído drasticamente, apesar dos extermínios sucessivos. Ademais, a transformação das maiores aldeias de índios em vilas e cidades, realizada durante o período pombalino, promoveu a miscigenação desse grupo, diluindo-o no interior da população.

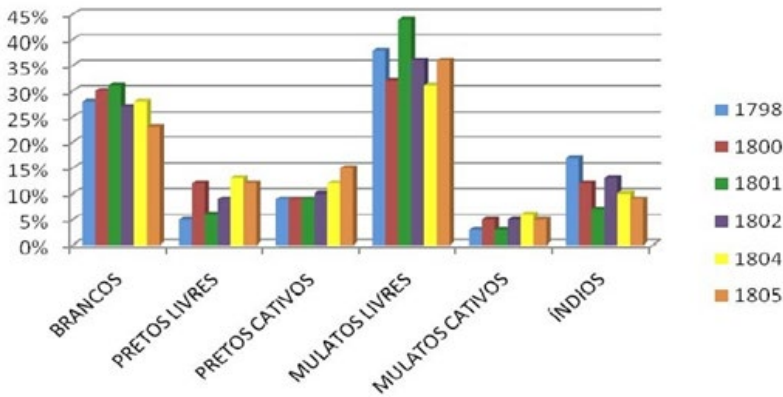
habitantes de cor. Apesar de a razão entre mulatos livres e brancos igualar-se ou aproximar-se bastante em alguns anos, os primeiros são mais favorecidos numericamente. Se basicamente 60% da população é representada por brancos e mulatos livres, então isso nos leva a pensar que o índice de natalidade dessas duas categorias deve ser compatível com sua proporção numérica. Para verificar essa possibilidade e o movimento da população, apresentamos os gráficos 4, 5 e 6, referentes às taxas de nascimentos, morte e casamentos dos habitantes da Paraíba.

Gráfico 4: Nascimentos na Capitania da Paraíba (1798-1805)



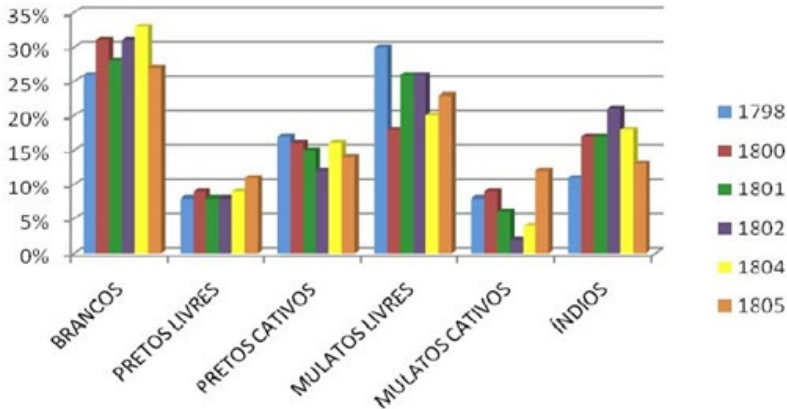
Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

Gráfico 5: Casamentos na Capitania da Paraíba (1798 - 1805)



Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

Gráfico 6: Mortes na Capitania da Paraíba (1798-1805)



Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

Verifica-se que há um certo equilíbrio entre os gráficos com relação aos percentuais de nascimentos, casamentos e mortes das categorias populacionais nos anos expostos. A colocação anterior, da alta representatividade dos brancos e mulatos livres ser acompanhada de valores equivalentes nas modalidades de casamentos, nascimentos e mortes, encontra fundamentação. Os mulatos livres continuam a ser o grupo com o maior taxa de casamentos e concorre com os brancos pela primazia dos nascimentos e mortes, alternando com eles a primeira colocação. Entretanto, algumas mudanças podem ser sentidas. Se os índios representavam uma categoria pouco significativa numericamente no conjunto populacional, como apresenta o gráfico 2, esse comportamento muda nos gráficos de casamentos e mortes, nos quais eles chegam, guardando-se as proporções de desnivelamentos entre os grupos e de um ano para outro, a equiparar-se aos pretos livres e cativos no primeiro caso, e apenas aos pretos cativos, no segundo. Os mulatos cativos continuam a ser o grupo menos volumoso.

O elevado valor das taxas de mulatos nos mapas utilizados demonstra a força da miscigenação. Apesar de não estar explicitado quem compõe a categoria dos mulatos, acreditamos que nela estejam incluídos os cruzamentos entre brancos e pretos, brancos e índios, pretos e índios e os cruzamentos secundários derivados desses. Endossando essa consideração, Marcílio (1999, p. 333) informa que “a população mestiça era classificada nos registros coloniais de recenseamentos como ‘mulato’ ou ‘pardo’. Os mestiços de índio com branco ou de índio com negro eram às vezes incluídos entre os ‘brancos’, outras vezes entre os ‘mulatos’ e ocasionalmente entre os ‘negros’”. Dessa maneira, acreditamos que a miscigenação com os índios engrossaram as fileiras dos mulatos livres, às vezes classificados como pardos nos mapas.

4.2 ESCRAVOS NO SERTÃO DA PARAÍBA: CONSIDERAÇÕES INDICIÁRIAS

Quando realizou uma viagem pelos sertões do Rio Grande do Norte, no ano de 1934, Luís da Câmara Cascudo diagnosticou a falta da contribuição negra na coloração da população desse espaço. Com certo ar de espanto, ele diz:

Uma surpresa no sertão é o quase desaparecimento do Negro. Raros os negros-fulos e ainda mais o re-tinto. Este, não o vi nos 1307 quilômetros viajados. Assimilado nos cruzamentos, o Negro não viverá dois decênios em massa que mereça saliência. Regiões inteiras corremos sem um herdeiro dos velhos trabalhadores escravos. A lenda da “mestiçagem nordestina” está pedindo uma verificação para desmentido Completo.¹¹⁴

Analisando as causas para a insignificante reminiscência negra no sertão norte-rio-grandense, Cascudo atesta que a presença do componente escravo na Capitania do Rio Grande do Norte foi pequena e esteve concentrada na área açucareira, atividade pouco expressiva nessa capitania. O autor chega a afirmar que as atividades produtivas agregadoras de braços escravos (a açucareira e a algodoeira) não representaram os esteios econômicos da capitania.

Continuando, coloca que,

A explicação maior da ausência de negros nas terras sertanejas, ausência ou carência, é o fato de o sertão manter a tradição da gadaria, a criação dos currais de gado, origem de sua força, destreza e agilidade. A fazenda foi sempre fixadora de povoação e muitas ci-

114 CASCUDO, 1975, p. 20.

dades nossas surgiram dos antigos “limpos” onde estadeava a casa grande do fazendeiro. Currais Novos, Caicó, Luiz Gomes, Angicos, Lages, Acari foram fazendas-de-criar. É o maior contingente para o povoamento do “hinterland” potiguar. O negro não era tão preciso num cavalo quanto era dentro dum canavial ou apanhando a baga de café nas terras roxas.

Câmara Cascudo oferece-nos dois elementos importantes para a discussão a ser tecida nesse tópico: a falta do elemento negro no sertão e a relação do trabalho escravo na pecuária. Vejamos como isto se processou na Capitania da Paraíba.

Qualquer observador comum pode constatar, ao viajar pelo interior da Paraíba nos dias atuais, a presença rarefeita do negro. Notação diferente se a compararmos com a Bahia. Ao contrário da explicação dada por Câmara Cascudo para o Rio Grande do Norte, se o traço negro no sertão da Paraíba hoje parece ser quase invisível não se deveu à carência da mão-de-obra escrava na produção da Capitania.

Por muitas décadas veiculou-se na historiografia brasileira, e por extensão na paraibana, a fraca participação do escravo no sertão, principalmente na pecuária. Uma variada bibliografia minorou a presença do braço escravo na economia sertaneja, isto quando não contribuiu também para negá-la. Citando alguns deles têm-se: Nelson Werneck Sodré (1976), Capistrano de Abreu (2000), Manuel Diégues Jr (1960), Clóvis de Moura (1972), Irineu Jôffily (1977), José Américo de Almeida (1978) e Horácio de Almeida (1980).

Às vezes reconhecendo a presença do cativo nas relações de produção da área sertaneja, como é o caso de Diégues Jr. e Moura¹¹⁵, prevaleceu por muito tempo a visão de seu absentismo.

115 Moura (1972) admite a presença escrava negra na área sertaneja, embora a veja de maneira reduzida uma vez que a pecuária prescindia de muitos trabalhadores. Já Diégues Jr (1960) afirma que os escravos negros adentram o sertão, mas

Os adeptos dessa concepção apontam a incompatibilidade entre escravidão e pecuária, argumentando ser difícil a vigilância sobre os escravos numa atividade de caráter extensivo. Igualmente, afirmam que a criação de gado não necessitava de mão-de-obra numerosa, sendo possível, assim, prescindir do *instrumentum vocale*, prática inviável na área açucareira.

A onda renovadora da historiografia da escravidão na década de 1970 desfez muitos equívocos presentes em célebres estudos sobre essa temática¹¹⁶. Um deles refere-se justamente à percepção do cativo no sertão. Mais do que isto, à captação da sua participação na área criatória. Já em 1978, Jacob Gorender analisa esta questão e, utilizando fontes primárias¹¹⁷, desfaz alguns desses equívocos. Afirma não somente a atuação do escravo na pecuária,

não participam, em sua maioria, das atividades produtivas, pois atuam como desestabilizadores da economia. “Não é no trabalho que se irá encontrar de forma fundamental o negro no sertão, especialmente na Bahia, Alagoas e Sergipe. O negro ali aparece como perturbador da economia, como fugitivo, como quilombola” (Ibidem, p. 222)

116 Não apenas a temática da escravidão, mas a historiografia do período colonial como um todo sofreu mudanças positivas nessa década. A criação de programas de pós-graduação e a influência da escola francesa nas pesquisas resultaram na verticalização do conhecimento da América Portuguesa. Novos atores (índios, escravos, homens livres pobres, mulheres, crianças) passaram a contemplados com outros enfoques que valorizavam suas experiências individuais e coletivas. Tratando-se especificamente dos escravos, pode ser observado um salto qualitativo nos estudos de demografia histórica (família) e na compreensão do significado e das formas de resistências. O universo cotidiano, das relações pessoais e do senhor com o escravo também foram merecedoras de atenção. Isto contribuiu e contribui ainda para a ampliação do entendimento da pluralidade das relações sociais na colônia. Um quadro geral dessas mudanças é encontrado em LARA, 2005, pp. 21-38.

117 Algumas das fontes primárias usadas por Gorender são: 1) testamento de Domingos Afonso Manfrense (antigo foreiro dos Garcia d’Ávila), 2) Relatório do padre Miguel Couto, datado de 1697, 3) o “Roteiro do Maranhão a Goiás passando pela capitania do Piauí”, de autoria anônima, 4) relato de 1819 do Major Francisco de Paula Ribeiro e 5) “Viagens às Nascentes” de Saint-Hilaire. Para mais detalhes, conferir GORENDER, 1978, pp.411- 26.

como diz inexistir motivos técnicos que incompatibilizassem a pecuária à escravidão¹¹⁸. Atesta também a coexistência de escravos com trabalhadores livres. Num excerto do Roteiro do Maranhão reproduzido abaixo, este aspecto fica evidente.

Em cada uma fazendas destas, não se ocupam mais de dez ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços e pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco¹¹⁹ e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do Rio São Francisco.

Gorender comenta que o autor do Roteiro chega a mencionar que os gados eram vendidos com a finalidade de se ter acesso a manufaturas, gêneros metropolitanos e escravos africanos, utilizados na agricultura de subsistência e no criatório¹²⁰. Em outras passagens do capítulo, Gorender ratifica a existência do componente escravo no sertão, inclusive como feitores, administradores de fazendas de gado, vaqueiros e seus auxiliares (os fábricas). André João Antonil, jesuíta italiano, na obra *Cultura e Opulência do Brasil*, ao relatar sobre a condução das boiadas que chegavam à Bahia, descreve que quem as levava eram brancos, mulatos, pretos e índios¹²¹.

Em 1979, Luiz Mott também contribuiu para desfazer a imagem do absentéismo escravo e negro no sertão. Trabalhando com a demografia das fazendas de gado do Piauí no ano de 1762, Mott demonstrou empiricamente que as mesmas eram compostas por brancos, índios negros livres, mamelucos, mulatos livres,

118 Idem, ibidem, p. 416.

119 “Roteiro do Maranhão a Goiás passando pela capitania do Piauí” *apud* GORENDER, op. cit., pp. 416-7.

120 GORENDER, op. cit., p. 417.

121 ANTONIL, 1967, p. 311.

mestiços livres e escravos, cuja representatividade era de 55,1% da população total das fazendas¹²².

Com relação à Capitania da Paraíba essa idéia perpassou os trabalhos de Jôffily, José Américo e Horácio de Almeida. Os dois primeiros são partidários de um determinismo biológico, que vê os negros como inadaptáveis ao trabalho pecuário. Jôffily chega a afirmar que o elemento africano nunca foi preponderante na Paraíba, especialmente no sertão, “onde foi sempre fraco, porque para os trabalhos pastoris era muito mais apropriado o americano”¹²³. Quando este era encontrado, estava associado aos trabalhos domésticos. O segundo caminha na mesma direção afirmando que,

[...] no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com exclusão do negro. As condições do meio, que não permitiam o trabalho agrícola, prescindiam da escravaria. Demais, o indígena é, de seu natural, apto ao pastoreio.¹²⁴

Por sua vez, Horácio de Almeida infere:

O sertão, zona de criação, ocupava poucos braços para o trabalho. Bastava um vaqueiro, auxiliado por alguns agregados, para dar conta de uma fazenda de gado. Por essa razão, diminuta ou quase nenhuma foi a escravatura por aquelas bandas. Acresce notar que a

122 MOTT (1979) *apud* SILVA (1996, pp. 136-8)

123 JÔFFILY, 1977, p. 235. Referindo-se à matrícula dos escravos, realizada pela lei de 28 de setembro de 1871, o autor visualizou uma quantidade significativa de escravos em São João do Cariri e no Piancó. Explicando este aspecto “inusitado”, ele elenca três fatores: a fecundidade do cruzamento entre indígenas e africanos, dos quais os escravos nessas áreas são descendentes, pela ociosidade em que viviam e pela postura de algumas famílias que queriam ostentar opulência através da posse de considerável número de cativos (Ibidem, p. 235).

124 ALMEIDA, 1980, p. 524.

população indígena, já domesticada, passou a ajudar o colono sertanejo nas atividades da criação. Daquela massa saíram os mais afamados vaqueiros, derrubadores de touro nos campos de vegetação agressiva.¹²⁵

No ano de 1979, Diana Galliza oxigenou a historiografia paraibana com a obra *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. Aí a autora contesta a tese de incompatibilidade entre escravidão e pecuária, comprovando, a nível local, a coadunação entre elas. Ao fazer um levantamento documental, reunindo recenseamentos, inventários, mapas de população dentre outros, Galliza mostra que a quantidade de escravos na Paraíba não foi tão ínfima e, no concernente ao sertão, constata a improcedência da argumentação dos teóricos que tenderam a negar ou diminuir a participação do cativo na região. Num quadro apresentado às páginas 83 e 84 do seu livro, contendo dados dos recenseamentos de 1852 e 1872, percebe-se a forte presença de escravos nos municípios de Souza, Campina Grande, Catolé do Rocha e Pombal, comprovando, portanto, a existência dessa categoria nesse espaço. Em caráter conclusivo, ela diz:

Não encontramos subsídios que comprovassem a tese de que o escravo negro não teve desempenho na economia sertaneja e sua presença constituiu, apenas, elemento de magnificência e fausto. Em primeiro lugar, o estilo de vida simples no sertão contraria a asseveração de que o negro no criatório fora, apenas, fator de ostentação. A maioria dos fazendeiros tinha uma vida simples. Os inventários denotam que predominavam as habitações de taipa e de baixo valor pecuniário.¹²⁶

125 ALMEIDA, 1978, p. 64.

126 GALLIZA, 1979, pp. 86-87.

A maioria dos autores exprime o baixo custo de investimento inicial que uma fazenda de gado exigia. Gorender, por exemplo, fala em algumas cabeças de gado (duzentas a trezentas rezes para uma fazenda pequena) e cavalos, sendo a estrutura das residências bastante rudimentares¹²⁷. Quando Galizza questiona a opulência acarretada pela posse de escravos pelos criadores de gado está dialogando com Capistrano de Abreu, proponente de uma imagem diferente da vida sertaneja. Esta seria permeada de conforto e abastança e os negros africanos entravam “não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto”¹²⁸.

Lembremos que Abreu refere-se a negros africanos e não a todos os tipos de escravos. Estes poderiam ser pretos, mulatos ou índios. Como os negros vindos da África eram de valor elevado, podemos pensar que a posse deles qualificava seus donos positivamente, elevando seu status. Possivelmente eles não se envolviam no negócio da pecuária, mas cuidavam dos afazeres domésticos. A documentação trabalhada por Galliza, excetuando os inventários, não fazem qualquer tipologia dos cativos. Assim, não se pode descartar completamente a possibilidade de sobejo que a posse desses escravos trazia, mas devido ao alto custo dos mesmos as escravarias das fazendas deveriam ser constituídas de poucos deles.

127 GORENDER, op. cit., p. 412.

128 ABREU, 2000, p. 156. Convém ressaltar que o melhoramento da vida no sertão apresentado pelo autor ocorreu, como o mesmo aponta, após a dissipação dos perigos que as viagens ao sertão proporcionavam. Quando os temores abrandaram, a fixação, temporária ou definitiva, dos proprietários de terras com suas famílias tenderam a aprimorar a estrutura física das fazendas, as quais apresentavam “casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passar, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos [...]” (Ibidem, p. 156)

Nos mapas de população utilizados na nossa pesquisa os escravos no sertão são visíveis e, até certo ponto, numerosos. A tabela 4 permite visualizar a distribuição dos cativos, seja pretos ou mulatos, no litoral e sertão da Capitania da Paraíba.

Tabela 4: Pretos e mulatos cativos na Capitania da Paraíba de 1798 a 1805, com especificação entre litoral e sertão

Ano	LITORAL		SERTÃO	
	Pretos cativos	Mulatos cativos	Pretos cativos	Mulatos cativos
1798	12%	2%	5%	2%
1800	7%	2%	8%	1%
1801	10%	3%	6%	1%
1802	8%	2%	5%	2%
1804	7%	2%	8%	2%
1805	8%	3%	8%	2%

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

No tópico anterior, o gráfico 3 mostra que os cativos na Paraíba não alcançam os 25% da população total. Todavia, não são por isso desprezíveis. Quando se observa sua distribuição pelas paróquias da Capitania percebe-se que há uma certa proporcionalidade para os anos de 1800, 1804 e 1805 entre litoral e sertão. Por exemplo, a Paróquia da Vila de Sousa apresenta, no ano 1800, 826 pretos cativos e 76 mulatos cativos, numa população que contabilizava 6390 pessoas - valores que superam bastante o de outras paróquias do litoral para o mesmo ano. Como já atestado, os pretos cativos sobrepujam os mulatos cativos nos dois espaços. A tabela 4 permite também eufemizar a idéia de que o litoral sempre esteve hegemonicamente mais servido de escravos

que o interior. Isto pode até ser válido para outras Capitánias, mas pelo menos de 1798 a 1805 não é esta a realidade da Paraíba¹²⁹.

Se a presença de escravos no sertão da Capitania da Paraíba está comprovada, resta saber em qual contexto profissional eles se encontravam. Segundo o levantamento da população escrava de Piancó realizado pela Junta Classificadora no ano de 1876, os escravos dessa localidade exerciam diversos ofícios, sendo os de cozinheira, trabalhador de enxada, costureira, fiandeira, vaqueiro, covoqueiro, rendeira, engomadeira, agricultor e lavadeira os mais recorrentes¹³⁰. A partir desses e de outros dados, Galliza entende que os escravos eram absolutamente indispensáveis à manutenção da fazenda, estando uma importante parcela deles “empregada no preparo da terra, para desenvolver a agricultura, e obras indispensáveis à sustentação da atividade criatória”¹³¹. Diante do exposto por Galliza, dos dados por nós coligidos e da bibliografia consultada parece que poucos escravos estiveram envolvidos na pecuária na Paraíba. Os mapas de população da capitania não nos permitem asserir acerca desse aspecto. A confrontação das informações recolhidas com as leituras feitas consente-nos apenas indiciar alguns traços - realidades concretas ou apenas

129 Quando fazemos uso da divisão litoral-sertão referimo-nos ao conjunto de freguesias que compõe esses dois espaços. Isto não quer dizer que as categorias populacionais analisadas estejam bem distribuídas neles. Ao contrário, verifica-se pontos de concentração de pretos, mulatos, brancos e índios em algumas paróquias, enquanto outras mostram-se quase desprovidas de alguns deles. Vale lembrar que a quantidade das categorias populacionais pode variar abruptamente de um ano para outro na mesma paróquia ou manter-se relativamente constante. Os fatores que levam a desigualdades podem ser desde dificuldades em coletar os dados, calamidades (fome, secas, doenças) que elevam o índice de morte ou até mesmo algum descuido do próprio responsável.

130 Os dados das profissões dos escravos de Piancó em 1876 são apresentados por Galliza (1979, pp. 87-8). Além dos ofícios citados, há também os de ferreiro, carreiro, sapateiro, carpina, criado, mucama, pajem, pedreiro, serviços domésticos e faxineiro.

131 GALLIZA, op. cit., p. 89.

hologramas históricos? -, os quais necessitam de outras pesquisas para serem ratificados ou refutados.

4.3 OCUPAÇÕES DOS HABITANTES DA CAPITANIA DA PARAÍBA

Os mapas de ocupação dos habitantes da capitania mostram as “profissões” dos paraibances (ver anexo III). Fora os serviços militar, burocrático e religioso, a massa da população estava distribuída basicamente entre agricultores, artistas, jornaleiros, negociantes, homens do mar, criadores de gado, escravos (as), vadios e mendigos. Interessante que apesar de o escravo não ser uma ocupação propriamente dita, passível de ser escolhida, e sim uma situação jurídica, ela foi elencada como sendo uma delas. O que também chama a atenção são os valores de vadios e mendigos. Essa classe, considerada como “potencialmente perigosa”, necessitava de constante vigilância. O aumento hiperbólico deles a partir do ano 1802 pode derivar de migrações internas provocadas por secas ou pelo próprio aumento da pobreza. Lembremos que o recrutamento militar valia-se também dos indivíduos do sexo masculino desse grupo. Esta era uma das maneiras que os administradores coloniais utilizavam para manter o controle sobre eles.

O número de agricultores existentes revela que boa parcela da população ocupava-se dessa atividade. No litoral, a agricultura era desenvolvida nos engenhos e em terras impróprias ao cultivo da cana, e no sertão nos riachos, durante o inverno, e nos leitos dos rios (vazantes), no verão¹³². Os mapas não identificam se esses agricultores eram proprietários de pequenos lotes de terra, arrendatários ou moradores nos engenhos. Independente disto,

132 JÔFFILY, 1977, p. 212.

a agricultura foi o principal meio de sobrevivência dos homens livres pobres, sejam eles brancos, pretos, mulatos ou índios.

Outro grupo a ser destacado é o dos artistas (ou artífices). Por realizarem ofícios mecânicos, necessitavam de um nível técnico mais elaborado. Como representantes dos artífices podem-se encontrar tanto homens livres pobres quanto escravos. As pesquisas sobre o Brasil colônia mostram que muitos donos de escravos alugavam aqueles que exerciam ofícios mecânicos¹³³, sob o ônus de receberem uma renda diária ou semanal. Os jornaleiros, por sua vez, ganhavam pela jornada diária. Empregavam-se em diversas funções, como o corte e transporte de madeira, nas colheitas, trabalhando no engenho e realizando construções diversas. Assim como os agricultores, artistas e homens do mar (pescadores), os serviços dos jornaleiros eram executados por homens livres pobres, inclusive índios¹³⁴.

Os criadores de gado espalhavam-se pelo sertão, local onde o criatório desenvolvia-se. Partindo da Vila Nova da Rainha, o número de criadores aumentava à medida que se dirigia a Sousa e Pombal - centros da pecuária paraibana. A pecuária envolvia a criação de gado (vacum, cavalari), ovelhas, cabras, galinhas, além da agricultura, necessária à subsistência dos moradores da fazenda. Apesar de prescindir de mão-de-obra abundante, a especialização das tarefas era necessária. Lidando diretamente com o gado têm-se os vaqueiros e seus auxiliares - os fábricas ou cabras. Além deles "existe uma larga variedade de homens livres que prestam serviços aos currais e fazendas. Havia o passador, condutor das boiadas até as feiras; os tangedores e os guias, homens que asseguravam

133 Para mais informações sobre os negros de ganho ou sobre outras formas de escravidão urbana, ver GORENDER, op. cit., capítulo 22.

134 Nascimento Filho (2005, p. 70) informa que o corte e transporte das madeiras eram realizados por funcionários reais que contratavam índios jornaleiros.

o contato permanente entre o Sertão e as feiras, nas bordas da Zona da Mata”¹³⁵.

Apesar de a documentação por nós trabalhada não permitir identificar o envolvimento direto do escravo na pecuária, as fontes bibliográficas mostradas ao longo do tópico 4.2 identificam a atuação do escravo no criatório, embora de maneira reduzida. Já a população livre, composta por brancos, índios e homens de cor (mulatos e pretos), compõe um quadro profissional diversificado, atuando nas mais diversas atividades. Detalhando-as um pouco mais diz Machado: “A outra gente, forros ou livres, dava-se aos ofícios de ferreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, etc; alguns empregavam-se na cultura da mandioca, fumo e legumes, e outros serviam de auxiliares à indústria pastoril”¹³⁶.

4.4 AS FORMAS DE MORRER NA PARAÍBA DO NORTE

Após examinar as estatísticas da população da Paraíba no consoante ao número de habitantes, suas ocupações e aos índices de nascimentos, casamentos e mortes, passemos agora à inquirição das *causas mortis* dos paraibences, presentes nos mapas das moléstias.

A relação das moléstias obituárias permite conceber o quadro nosográfico da Capitania. Saber as enfermidades que vitimavam seus habitantes é igualmente importante para o estabelecimento do perfil de sua população. Nos estudos demográficos, o conhecimento sobre os fatores interruptores da vida atua na identificação das determinantes econômico- sociais de realidades históricas específicas. Funcionam, pois, como variantes de análise conjunturais de espaços-tempo delimitados.

135 SILVA, 1996, p. 139.

136 MACHADO, 1977, p 489.

Se a curva de mortalidade já indica, através de seus desníveis, ocorrências de situações singulares, como as provocadas por pestes, crise agrícola e intempéries da natureza de uma maneira geral, o conhecimento das enfermidades que acometem os habitantes de determinada localidade permite responder, ao menos parcialmente, a tais desequilíbrios demográficos, além de atestar o estado de saúde dos povos.

As pesquisas relacionadas à investigação da medicina durante o período colonial são relativamente recentes. Os estudos desenvolvidos por Michel Foucault foram grandes incentivadores de trabalhos nesse campo à medida que direcionaram para aí a atenção dos historiadores. No Brasil, as obras dedicadas à averiguação da medicina na colônia e império foram quase todas escritas por médicos. A principal contribuição nesse sentido intitula-se *História Geral da Medicina Brasileira*, cuja autoria cabe à Lycurgo Santos Filho. Publicação da década de 1970, os dois volumes da obra traçam o percurso da medicina desde sua feição colonial até o aprimoramento obtido nas franjas do Império. Na Paraíba, a produção nessa temática coube a Oscar de Oliveira Castro, autor de *Medicina na Paraíba* (1945), também médico de formação. Assim, a história da medicina escrita por historiadores ainda é filha recém-nascida¹³⁷. A despeito da pouca vida, a crescente demanda e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos já demonstram uma seara científica assaz promissora. Não obstante a aspereza da documentação de cunho administrativo utilizada

137 Entre os trabalhos de historiadores destacam-se os seguintes: RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos**. A arte médica no Brasil do século XVIII; MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**. Limites e espaços da cura; CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial; CHALHOUB, Sidney *et alii* (Orgs). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**; MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões**: medicinas e boticários no Brasil setecentista.

nas pesquisas, emergem dela as condições de funcionamento das práticas de cura e dos agentes que a realizavam, seja nos meandros oficiais ou sub-reptícios. Físicos, cirurgiões-barbeiros, boticários, curandeiros, feiticeiros, benzedeadas entre outros, aparecem como protagonistas de conflitos que tinham como pano de fundo as incongruências entre as determinações metropolitanas e a realidade colonial.

A medicina portuguesa, de raízes galênicas e hipocráticas¹³⁸, não vicejou plenamente em solo brasileiro. Na América portuguesa, as terapêuticas européias adquiriram feições próprias, típicas da nova terra e da sociedade singular que aqui se formou. Os relatos dos cronistas e viajantes são bastante representativos quanto à valoração da colônia. As confabulações entre Alviano e Brandônio¹³⁹ em *Diálogos das Grandezas do Brasil* exemplificam bem a exaltação à prodigalidade das plagas ultramarinas, não apenas em termos produtivos, mas também no concernente à salubridade. A passagem a seguir expressa bem esse aspecto:

138 Hipócrates de Cós (460 a. C.) e Galeno de Pérgamo (129 d. C.) são dois dos principais representantes da medicina da Antiguidade clássica. Ambos dedicaram-se ao estudo do poder curativo das plantas e inferiram que as doenças eram geradas pelo desequilíbrio dos quatro humores corporais, quais sejam, o sangue, a bile amarela, a bile negra e a fleuma. As bases fixadas por eles influenciaram os estudos de medicina posteriores, sendo que o “sistema médico-galênico manteve-se pela Idade Média, Renascença, apresentando importantes marcas até o fim do século XIX, observando a tradição de purgar os humores através das plantas, embora também utilizassem animais com fins terapêuticos” MARQUES, op. cit. pp. 40-1.

139 Alviano e Brandônio são os dois personagens da obra *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1977), escrita em 1618 e de autoria atribuída, mas não confirmada, a Ambrósio Fernandes Brandão. Alviano representa um reinol recém chegado à colônia brasileira e Brandônio, um colono estabelecido desde 1583 que fala à quele sobre as qualidades da terra.

Assaz prova é essa do bom céu de que goza este Novo Mundo, pois doença tão contagiosa [bexigas] por outras partes nele se diminuem e abrandam logo. (Alviano)

Assim é que o bom temperamento da terra dá causa a todas essas maravilhas, pelo que, tirando as doenças que tenho relatadas [febres, bicho e sarampo], não sei outras senão algumas postemas e chagas, de que saram os enfermos com facilidade, aplicando-lhes os medicamentos ordinários, e também com folhas e sumos de ervas que conhecem, sem nunca chegarem a ter necessidade de cirurgiões, barbeiros nem sangrias. (Brandônio)¹⁴⁰

A visão edenista dos primeiros tempos da colonização foi aos poucos suplantada pela concepção deteriorativa da terra. Assim, o paraíso terreal logo se mostrou hostil e indesejável perante as adversidades do clima, da natureza e dos nativos¹⁴¹. As moléstias tropicais constituíam-se num dos pontos negativos descritos pelos coevos, sendo motivo de intranquilidade e temor por todos. Se Brandônio fala que a virtuosidade do Brasil é tão salutar para a saúde dos índios, a ponto de os mesmos prescindirem de tratamento médico porque a própria natureza apresenta-se como uma botica, isto não se sustenta, no caso da Paraíba, até o ano de 1693, como fica patente em uma consulta do

140 BRANDÃO, 1977, p. 99.

141 Como afirma Laura de Melo e Sousa, em *O diabo e a Terra de Santa Cruz* (1993), a mudança de visão com relação à terra brasileira não acontece de maneira linear e etapista. Nos primórdios da colonização é possível visualizar uma tendência à exaltação da natureza. Com a ambientação do europeu à realidade nativa e devido às dificuldades enfrentadas na implementação do projeto colonial, a imagem propagada pelos estrangeiros muda seu teor, passando a ser retratada como ambiente insalubre e até mesmo anecúmeno. Ver também RIBEIRO, op. cit., capítulo 1

Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro III, na qual os moradores da Capitania da Paraíba fazem petição, através da Câmara, para que seja mandado um médico que os assista¹⁴².

É evidente que o autor de *Diálogos*, por compor o grupo de cronistas que retratam positivamente a América Portuguesa, está interessado em sublinhar os benefícios da mesma (e isto passa necessariamente pelos riscos de morte), levando-o a enfatizar os predicativos referentes àquela. As doenças constituíam motivo de preocupação desde a travessia do Atlântico, asseverando-se no momento de fixação na terra, quando patologias desconhecidas penetravam os organismos alienígenas a elas.

O limitado quadro nosográfico do continente sul-americano existente antes de 1500 diversificou-se vertiginosamente com a chegada de europeus e africanos. Com eles vieram também o conhecimento sobre as doenças e suas terapêuticas, que incluíam desde símplices e mezinhas até orações e fórmulas mágicas. A partir da segunda metade do século XVIII, com a reestruturação da Universidade de Coimbra (1772), as modificações realizadas nos currículos dos cursos, os incentivos dados às ciências naturais e a perda de influência do pensamento mágico-religioso nas práticas de cura representaram importantes avanços na arte do esculápio e nos tratamentos aplicados. O diagnóstico de enfermidades bastante comuns nos dias hodiernos, mas já presentes nesse momento na colônia brasileira, é produto desse progresso. Os mapas de moléstias da Capitania da Paraíba apresentam a relação das entidades mórbidas que vitimavam os habitantes das vilas que a compunham. O estado de saúde da população paraibence acompanha, de maneira geral, a das demais capitanias do Brasil.

142 AHU_ACL_CU_14, Cx. 3, D. 189.

A tabela abaixo identifica as principais moléstias previstas e não previstas desde 1798 até 1805¹⁴³.

Tabela 5: Moléstias previstas e não previstas na Capitania da Paraíba (1798-1805)

MOLÉSTIAS	ANOS							TOTAL
	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805	
1. Afogado	7	3	13	3	2	10	4	42
2. Aneurisma	2	—	—	—	—	—	—	2
3. Asma	—	—	—	—	—	—	47	47
4. Apoplexia	7	5	13	—	—	—	—	25
5. Bexiga	225	31	121	96	48	216	262	999
6. Cancro	—	—	—	—	—	—	6	6
7. Carbúnculo	3	—	—	—	—	—	—	3
8. Catarral	—	26	46	37	46	13	—	168
9. Chagas	1	22	—	—	—	—	—	23
10. Cólicas	—	5	5	—	—	—	—	10
11. De comerterra	49	—	13	17	13	172	—	264
12. De cutilada	—	—	1	—	1	3	1	6
13. De facada	6	3	9	3	4	2	—	27
14. De fome	—	—	—	—	22	—	—	22
15. De parto	25	23	33	40	41	47	51	260
16. De queda	4	4	2	2	3	2	1	18
17. De repente	37	—	8	6	20	3	2	76
18. De tiro	10	13	6	6	9	2	3	49
19. Diabetes	13	1	11	9	—	—	—	34
20. Diarreja	13	15	43	23	22	22	34	172
21. Dorde estômago	16	4	—	1	1	—	—	22
22. Entrás	—	—	—	—	—	—	1	1
23. Erizipela	5	3	16	9	3	1	—	37

143 Para o significado de algumas doenças, consultar o Glossário ao fim deste trabalho

24.	Espasmo	—	139	259	139	165	141	173	1016
25.	Esquinêndia	19	25	56	47	52	12	20	231
26.	Estupor	110	26	50	37	33	55	21	332
27.	Fluxo de sangue	23	2	—	21	111	19	97	273
28.	Frieira	—	—	—	—	22	2	—	24
29.	Gangrena	—	—	15	—	—	—	—	15
30.	Gota coral	2	2	—	—	—	6	8	18
31.	Hemorróidas	2	—	16	1	—	—	—	19
32.	Hidropezia	80	52	72	71	84	89	99	547
33.	Humor séptico	—	—	—	—	6	11	—	17
34.	Indigestão	2	—	—	—	—	—	—	2
35.	Itírcia	5	—	—	—	1	9	17	32
36.	Lepra	—	—	—	—	5	—	—	5
37.	Lombriga	10	17	32	24	19	50	26	178
38.	Maligna	294	366	266	187	193	292	440	2038
39.	Mordida de cobra	10	9	21	18	18	13	10	99
40.	Morféia	4	—	7	—	—	14	22	47
41.	Obstrução	1	25	9	3	29	41	21	129
42.	Parlezia	—	—	—	—	1	—	—	1
43.	Pleuriz	28	9	85	22	30	31	90	295
44.	Postema	12	25	9	13	—	—	—	59
45.	Queimados	5	2	2	—	2	—	2	13
46.	Quebradura	—	—	1	—	—	1	—	2
47.	Retenção de urina	2	1	—	—	—	—	3	6
48.	Sarampo	55	16	20	2	5	16	—	114
49.	Seção	352	123	131	70	179	245	200	1300
50.	Tenesmo	3	—	—	—	—	—	—	3
51.	Tírica	68	46	48	45	33	57	55	352
52.	Transmutação	29	65	71	57	101	61	150	534
53.	Tubérculo	4	4	20	36	7	7	3	81
54.	Tumores	—	3	22	5	25	—	—	55
55.	Velhice	—	—	—	—	3	—	11	14
56.	Vômitos	—	—	5	—	—	—	1	6

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423, AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473, AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510, AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617, AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711, AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890, AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273, AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318, AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

É fácil perceber que o termo “moléstia” designava as causas de morte de maneira genérica, não se restringindo apenas às doenças, mas agrupando qualquer fator que promovia o falecimento. Assim, nos mapas, as mortes provocadas por quedas, afogamentos, queimaduras, facadas, tiros, etc., estão alocadas, na maioria das vezes, entre as moléstias não previstas. Além das enfermidades acima identificadas, outras menos recorrentes também apresentavam-se como agentes da morte, tais como étnica, sangue pela boca, herpes, sarnas, cirro, tosse, gálico, boubá, feridas na garganta, garrotilho, opilação, ventos, etc.

Os números mostram que o ranking das entidades mórbidas é ocupado pela maligna, seguida pelo sezão e espasmo. As febres eram as responsáveis pelo maior volume dos óbitos na Paraíba. Eis aí também outra característica da medicina colonial. Confundia-se com frequência doença com sintomatologia. As febres, espasmos, diarréia e catarros são exemplos disto. Dentre os distúrbios, sejam eles doenças ou sintomas, que mais afligiam os habitantes segundo os sistemas do corpo humano afetados destacam-se: 1) sistema tegumentar - bexiga (varíola); 2) sistema nervoso - estupor; 3) sistema digestório - hidropisia, diarréia e lombrigas e 4) sistema respiratório: tísica, pleuriz, esquinência e catarral.

O cenário nosográfico, quando observado sob o prisma da cronologia da vida, apresenta especificações. Algumas doenças eram mais comuns nas primeiras fases da vida e outras a maior incidência dava-se entre os adultos. Assim acontecia com as bexigas, sezões, malignas, sarampo, lombrigas, transmutação, espasmo e catarros - que afetavam com mais força as crianças e jovens até 15 anos - e a tísica, erisipela, pleuriz, diabetes, hemorróidas e fluxo de sangue - flagelos da população adulta (a partir dos 20 anos). O número de mortes nos primeiros cinco anos de vida é realmente elevado, chegando a variar entre 34 e 39%. Os

Mapas das Mortes da Capitania da Paraíba informam que nessa faixa etária os brancos, mulatos livres e pretos cativos lideravam o quadro necrológico. Os dois primeiros alternam-se na primeira colocação, havendo, contudo, certa preponderância dos brancos, enquanto os pretos cativos figuram na terceira posição.

A questão higiênica era a causa de muitos males. A cidade da Parahyba do Norte apresentava-se num estado de salubridade deplorável. Referindo-se à mesma no século XIX,

Diniz retrata a seguinte situação:

O estado em que se encontravam as ruas da cidade, cheias de buracos, poças d'água e lamaçais, animais mortos e montes de lixos, era pouco convidativo para o transeunte que se aventurasse a sair de casa.

A cidade não dispunha de veículos para limpeza das ruas. Esta era feita por sentenciados, sob escolta.

Nestas condições, o ambiente estimulava o crescimento de vegetação reles: a erva, o brejo, o capim rasteiro, que medravam nas ruas como pasto para carneiros, vacas e burros. O lixo proliferava à solta; os escravos os despejavam na via pública, em frente às próprias moradias ou terrenos baldios que existissem na vizinhança.

As noções de higiene circunscreviam-se aos limites da casa, da fachada para dentro, as sujeiras eram jogadas pelas janelas e postas para serem acumuladas nas vias públicas [...].¹⁴⁴

A cidade da Paraíba era, nesses termos, um ambiente desfavorável à reprodução da espécie humana, mas incrivelmente

144 DINIZ, 2004, p. 155

propício à proliferação de germes, miasmas e micróbios. Esse cenário também repetia-se nas demais vilas. A vida era, por assim dizer, um permanente embate contra inimigos microscópicos. Somente em 1895 é que foi criado o primeiro regulamento sanitário, o qual vigorou apenas até 1911¹⁴⁵.

A relação das moléstias exposta na tabela 5 e o nível de higiene da cidade acima descrito comprovam que a morte estava muito próxima dos paraibences. Diante desta configuração necrológica resta saber como a população lidava com os adversários da vida, ou seja, de que maneira se tratavam as doenças. Todavia, vejamos primeiramente alguns traços do universo da arte de curar nos tempos da colônia.

O estabelecimento de diferentes formas de colonização na Ásia, África e América levou Portugal a conectar-se com variados sistemas culturais, preservando razoavelmente alguns e modificando outros. Tais contatos fomentaram o aprendizado dos hábitos e a assimilação de muitas crenças locais. Nesse cenário de trocas simbólicas e materiais deu-se o intercâmbio de ingredientes (espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral) e informações acerca dos modos de curar nos quadrantes do império português. Assim, as práticas mágicas nos processos de cura foram amiúde utilizadas durante todo o período colonial, a despeito das tentativas das autoridades régias e coloniais e dos médicos em coibir ou atenuar a atuação de leigos no exercício da medicina. Benzedoras, parteiras e curandeiros foram perseguidos e punidos pela prática ilegal da cura. Entretanto, todas as ações foram insuficientes para restringir a ação de tais categorias junto à população.

A falta de boticas, remédios, médicos e cirurgiões foi outra realidade que acompanhou os colonos na luta contínua

145 CASTRO, 1945, p. 244.

pela vida. As boticas, ou caixas de remédios, eram escassas e os medicamentos vindos de Portugal, além dos preços exorbitantes, muitas vezes chegavam deteriorados e impróprios para o consumo, sendo, ainda assim, comercializados. Os médicos, em desproporção numérica à quantidade populacional, concentravam-se nos núcleos urbanos, deixando a população do interior desprovida de assistência. Isto abria espaço para a atuação dos chamados empíricos, ou seja, de pessoas cujo conhecimento das doenças e práticas de cura davam-se através da experiência e observação cotidianas. Ribeiro (1997) ressalva que não se deve ver a procura dos empíricos pela população como derivação direta e única da precariedade do sistema de saúde, uma vez que predominava no imaginário cultural da época a concepção da doença e da cura como decorrência da atuação das forças sobrenaturais sobre os corpos. Desta maneira, os leigos que detinham o conhecimento sobre tais fenômenos eram muitas vezes preferidos aos médicos.

Em 1729, na Capitania da Paraíba, verifica-se um caso de exercício ilegal da medicina. O médico José Pimenta de Lavre denuncia Joseph de Abreu Machado por praticar os ofícios de médico, cirurgião e boticário sem as devidas licenças. Tratava-se, portanto, de um charlatão que se dispôs a realizar curas, cirurgias e a medicar sem possuir permissão oficial, “arte ou método”.¹⁴⁶ Vê-se que não apenas os homens de governo combatiam os que exerciam ilegalmente a arte do esculápio, como os próprios profissionais da medicina o faziam, visando eliminar e punir aqueles que não tinham o direito nem o saber necessários para realizar as curas.

Numa realidade em que a escassez de físicos, cirurgiões e barbeiros era a regra, que pessoas comuns e iniciadas nos mistérios da natureza disponibilizavam-se a curar os males e que

146 AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 605.

a crença nos poderes mágicos das plantas, animais e minerais fazia parte do imaginário, proliferou na colônia brasileira uma terapêutica oficial (aplicada pelos médicos) e outra “popular”. Ambas, no entanto, faziam uso daqueles elementos. Tanto os remédios das boticas quanto as mezinhas viam-nos como portadores de poderes curativos. Nesse conjunto também estava inclusa a terapêutica excretícia, que incorporava excretos animais às receitas.

Com relação à Capitania da Paraíba, Almeida informa algumas terapêuticas usadas para a melhora de alguns males. Reproduziremos abaixo apenas aquelas indicadas para algumas das doenças apresentadas na tabela 5.

- O chá de folha de goiabeira para diarréia;
- O chá de barata contra asma;
- O chá de excremento de cachorro contra sarampo;
- A quina, o pau-pereiro, o chá de manjerioba, de jendiroba, de vassourinha, de casca de
- laranja da terra, de erva-cidreira e de umbuzeiro contra febre;
- A raiz de angélica contra vômitos espasmódicos;
- A copaíba, o suco do mastruço, o angelim e o leite da gameleira-branca como vermífugo;
- A urtiga cansanção contra erisipela;
- O cozimento de casca de aroeira contra diarréia;
- A urina de vaca preta com leite cru para os casos de tuberculose.
- Purgante de jalapa para estupor.¹⁴⁷

O autor diz ainda que,

147 ALMEIDA, 1980, pp. 192-3

Alguns achaques, entretanto, só tinham cura mediante rezas fortes, benzeduras ou garrafadas. As garrafadas curavam tudo, menos cegueira da gota serena. Curandeiros e rezadores sempre havia pelo interior. Somente eles tinham o poder de enfrentar o tratamento de mal encausado, espinhela caída, sol na cabeça, quebranto e coisa feita.¹⁴⁸

O uso das ervas era, como se pode perceber, bastante comum. Isto é explicado pelo fato de as ervas e raízes estarem à disposição das pessoas e pela dificuldade de ter acesso às boticas. Outra característica é a presença da terapêutica excretícia, anteriormente mencionada. A mentalidade das sociedades do Antigo Regime, que acreditavam na influência das forças da natureza sobre o regime dos corpos, tornou-se parte da cultura aqui gestada. Da mesma forma que os excretos eram uma fonte de vida para a terra, eles detinham o poder vital de energizar os corpos. Outra justificativa junta-se a esta: a da cura punitiva. No senso comum, não raro associava-se a cura de um mal grave a remédios dolorosos. Tal prática não esteve circunscrita aos leigos, mas achava-se entre os eruditos também. Os tratados de medicina trazem vários receituários contendo a aplicação de excretas.¹⁴⁹

Além da vigilância sob o sistema de saúde na colônia e a punição contra os infratores¹⁵⁰, outra medida profilática levada a cabo pelo governo português e pelos agentes coloniais foi a aplicação de vacinas. Na Capitania da Paraíba, esse recurso pode ser observado já em 1805, quando o governador Luis da Motta

148 ALMEIDA, op. cit., p. 193.

149 RIBEIRO, op. cit., capítulo 3.

150 Em 1782 foi criada a Junta do Proto-Medicato, responsável por conceder as licenças dos profissionais da saúde (físicos, cirurgiões, barbeiros, parteiras), fiscalizar as práticas dos mesmos, punir os curandeiros e realizar um recenseamento dos que assistiam a saúde dos povos. CRESPO, 1990, p. 37.

Fêo introduziu o pus vacínico contra as bexigas, sendo ele mesmo e seus filhos os primeiros a se inocularem¹⁵¹. A utilização deste preventivo correspondia a uma determinação real transmitida aos governadores dos domínios ultramarinos através de uma carta circular datada de 9 de julho de 1799. Mais de dois anos antes da utilização desse método, Motta Fêo relata as dificuldades de executar esta ordem real pelo fato de não haver na capitania uma Casa de Expostos que serviria para essa prática, bem como pela distância que se encontravam os “índios, negros e meninos dos particulares”. Esses

são a maior parte deles moradores nos matos e em distâncias, aonde jamais são tratados os enfermos por Professores, e suposto que nesta cidade exista um médico e dois cirurgiões, estes mesmos poucas vezes são chamados em razão da paga que poucos podem dar, curando-se todos ou a maior parte por pessoas curiosas, que por meio da experiência tem¹⁵² especialmente as bexigas [...] adquirido o uso de tratar destas enfermidades,

A exposição do governador Motta Fêo mostra claramente a carência de profissionais da cura na Capitania da Paraíba nos anos iniciais do século XIX, não fugindo, dessa maneira, das circunstâncias das demais capitanias do Brasil. A falta deles e a não possibilidade de pagar pelo tratamento de um médico levavam as pessoas, especialmente das vilas interioranas, a buscarem amparo nos empíricos. O médico e os dois cirurgiões mencionados devem ser os do partido da Câmara, isto é, “aqueles que

151 PINTO, 1977, p. 232.

152 AHU_ACL_CU_014, Cx. 40, D. 2788. Disponível parcialmente também em PINTO, op. cit., p. 228

contratados pelo poder público, dispunham-se a tratar dos pobres, presidiários e outros necessitados”¹⁵³.

Diante do exposto depreende-se que as moléstias que afetavam a população da Capitania da Paraíba decorriam basicamente da precariedade da higiene dos núcleos populacionais, da carência alimentar ou nutritiva, da transmissão sexual¹⁵⁴ ou do contato com outros doentes. A nosologia referenciada indica que as formas de morrer eram as mais variadas possíveis. Os que escapavam das enfermidades da primeira infância poderiam ainda ser vítimas delas quando adultos, ou ainda ser assolados por alguma outra entidade mórbida¹⁵⁵. Formas de morrer não faltavam e mesmo aqueles poucos venturosos que faleciam de velhice não devem ter sido incólumes a visitas inesperadas e indesejáveis de algum facínora microscópico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos tratar da esfera comercial e da população na Capitania da Paraíba, segundo o recorte temporal do ano 1798 a 1805. Uma capitania composta predominantemente por gente de cor e sustentada pelo açúcar,

153 RIBEIRO, op. cit., p. 33.

154 A principal doença venérea encontrada nos mapas das moléstias das vilas da Capitania é o morbo gálico. Por não ser muito representativa numericamente ela não constou na tabela 5.

155 Diante da fragilidade da assistência médica, dos poucos recursos e do próprio patamar de conhecimento em que se encontrava a medicina até o início do século XIX, não devemos colocar credulidade incontestável nos diagnósticos das doenças apresentadas neste tópico. Avaliações erradas e mesmo a falta de conhecimento das doenças certamente influenciam na composição desse registro, mas sua existência facultou-nos compreender, apesar dessas ponderações, o estado de saúde da população da Capitania da Paraíba.

pecuária e derivados, algodão e produções agrícola. Assim pode ser resumida a Paraíba nos anos assinalados. Longe de ter a proeminência econômica, política e populacional da vizinha Pernambuco, a Paraíba não deve ser vista com olhos depreciativos. O panorama mostrado ao longo dos capítulos deixa claro uma situação que pouco se aproxima de uma paralização. Ao contrário, das freguesias vicejam vida humana e econômica que transformam a Parahyba do Norte em uma capitania florescente e, como as demais, vulneráveis a flutuações de mercado, intempéries naturais, má gestão dos administradores e abusos de poder, que influenciam diretamente no caminhar dos homens coloniais. Se o que foi exposto neste trabalho não encontrar validação no porvir, seja por nós ou por outros, o “eco de mocidade e fé ingênua” servem como atenuantes para qualquer possível impropriedade. Lembremos, portanto, que “cada obra pertence ao seu tempo”¹⁵⁶.

Os mapas de consumo, exportação e importação da Capitania da Paraíba utilizados evidenciam ligações comerciais existentes entre a Paraíba e as capitanias vizinhas a ela, isto é, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. A percepção desses circuitos mercantis torna-se fundamental para matizar a exclusividade exercida pelo porto do Recife quanto ao escoamento das produções e abastecimento da Paraíba. A documentação exhibe outros trânsitos portuários existentes que promoviam as transações de compra e venda das mercadorias exportadas e importadas. Vale ressaltar que o desvelamento dessas outras vias de comunicação mercantil não retira a importância de Recife para o fluxo mercatório da Paraíba, mas suaviza qualquer incontestado monopólio absoluto dado àquela praça. Além disso,

156 Machado de Assis na advertência da segunda edição (1905) de Helena, publicado em 1876.

inviabiliza a ideia de esterilidade da Capitania como consequência dos quarenta e quatro anos de subordinação.

Muito mais do que apresentar um retrato da Capitania, a documentação pesquisada possibilita voltar o olhar para o sertão. Os mapas de exportação e importação viabilizam a percepção da movimentação da economia sertaneja. Exportava-se gado, couros miúdos, atanados, sola, algodão e tabaco em corda e importava-se, basicamente, vinho, tecidos diversos, chapéus e sal. O contato das paróquias do sertão com os portos de Aracati, Açú, Mossoró, Goiana e Recife são nítidos. Havia uma integração comercial entre os sertões das Capitânicas do Norte, evidenciada pelos circuitos mercantis. Dessa maneira, o sertão nos é apresentado não como um ambiente hostil e marcado pelo marasmo, mas, em termos econômicos, bastante dinâmico, pulsante e gerador de um mercado interno através da circulação de produtos produzidos e consumidos.

Os mapas de habitantes, por sua vez, permitem estabelecer uma ideia acerca da população da capitania. Pode-se perceber, a partir deles, um não esvaziamento do sertão. Se tomados em valores absolutos, o número de habitantes do sertão, com exceção dos anos 1798 e 1799, apresentam oscilações entre 45 e 55%. Evidentemente, a densidade demográfica dessa área é mais baixa do que a do litoral, tendo-se em vista sua amplitude territorial. Procuramos também corroborar, com dados quantitativos, para a tese da presença negra e escrava no sertão da capitania. A ideia da ausência ou pouca importância de gente de cor (pretos e mulatos) nesse espaço não encontra subsídios para ser reiterada. Os mulatos, especialmente os livres, deram volume ao corpo humano das vilas do interior. Os pretos (sendo os cativos mais numerosos do que os livres) também não se ausentaram. Já os índios formavam um grupo reduzido, seja no litoral ou no sertão.

Os mapas das ocupações dos habitantes informam que a população exercia diversas atividades. Militares, clérigos,

negociantes, agricultores, homens do mar, criadores de gado, artistas, jornalheiros, escravo(a)s, vadios e mendigos eram as atividades/condições nas quais atuavam/se encontravam os paraibences. Já os mapas das moléstias atestam as formas de morrer na Paraíba, sendo algumas delas indicadoras do estado de higiene da cidade e das vilas, da pobreza dos habitantes, da carência de assistência médica profissional e da má ou deficiente alimentação.

A pesquisa desenvolvida permite várias possibilidades de desdobramentos. A falta de informações sobre os negociantes existentes na capitania é uma delas. A averiguação mais acurada dos mapas de casamentos, nascimentos e mortes possibilita responder algumas questões sobre as taxas de natalidade, mortalidade e de casamentos entre os brancos, pretos (livres e cativos), mulatos (livres e cativos) e índios. Esses índices são essenciais para entender o comportamento populacional: se a tendência é de crescimento ou estabilidade, quais categorias de habitantes representam os índices de nascimento e morte mais elevados e como se dá a formação de famílias. Já os mapas das moléstias necessitam de um escaneamento mais profundo, com um estudo mais apropriado sobre as doenças, relacionando meios de desenvolvimento e transmissão das enfermidades. Enfim, a depender dos problemas teóricos e das questões levantadas, os mapas produzidos de 1798 a 1805 podem vir a ser importantes ferramentas auxiliares dos pesquisadores em suas inquirições.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas:

1.1. Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 189.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D. 605.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2372.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2418.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2420.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2422.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2436.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2471.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2509.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2610.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 40, D. 2788.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3345.

1.2. Arquivo Público Histórico do Estado da Paraíba (APHEPB) - FUNESC

Caixa 02 - (1800-1804)

1.3. Fontes manuscritas impressas:

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. - (Roteiro do Brasil; 2).

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas dos Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

IDÉIA DA POPULAÇÃO da Capitania de Pernambuco e suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura. Número dos engenhos. Contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o governador e capitão general José César de Menezes. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. 1918, Vol. 40. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, pp. 1-112.

Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí (Autor desconhecido). **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro** (RIHGB), Rio de Janeiro, t. 62, 1900, pp. 60-161.

2. Bibliografia citada e consultada:

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. - (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia (1750-1808). In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. A América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, vol. II, pp.528-98.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978, v. II. (Documentos paraibanos, 7).

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.

ARRUDA, José Jobson de. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio; 67).

_____. O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2 ed. São Paulo: ENESP; Bauru: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BICALHO, M^a Fernanda Baptista. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In: SOIHET, R., BICALHO, M^a F. B., GOUVÊA, M^a de F. S. (orgs). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, pp. 85-105.

_____. Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do Império Português. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTÁCIA, Carla Maria Junho (orgs.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e viver (séculos XVI a XIX). São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Notas acerca da divisão administrativa, jurídica e eclesiástica. Campina Grande: Edições Caravela; Núcleo Cultural Português, 1997.

CARDOSO, Ciro F. S. Modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Theo Araújo (org.). **América colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Viajando o sertão**. 2 ed. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CASTRO, Oscar de Oliveira. **Medicina na Paraíba**. Flagrantes da sua evolução. João Pessoa: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney *et al* (orgs.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRESPINO, Jorge. **A história do corpo**. Lisboa: Difel, 1990.

DIÉGUES JÚNIOR. Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. - (Sociedade e Educação; 2).

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina**: Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998 [1ª edição de 1959].

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c. 1790 - c. 1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GALLIZA, Diana. **O declínio da escravidão na Paraíba** (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

GRUZINSKI, Serge. **1480-1520**: as origens da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HESPANHA, Antônio Manuel e SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Quarto volume: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

JÓFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LARA, Sílvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Ma Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar**: idéias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2007.

LONDONÕ, Fernando Torres. **A outra família**: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MACHADO, Maximiliano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1977, vol. 2.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Levantamentos censitários da fase proto-estatística do Brasil. **Anais de Historia**, Assis-SP, v. 9, p. 63-75, 1977.

_____. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. A América Latina Colonial. São Paulo: Edusp; DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, vol. II, pp. 311-38.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: A União, 1978.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões**: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: _____. **Chocolate, piratas e outros malandros**: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma Menezes. **O trabalho na Paraíba**: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. - (História temática da Paraíba; 1).

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em Ação**: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba, 1647-1755. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**. Limites e espaços da cura. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. In: **Revista de Antropologia**. Separata do volume XXII, USP, 1979.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. - (Temas brasileiros; 13).

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808). In: FURTADO, Júnia Ferreira (org). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A Fronteira Móvel**: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881).

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

NAZARETH, J. M. **Demografia** - a ciência da população. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. - (História da vida privada no Brasil; 1).

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. (Estudos Históricos; 1)

_____. **Aproximações**: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise no século XVIII**: subordinação e autonomia (1755 - 1799). 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

_____; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Vitória Barbosa (orgs). **Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 1977. vol. I. (Documentos paraibanos, 3).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Maria Elice Brzenzinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos**. A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro (1759-1780)**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Estudos Históricos, 51).

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista**: população,

família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro (1500-1808). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 18, n. 36, 1998, pp. 187-249.

SANTOS FILHO, Lyrurgo. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1977, v. I.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1996.

SMITH, Roberto. A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais....**Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz** : feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O Sol e a Sombra**: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

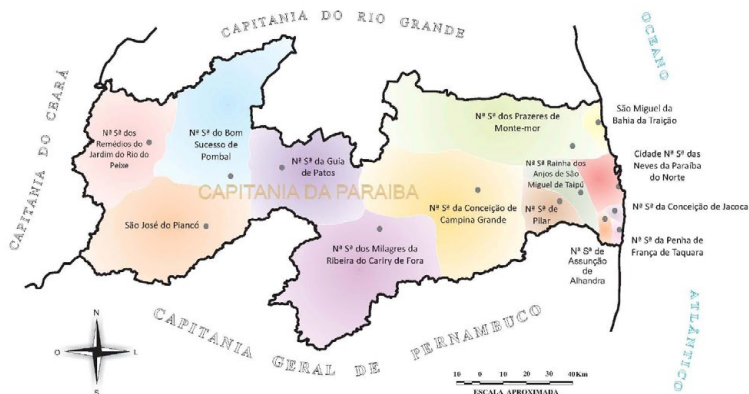
3. Sítios eletrônicos

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**.

Disponível em: <http://www.uol.com.br/houaiss>. Acesso em: 28 de jul. 2009.

ANEXO I

Cidade e freguesias da Capitania da Paraíba do Norte em 1799



Fonte: Mapa modificado de NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. *A Fronteira Móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006, p. 57. Design gráfico: Elvis Jácome (geógrafo/UFPB)

ANEXO II

Portos e produtos de exportação e importação das paróquias da Capitania da Paraíba (1798-1805)

Localidade	Produtos de Exportação	Produtos de Importação	Pontos de destino de Exportações	Pontos de Origem das Importações
Ribeira das Espinharas	Algodão em pluma Gado vacum Gado cavalari Sola	Aguardente Panos de linho Panos de lã Panos de algodão Chapéus Tecidos de Seda Sal	Recife Paraíba Goiana	Recife Paraíba Açu
Ribeira Capuã e Sabugi – Paróquia de Patos	Algodão em pluma Sola Couros miúdos	Aguardente Panos de linho Panos de algodão Panos de lã Chapéus	Recife	Recife
Ribeira Aguiar – Paróquia do Rio do Peixe	Algodão em plumas Tabaco em corda Couros miúdos Sola	Panos de linho Panos de lã Panos de algodão Chapéus Sal	Paraíba Goiana	Recife Paraíba Aracati Açu Mossoró
Ribeira das Piranhas – Paróquia de Pombal	Algodão em pluma Couros miúdos	Aguardente Panos de linho Panos de lã Panos de algodão Chapéus Sal	Paraíba	Paraíba Açu
Ribeira de Patú – Paróquia de Pombal	Algodão em pluma Sola Couros miúdos	Vinhos Mossoró Panos de lã Panos de algodão Chapéus Tecidos de seda Sal	Aracati Mossoró	Aracati
Ribeira de Piancó – Paróquia de Pombal	Algodão em pluma Panos de linho	Aguardente Mossoró Panos de lã Panos de algodão Chapéus Tecidos de seda Sal	Aracati Mossoró	Aracati
Taipú	Algodão Açúcar Couros Salgados	-----	Pernambuco Paraíba	-----

Alhandra	Farinha Milho Feijão	-----	Não Informado	-----
Conde	Farinha Salgado	-----	Não informado	-----
Baía de São Miguel da Traição	Azeite Farinha Peixe Seco	Panos de Algodão Sal Aguardente Bretanhas	Pernambuco Paraíba Açu	Pernambuco Paraíba Açu
Mamanguape	Algodão Açúcar Aguardente Fumo Tabaco Farinha Goma Resina Milho Arroz Mel Couro Couro miúdos Couro salgados Sola Feijão Azeite Sabão	Vinhos Aguardente Panos de linho Panos de lã Panos de algodão Chitas de algodão Bretanhas Chapéus Meias de seda Tecidos de seda Louças Sal Azeite Vinagre Biscoito Carne seca Ferro	Pernambuco Paraíba Itamaracá Açu	Pernambuco Paraíba Itamará Açu
Cidade da Paraíba do Norte	Açúcar branco Açúcar mascavado Algodão em pluma Algodão em lã Atanados Salgados Goma Couro Arroz Milho Feijão Farinha Vaqueta Cocos Azeite de mamona Madeira de construção	Vinhos Panos de linho Chapéus Chitas Chitas finas Crés Amburgos Bretanhas Holandas Cassas finas Cassas grossas Cambraias Meias de seda Tecidos de seda Panos finos Baetas Druguetes Riscados Lila Durantes Gangas Sal	Pernambuco	Pernambuco Lisboa Porto
Pilar	Algodão Couro Salgados	-----	Pernambuco Paraíba	-----

Vila Nova da Rainha	Algodão em pluma Algodão em lâ Couros Bois	Vinhos Panos de Linho Panos de lâ Panos de algodão Chapéus Meias de seda Tecidos de seda Sal	Pernambuco Paraíba Goiana	Pernambuco Paraíba Goiana Açu
Cariri Velho	Algodão Gado vacuum Couros	Vinhos Panos de linho Panos de lâ Panos de algodão Chapéus Meias de Seda Sal	Lisboa Pernambuco Paraíba	Lisboa Pernambuco
Vila Real de São João	Algodão Couros Couros miúdos Sola Bois Potros	Panos de linho Panos de lâ Panos de Algodão Chapéus Tecidos de Seda Meias de seda Sal Vinho	Lisboa Pernambuco Paraíba Goiana	Lisboa Pernambuco Paraíba Goiana
Sousa	Algodão Gado vacuum Gado cavalari Soda Couros Tabaco em corda	Vinhos Aguardente Panos de linho Panos de lâ Panos de Algodão Chapéus Tecidos de Seda Meias de seda Chitas Bretanhas Baetas Cassas Estopa Riscados Gangas linhas Panos finos Azeite Vinagre Sal	Recife Aracati Goiana Mossoró Açu	Recife Paraíba Goiana Aracati Mossoró Açu
Pombal	Algodão em Pluma Gado vacuum Gado cavalari Soda Couros	Vinhos Aguardente Panos de linho Panos de lâ Panos de Algodão Chapéus Tecidos de Seda Meias de seda Sal	Recife Paraíba Goiana Aracati Açu	Recife Paraíba Goiana Aracati Açu Mossoró

OBS: A diferença desta tabela é que ela não contém a paróquia do Cariri Velho, posterior S. João do Cariri

Fonte: Tabela formada a partir dos dados presentes nos seguintes documentos

AHU_ACL_CU_014, C.33, D. 2423
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319

ANEXO III Ocupações dos habitantes da Capitania da Paraíba (1798-1805)

OCUPAÇÕES DOS HABITANTES	ANOS							TOTAL
	1798	1799	1800	1801	1802	1804	1805	
Corpo Militar	194	191	194	194	192	178	196	1339
Magistratura e Empregos Civis	115	87	94	102	91	90	66	645
Clero Secular	70	82	66	83	77	72	73	523
Clero Regular	16	23	15	14	21	14	14	117
Agricultores	6317	6900	8293	8224	8449	13884	6973	59040
Artistas	813	480	714	622	217	201	196	3243
Jornaleiros	412	285	865	842	1082	1775	1758	7019
Negociantes	211	236	301	310	341	326	255	1980
Homens do Mar	79	51	15	22	20	5	20	212
Criadores de Gado	174	761	613	410	422	669	657	3706
Escravos	4706	5799	5877	6098	4899	4912	5129	37420
Escravas	3326	5593	5836	4539	4396	4551	4948	33189
Vadios e Mendigos	706	482	312	425	5431	3738	4472	15566

Fonte: AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318,
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

GLOSSÁRIO

Aneurisma - tumor formado de sangue (SANTOS FILHO, p. 213)

Apoplexia - derramamento de sangue ou de serosidade no interior de um órgão; acidente

vascular cerebral (HOUAISS)

Bexiga - varíola

Bouba - conhecida como piã e miá pelos tupis, a bouba já estava presente entre os indígenas antes de 1500 (SANTOS FILHO, p. 185). Causada pela espiroqueta *Treponema pertenue*, a bouba é “caracterizada por lesões cutâneas seguidas de erupção granulomatosa generalizada e, por vezes, lesões destrutivas tardias da pele e dos ossos” (HOUAISS)

Câmaras de sangue - denominação dada quando a diarréia era muito sanguinolenta.

(SANTOS FILHO, p. 180)

Cancro - ulceração maligna (sinônimo de câncer) (SANTOS FILHO, p. 201)

Carbúnculo (ou **Entraz**) - tumor furunculoso de predominante localização dorsal (SANTOS FILHO, p. 201)

Catarros - infecções bronco-pulmonares ou gástricas (SANTOS FILHO, p. 147)

Chaga - ferida com pus (SANTOS FILHO, p. 200)

Cirro - “tumor duro” (SANTOS FILHO, p. 200)

Cursos (Cursos de sangue) - disenteria (SANTOS FILHO, p. 180)

Entraz - mesmo que carbúnculo

Espasmo - modalidade do ar-de-estupor (SANTOS FILHO, p.214)

Erizipela - “inflamação produzida de sangue extravasado entre a cútis e a carne” (SANTOS FILHO, p. 201)

Esquinência - “designa genericamente diversas afecções do trato respiratório, faringites, laringites, amigdalites, edema da glote, abscessos locais, anginas de vária origem, inclusive a diftérica” (SANTOS FILHO, p. 217)

Estupor (ou **Ar-de-estupor**) - “designou não somente as paralisias, como também toda uma série de acidentes afetando o sistema nervoso, apoplexia, embolia, congestão cerebral, trombose cerebral, perda de sentidos” (SANTOS FILHO, p. 214)

Ética (**Héctica**) - estado febril prolongado em que ocorrem grandes oscilações de temperatura, e que se acompanha de emagrecimento e caquexia (enfraquecimento severo), levando ao depauperamento progressivo do organismo (HOUAISS)

Febres - as febres formam um grupo bastante vasto, recebendo várias denominações segundo a apresentação, a evolução e a sintomatologia. Entre as febres palustres (dos pântanos) estavam as periódicas, as terças, quartãs e sezões. Havia também as febres pútridas, efêmeras, malignas (ou malinas ou pestilentas), as eruptivas, as nervosas, as hécticas, etc. (SANTOS FILHO, pp. 166-7).

Gálico (**Morbo gálico**) - sífilis. Também chamada de sarnas gálicas, feridas gálicas, ataques gálicos, etc. Com o tempo a definição de morbo gálico passou

a designar todos os males venéreos, como a gonorréia, o granuloma venéreo e a boubá. Como morbo gálico também foram diagnosticadas a leishmaniose, a sarna e dermatoses pruriginosas. (SANTOS FILHO, pp. 183-4, 195)

Gangrena - corrupção das feridas, podendo ser “seca” e “úmida” (SANTOS FILHO, p. 201)

Garrotilho - difteria. Modalidade de esquinência que “matava sufocando”. (SANTOS FILHO, p.217)

Gota coral - epilepsia

Hidropisia - “acumulação de líquido seroso em cavidades e no tecido conjuntivo” (SANTOS FILHO, p. 213)

Icterícia - sintoma de febre amarela (SANTOS FILHO, p. 123)

Maligna - tipo de febre

Opilação - ancilostomíase (popularmente conhecida como amarelão). “[...] era doença raramente letal e própria das classes baixas, de parca alimentação. E melhorava muito com o uso da escória de ferro” (SANTOS FILHO, p. 221)

Parlezia - modalidade do “ar-de-estupor”

Postema (ou **Apostema**) - tumor contendo pus (SANTOS FILHO, p. 200)

Sezão - febre característica da malária (SANTOS FILHO, pp. 176-9)

Tísica - tuberculose

Ventos - “oriundos da retenção ou da dificuldade de expelir gases formados no trato digestivo, máxime no estômago e nos intestinos. Acreditava-se, aliás, que o ar, sob a rubrica de ‘ventos’ e ‘flatos’, percorresse o corpo, notadamente os ‘condutos do sangue’ o coração, os músculos, a cabeça, os órgãos digestivos, procurando saída através dos ouvidos, da vagina, da boca, do ânus, das feridas. Havia flatos ‘melancólicos, ‘hipocondríacos’, estomacais, intestinais, vaginais...” (SANTOS FILHO, p. 218)

Fontes:

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/houaiss>. Acesso em: 28 de jul. 2009.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1977, v. I.